

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROSEANA CAVALCANTI DA CUNHA

TURISMO SEXUAL INFANTOJUVENIL:
um desafio para a educação popular

JOÃO PESSOA

2014

ROSEANA CAVALCANTI DA CUNHA

**TURISMO SEXUAL INFANTOJUVENIL:
um desafio para a educação popular**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, área de concentração em Educação Popular, como exigência final para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva

JOÃO PESSOA

2014

C972t Cunha, Roseana Cavalcanti da.

Turismo sexual infantojuvenil: um desafio para a educação popular / Roseana Cavalcanti da Cunha.- João Pessoa, 2014.
187f. : il.

Orientador: Severino Bezerra da Silva
Tese (Doutorado) - UFPB/CE

1. Educação popular. 2. Turismo sexual infantojuvenil.
3. Planos estaduais - enfrentamento - violência sexual infantojuvenil.

UFPB/BC

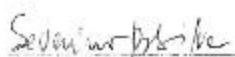
CDU: 37.018.8(043)

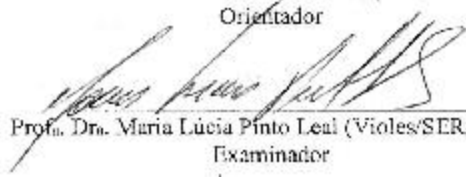
ROSEANA CAVALCANTI DA CUNHA

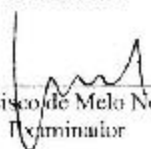
**TURISMO SEXUAL INFANTO-JUVENIL:
um desafio para a Educação Popular**

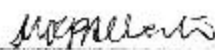
Aprovada em: 27 de Maio de 2014

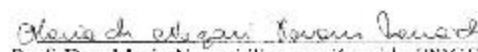
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Severino Bezerra da Silva (PPGE/UEPB)
Orientador


Prof.ª. Dra. Maria Lúcia Pinto Leal (Violes/SER/UNB)
Examinador


Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto (PPGE/UTPB)
Examinador


Prof.ª. Dra. Maria de Fátima Pereira Alberto (PPGP/UEPB)
Examinadora


Prof.ª. Dra. Maria Nazaré Tavares Zenaide (PPGE/UEPB)
Examinadora

João Pessoa-PB

Às infâncias roubadas de
crianças e adolescentes no mundo.

AGRADECIMENTOS

Ao Universo pela força que me mantém e me convoca à vida e ao movimento.

Ao meu pai Luís (*in memoriam*) com quem aprendi a resiliência, humildade e insistência.

À minha mãe Adelaide, que me ensinou que na vida é preciso garra, luta e persistência.

Aos meus irmãos Marcus, Marcelo, Rosana e Roseli, cada um do seu jeito foram meus suportes de apoio durante esse período.

À minha filha Jessica, meu amor maior, companheira e parceira dos momentos mais difíceis e também das minhas alegrias.

À minha filha Raissa (*in memoriam*), minhas saudades e meu amor eterno.

A Roberto, pai das minhas filhas, pelo cuidado com Jessica, sobretudo, no período em que estive fora do país.

Ao meu orientador Professor Dr. Severino Silva, pelo respeito ao meu tempo de elaboração ao longo desse processo.

Ao Professor Dr. Carlos Rodrigues Brandão, pela disponibilidade e contribuições nas nossas conversas e no processo de qualificação.

Aos Professores Dr. Arim Soares do Bem, Dra. Fátima Pereira e Dra. Nazaré Zenaide, pelas contribuições no processo de qualificação.

À Professora Dra. Maria Lúcia Leal e Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto, pela disponibilidade em participar desta banca.

Aos Professores Dr. Luiz Gonzaga Gonçalves e Dra. Renata Maria Coimbra Libório, pelo aceite na condição de suplentes interno e externo respectivamente.

Agradeço à CAPES a oportunidade do incentivo ao meu trabalho doutoral, contribuindo para a compreensão e análise crítica de um tema complexo, contemporâneo e de pouca discussão na academia.

Agradeço ao Programa de Cooperação Internacional BRASIL/PORTUGAL/ESPANHA via CAPES/FCT coordenado pela Professora Dra. Emília Prestes na UFPB, que oportunizou a vivência acadêmica em outras universidades fora do país.

Ao PPGE/UFPB através da coordenação do Professor Dr. Erenildo e aos professores que fazem a Pós-Graduação.

À equipe de funcionários do PPGE pela solicitude nos atendimentos.

Ao meu orientador no estrangeiro Professor Dr. Antonio Teodoro, pela recepção em terras lusitanas.

Ao Grupo de Pesquisa que abriu as portas da Universidade de Lisboa-Portugal, através da aceitação calorosa da Professora Dra. Carmem Cavaco, do Professor Dr. Rui Canário e da Professora Dra. Natália Alves.

Ao Professor Dr. José Beltrán Llavador, pela acolhida em terras espanholas no acompanhamento às atividades na Universitat de València-España.

Às ONGs pesquisadas, meu agradecimento pela contribuição.

À amiga Argentina Rosas pelo cuidado e carinho.

Ao amigo Agostinho Rosas pela cumplicidade na construção do trabalho.

Às amigas Neide Miele, Ana Coutinho, Liana Chaves, Luciana Carvalho, Maria José Sousa pelo apoio.

À amiga-irmã Eula Regina com quem compartilhei o período do doutoramento sanduíche em terras estrangeiras.

Ao Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas pela referência em Paulo Freire.

Ao GESPAUF pelo compartilhamento do saber freireano.

Ao EXTELAR pelo aprendizado na extensão popular.

A todos os amigos e amigas não citados com quem pude contar.

“Muitos têm sido os pensares em torno deste ou daquele desafio que me instiga, desta ou daquela dúvida que me inquieta mas também me devolve à incerteza, único lugar de onde é possível trabalhar de novo necessárias certezas provisórias. Não é que nos seja impossível estar certos de alguma coisa: impossível é estar absolutamente certos, como se a certeza de hoje fosse necessariamente a de ontem e continue a ser a de amanhã.”

(FREIRE, 2005, p. 18).

RESUMO

O debate sobre turismo sexual infantojuvenil se encontra inserido no campo científico das Ciências Sociais, apoiando-se nas contribuições das Ciências da Educação, em função de sua complexidade e importância social - expressão da violação de princípios éticos e humanos. Nesta pesquisa, a implicação do turismo sexual na educação sinalizou, como fio condutor, demonstrar que a educação popular se constitui em pressuposto para o enfrentamento do turismo sexual contra crianças e adolescentes. Para tanto, buscou-se uma sequência lógica a partir da análise de como o turismo sexual infantojuvenil se insere no contexto do turismo, mostrando as bases filosóficas em diálogo com a Educação Popular com Paulo Freire na argumentação para ações de enfrentamento e análise das propostas de educação dos Planos Estaduais de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil e das ONGS no Nordeste que trabalham no enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil. Ampliou-se o debate com autores latino-americanos e brasileiros com perspectiva teórico-metodológica nas bases dialéticas, que participaram da história nas lutas de resistência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva caracterizada como estudo de caso sobre o fenômeno da exploração sexual infantojuvenil por meio do turismo no território brasileiro, focando a região Nordeste como campo de pesquisa com um olhar voltado para os estados com maior incidência de ESCA e as experiências de ONGs que trabalham nessa perspectiva com práticas pedagógicas de enfrentamento. Colocou-se na perspectiva do movimento, partindo da concretude do fenômeno da exploração sexual para a argumentação pensada acerca do turismo sexual infantojuvenil no seu enfrentamento. Foi utilizada como instrumento da coleta de dados a entrevista semiestruturada, além dos periódicos científicos e de indexação aliada à literatura existente como fontes para apreciação crítica. No transcorrer da pesquisa e em suas considerações assume-se o caráter contraditório do objeto de pesquisa inserido num tecido social em que na análise de conjuntura das lutas sociais ocupa, por um lado, os espaços públicos para assumir a construção da cidadania, mas por outro convive com a existência de uma rede silenciosa num caminho inverso, violando direitos constituídos. Educação Popular como pressuposto teórico-epistemológico, para o enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil, mediado pelo diálogo na interação comunicativa humana orientada por argumentos socioantropológicos, delimita a condição humana ao “ser de relações”, na perspectiva da educação libertadora no processo de enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil.

Palavras-chave: Turismo Sexual. Educação Popular. Infantojuvenil.

ABSTRACT

The debate about children and juvenile sexual tourism is inserted in the scientific field of social sciences, drawing on the contributions of Educational Sciences, due to its complexity and social importance - expression of violation of ethical and human principles. In this paper, the implication of sexual tourism education has signaled as thread; demonstrate that popular education constitutes assumption to face sexual tourism of children and adolescents. For this purpose, a logical sequence based on an analysis of how the infant-juvenile sex tourism falls within tourism is sought, showing the philosophical basis for dialogue with the Popular Education with Paulo Freire in arguing for coping actions and examine proposals for education *Planos Estaduais de Enfrentamento da Violência Sexual* and NGOs working in the northeast face the infantojuvenil sex tourism. The debate has expanded to Latin American and Brazilian authors with theoretical and methodological perspective in dialectical bases, who participated in the resistance struggles in history. It is a descriptive qualitative research characterized as a case study on the phenomenon of infant-juvenile sexual exploitation through tourism in Brazil, focusing on the northeast as a research field with an eye toward the states with the highest incidence of ESCA and NGOs experience working in this perspective with pedagogical practices of coping. It is put in motion perspective, based on the concreteness of sexual exploitation phenomenon for the argument thought about children and juvenile sexual tourism in its confrontation. It was used as an instrument of data collection semi-structured interview, in addition to scientific journals and indexing combined with the existing literature as sources for critical appraisal. In the course of research and its considerations assume the contradictory nature of the research object within a social fabric in which the situation analysis of social struggles occupies on the one hand, public spaces to take on the construction of citizenship, but otherwise coexists with the existence of a silent network in a reverse way, in violation of established rights. Popular Education as a theoretical and epistemological assumption, to face the children and juvenile sexual tourism, mediated dialogue on human communicative interaction guided by socio-anthropological arguments, defines the human condition to be "relationships" with a view to liberating education in process coping children and juvenile sexual tourism.

Keywords: Sexual Tourism. Popular Education. Infant juvenile.

RESUMÉ

Le débat sur le tourisme sexuel des mineurs est inséré dans le champ scientifique des Sciences Sociales, en s'appuyant sur les contributions des Sciences de l'Éducation, en raison de sa complexité et de son importance sociale – l'expression de violation des principes éthiques et humains. Dans cette recherche, l'implication du tourisme sexuel dans l'éducation a démontré comme fil conducteur que l'éducation populaire constitue un présupposé pour le combat du tourisme sexuel des enfants et des adolescents. À cette fin, nous avons cherché une séquence logique à partir de l'analyse de la manière dont le tourisme sexuel des mineurs opère dans le contexte du tourisme, en montrant les bases philosophiques du dialogue de l'éducation populaire avec Paulo Freire dans l'argumentation pour les actions de combat et dans l'examen des propositions sur l'éducation des Plans de l'État pour le combat de la violence sexuelle des mineurs et des ONG dans le nord-est qui travaillent dans la lutte contre le tourisme sexuel des mineurs. Le débat a été élargi avec des auteurs latino-américains et brésiliens qui ont la perspective théorique et méthodologique centrée sur des bases dialectiques et ont participé dans l'histoire aux luttes de résistance. Il s'agit d'une recherche qualitative descriptive caractérisée comme une étude de cas sur le phénomène de l'exploitation sexuelle de mineurs à travers le tourisme dans le territoire brésilien, en se concentrant sur le nord-est comme un champ de recherche avec un oeil vers les États avec la plus haute incidence de ESCA et des expériences des ONG qui travaillent dans cette perspective avec des pratiques pédagogiques de combat. Cela a été mis en perspective de mouvement, basé sur le caractère concret du phénomène de l'exploitation sexuelle pour l'argumentation pensée sur le tourisme sexuel des mineurs dans sa confrontation. Il a été utilisé comme instrument de collecte de données l'entrevue semi-structurée, ainsi que des revues scientifiques et d'indexation combinés avec la littérature existante comme sources pour l'évaluation critique. Dans le cadre de la recherche et de ses considérations, elle assume la nature contradictoire de l'objet de recherche inséré au sein d'un tissu social dans lequel l'analyse de la situation des luttes sociales occupe, d'une part, les espaces publics à prendre pour la construction de la citoyenneté, mais autrement cohabite avec l'existence d'un réseau silencieux dans un sens inverse, en violation des droits établis. L'éducation populaire comme un présupposé théorique et épistémologique pour le combat du tourisme sexuel des mineurs, guidée par le dialogue de l'interaction communicative humaine orientée par des arguments socio-anthropologiques, définit la condition humaine à "l'être de relations", dans la perspective de l'éducation libératrice dans le processus de lutte contre le tourisme sexuel des mineurs.

Mots-clés: Tourisme sexuel. L'éducation populaire. Mineurs.

LISTA DE MAPA E QUADROS

Mapa 01 Registros de ESCA no Disque 100 – 2004 e 2005/2010.....	64
Quadro 01 Municípios brasileiros com maior incidência em violência sexual contra crianças e adolescentes	65
Quadro 02 Registros da exploração sexual infantojuvenil por região, faixa etária e sexo.....	65
Quadro 03 Número de destinos turísticos por região e casos de exploração sexual	67
Quadro 04 Slogan da Campanha de Prevenção.....	68
Quadro 05 Estado do Maranhão	123
Quadro 06 Estado do Piauí	125
Quadro 07 Estado do Ceará.....	128
Quadro 08 Estado do Rio Grande do Norte	131
Quadro 09 Estado da Paraíba	133
Quadro 10 Estado de Pernambuco	136
Quadro 11 Estado de Alagoas	137
Quadro 12 Estado de Sergipe	138
Quadro 13 Estado da Bahia	141

LISTA DE SIGLAS

AIEST	Associação Internacional dos Experts Científicos do Turismo
CECRIA	Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CICESCA	Comissão de Investigação e Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado do Piauí
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan - BA
COTAL	Confederação Latino-Americana de Organizações de Turismo
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DDN	Disque Denúncia Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECPAT	End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes
ESCA	Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
GPCA	Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente - PE
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INN	Instituto Interamericano Del Niño
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
NOB	Norma Operacional Básica
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PAGU	Núcleo de Estudos de Gênero
PAIR	Programa de Ações Integradas e Referenciais no Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro
PESTRAF	Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil
PRF	Polícia Rodoviária Federal
RETS	Revista do Terceiro Setor
SDH	Secretaria de Direitos Humanos

SENTINELA	Programa de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual contra Criança e Adolescentes
SETFOR	Secretaria de Turismo de Fortaleza
TCU	Tribunal de Contas da União
TSI	Turismo Sustentável e Infância
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UnB	Universidade de Brasília
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
WCF	World Childhood Foudation

SUMÁRIO

PALAVRAS QUE INICIAM.....	XVI
INTRODUÇÃO.....	21
Construção do objeto de pesquisa	25
Pressupostos epistemológicos e teóricos.....	32
Objetivos.....	34
Roteiro	34
Procedimentos metodológicos.....	35
 CAPÍTULO I - DO TURISMO DE CONHECIMENTO AO TURISMO	
SEXUAL INFANTOJUVENIL	38
1.1 Turismo: considerações teóricas e concepções atuais	40
1.2 Raízes históricas do turismo sexual.....	49
1.3 Contexto internacional	52
1.3.1 Península Ibérica: Portugal e Espanha.....	54
1.4 Contexto na América Latina.....	57
1.5 Contexto brasileiro	59
1.5.1 Focalizando a região Nordeste.....	68
1.6 Turismo sexual infantojuvenil e instituições de enfrentamento	70
 CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO POPULAR COM PAULO FREIRE	77
2.1 Bases filosóficas da Educação Popular com Paulo Freire.....	93
2.2 Educação Popular: alternativa de enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil	107
2.3 Educação Libertadora no processo de enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil.....	109
 CAPÍTULO III - TURISMO SEXUAL INFANTOJUVENIL NO NORDESTE BRASILEIRO: A REALIDADE DE UMA REGIÃO	112
3.1 Maranhão: movimento migratório para a capital	121
3.2 Piauí: a pobreza como porta de entrada	124
3.3 Ceará: as máscaras urbanas	125

3.4	Rio Grande do Norte: turismo sol e mar.....	128
3.5	Paraíba: venda das filhas para o sustento.....	131
3.6	Pernambuco: o sexo-turismo e o tráfico de drogas.....	133
3.7	Alagoas: o limite entre o abandono e a pobreza.....	136
3.8	Sergipe: a escravidão.....	137
3.9	Bahia: o sexo-turismo.....	139
3.10	A experiência das ONGs nos estados com maior incidência do Turismo Sexual Infantojuvenil.....	143
	 CONSIDERAÇÕES: PALAVRAS EM MOVIMENTO	 158
	 REFERÊNCIAS.....	 164
	 APÊNDICES	 179
	APÊNDICE A - Roteiro de entrevista	180
	APÊNDICE B - Termo de livre consentimento	181
	ANEXOS	182
	ANEXO A - Mapa das rotas interestaduais	183
	ANEXO B - Mapa das rotas internacionais	184
	ANEXO C - Cartilha do projeto de prevenção	185
	ANEXO D - Legislação brasileira	186
	ANEXO E - Fluxo de proteção à criança e adolescente	187

PALAVRAS QUE INICIAM...

O interesse pelo problema social da exploração sexual infantojuvenil, por meio do turismo, advém da minha¹ experiência profissional. Teve sua origem na minha curiosidade diante de algo relativamente novo para uma neófito no campo da psicologia: a conspiração do silêncio que envolvia as relações incestuosas e os efeitos na vida de vítimas da violência sexual.

O impacto do desamparo a que são submetidas crianças e adolescentes me convocou a pensar na responsabilidade de educadores com a subjetividade e a tessitura de uma cidadania baseada no diálogo que aponta para a emancipação humana. Estas inquietações continuaram mediante as respostas políticas à problemática da infância e adolescência no tocante à violência sexual no Brasil.

A minha aproximação com a temática da violência sexual deu-se através do Programa de Assistência Multiprofissional ao Adolescente (PROAMA)², nos anos de 1990, no município de Campina Grande-PB. Naqueles anos atuava desenvolvendo uma educação não formal, com uma proposta de orientação específica à mudança da leitura de mundo, em contexto cultural de adolescentes grávidas que vivenciavam as transformações inerentes de imaturidade emocional, ideológica e econômica decorrente do processo natural de desenvolvimento. Meninas que tinham semblante de infância, às vezes com 10 anos de idade, com gravidez não planejada, outras indesejadas. Em outros casos, resultantes da violência sexual.

O trabalho consistia no acompanhamento psicossocial às adolescentes durante a gravidez, o parto e o puerpério, incluindo nesse processo a mãe, o bebê e o pai. Experiência marcante em minha vida profissional na convivência com a desinformação, medos e incertezas, mitos e preconceitos que apareciam nas falas das adolescentes. Informações advindas da herança cultural e transgeracional repassadas pelas mães, avós e comunidade onde estavam inseridas. A equipe trabalhava com aulas educativas realizadas pelas enfermeiras em sala de espera para o atendimento médico nas consultas com ginecologistas e no acompanhamento nutricional. Na sequência eram encaminhadas para as oficinas vivenciais com psicólogas e fisioterapeutas durante todo o período gravídico-puerperal.

¹ No decurso das PALAVRAS QUE INICIAM será realizada forma de exposição no tempo verbal na primeira pessoa do singular, por se referir às questões de caráter pessoal. A partir da página 21 opto pela impessoalidade da terceira pessoa do singular resguardando o rigor acadêmico.

² Programa criado em 1990, ligado ao Hospital Universitário Alcides Carneiro (HU) da Universidade Federal da Paraíba, na época Campus II-Campina Grande-PB.

Esse trabalho era realizado uma vez por semana no espaço de tempo de uma hora, através de oficinas vivenciais com 50 adolescentes, divididas em dois grupos de 25. Um grupo era orientado por psicólogas que trabalhavam com escuta atenta das falas das adolescentes, acompanhando o período gravídico por trimestre e as mudanças emocionais inerentes ao mesmo. O outro grupo com as fisioterapeutas nas orientações às mudanças corporais, ao trabalho de parto e pós-parto. Depois os grupos se alternavam passando pelo atendimento da psicologia e fisioterapia. O acompanhamento se estendia ao trabalho de parto no hospital e ao acompanhamento no pós-parto quando do retorno ao programa, agendado pela equipe de enfermagem para a mãe e o bebê.

Esta foi uma experiência profissional no campo dos direitos humanos, trabalhando com o direito à vida, ao exercício de uma prática educativa diante das contingências e da política que a envolve. Naquele contexto o saber evidenciado pelas adolescentes acerca do seu momento de vida era trabalhado como conhecimento adquirido das histórias vividas. Após reflexões e informações orientadas por um arcabouço teórico e vivencial, com oficinas protagonizadas pelas adolescentes, eram oportunizadas ponderações e elaborações apontando na direção do respeito à condição da gravidez na adolescência.

Nesta experiência me deparei com o primeiro caso de abuso sexual intrafamiliar. Algo inédito na época para a equipe multidisciplinar³ que causada por essa constatação foi impulsionada para a busca de conhecimentos diante do contexto que se apresentava. Exigia da equipe encontros para estudo de caso e encaminhamentos ao atendimento profissional com acompanhamento psicoterápico individual da adolescente pela especificidade da contingência.

No período de 1991 a 1994 tive a oportunidade de trabalhar com a educação não formal, em 20 municípios do estado da Paraíba, na assessoria comunitária, com grupos diversos: profissionais da saúde, grupos de mulheres, adolescentes da rede pública de ensino com debate acerca da socialização dos direitos. Essa experiência despertou-me para a reflexão na construção do conhecimento, a partir da realidade percebida, tendo a fala como instrumento. Fez-me aproximar do saber popular acerca da realidade vivenciada em cada localidade, reconhecendo o seu valor, o seu poder ético conduzindo ao questionamento da realidade.

Até o ano 2000 desenvolvia um trabalho de natureza pedagógica, junto aos professores, técnicos e gestores da educação formal, com ênfase na sexualidade a serviço da felicidade humana. Tentava-se trazer a discussão da sexualidade para o campo da educação.

³ A equipe multidisciplinar era composta por médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas e nutricionistas.

Percebi as dificuldades relacionadas ao preconceito e ao desconhecimento, fazendo com que o ato educativo fosse denunciador da história singular de cada profissional. Falar sobre um tabu cultural continuava sendo um impedimento à comunicação ou estranhamento de si mesmo, ancorado numa concepção da negação da sexualidade - contradição da sexualidade inerente à natureza humana e sua exterioridade ao corpo, como se fosse possível essa separação.

No programa de atendimento às vítimas de abuso e exploração sexual⁴, no período de 2001 a 2005, um desafio se fazia presente: o enfrentamento da transgressão do direito à vida e ao desenvolvimento da sexualidade. Esse programa se constituiu numa das primeiras iniciativas do Estado Nação, direcionada para a exploração sexual de crianças e adolescentes que articula justiça, educação, saúde e assistência social. No contexto brasileiro, considerando a realidade e características regionais, os desafios residiam na articulação institucional do arcabouço de proteção integral, como assinalado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nos documentos específicos referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes.

A experiência vivenciada no atendimento às crianças e adolescentes, vítimas de abuso e exploração sexual, do acolhimento à escuta, ao acompanhamento, aos encaminhamentos familiares, sociais e jurídicos, alertavam-me para a possibilidade de realizar um trabalho educativo junto às crianças e adolescentes. Expressado através do Teatro de Fantoques⁵, apontava para orientação no enfrentamento da violência sexual junto a um possível abusador ou explorador⁶.

Essas inquietações levaram-me a desenvolver um estudo monográfico no curso de especialização em 2002, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), acerca da relação entre o programa de atendimento às vítimas de violência sexual contra crianças e adolescentes (Sentinela) e a escola. Esse estudo teve o objetivo de discutir as relações entre a escola e o programa de atendimento, tendo em vista o seu rebatimento na dinâmica escolar enquanto exercício do protagonismo em sala de aula, como meio formador de subjetividades.

A realidade encontrada nas escolas com profissionais pós-graduados era a dificuldade para discutir e enfrentar a complexidade da sexualidade com crianças e adolescentes. Deixava à mostra a necessidade de qualificação profissional para lidar com a temática, com a formação

⁴ Programa Sentinela (Programa de atendimento às vítimas de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes), primeira iniciativa em política pública brasileira para atendimento às vítimas de violência sexual.

⁵ Trabalho realizado nas escolas apresentando histórias acerca do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes numa perspectiva preventiva.

⁶ O abusador é aquele que pratica o abuso sexual e o explorador é aquele que explora e mercantiliza os corpos de crianças e adolescentes para fins sexuais.

específica. A pesquisa apontou para a possibilidade da interação entre a escola e o programa “Sentinela” de expressão social, numa perspectiva de prevenção, para a formação continuada dos profissionais que atuavam diretamente no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

A dinamicidade da ação educativa cidadã toma uma dimensão ampliada, proporcionando reflexões e educação para os cidadãos no sentido de encontrar caminhos para as situações decorrentes das mudanças na sociedade.

Em 2003 ingresso em outra especialização, desta vez na Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Psicologia, minha área de formação. Estudei a Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes, ampliando a compreensão de violência entre o público e o privado na sua relação com a história e a violência estrutural, social e interpessoal. Priorizava pensar a rede de atendimento à criança e adolescente existente no município de Campina Grande-PB e sua articulação com os serviços de referência e contrarreferência para a prevenção da violência e efetividade dos atendimentos. A deficiência nesse exercício de vinculação entre o encaminhamento, o retorno das ações empreendidas e o acompanhamento se mostravam presentes na maioria dos casos, exigindo formação específica para o trabalho em rede⁷.

Nos anos de 2005 a 2007, no mestrado⁸, com a preocupação em repensar as políticas públicas e as práticas educativas, propus uma pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB). Proposta inscrita na linha de pesquisa das Políticas Públicas e Práticas Educativas orientada pelo problema: como a educação tem contribuído para a discussão do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes? Questionamento que deu origem ao objetivo de analisar o lugar da educação no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, no município de Campina Grande-PB. Tomei como eixo norteador as políticas da educação para confrontar a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Como tema central investiguei a concepção dos educadores acerca do conceito de abuso e exploração sexual e a intersectorialidade das propostas elaboradas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Na ocasião assinalava a importância da educação no processo de implicação da violência sexual contra crianças e adolescentes, relacionando política educacional às ações construídas no cotidiano da escola para o enfrentamento da violência

⁷ Forma de trabalho articulado com a Rede de Proteção à Criança e Adolescente, baseado na cooperação e na divisão de responsabilidades e competências. Constitui-se numa articulação política, descrita na Norma Operacional Básica (BRASIL, 2005) como Rede Socioassistencial.

⁸ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba PPGE/UFPB: **Violência sexual infantojuvenil: horror, indignação e enfrentamento**, 2007.

sexual e as dificuldades encontradas pelos educadores para a efetivação da política de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes no município.

Em 2010 retorno ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB com a proposta de continuidade desse debate no doutorado fazendo um recorte acerca de uma das categorias da violência sexual, ainda pouco estudada, o turismo sexual infantojuvenil.

A transformação de crianças e adolescentes em mercadoria rentável, foco da exploração e escravidão, penetra de forma sutil na sociedade como expressão de objeto para o consumo. Com o discurso dos direitos humanos em cena, há uma inquietação diante do fosso existente entre a dignidade humana e o silêncio imposto pelas estruturas sociais.

Partindo do pressuposto de que a gravidade do problema não cessa de se inscrever, esta pesquisa alerta para o anúncio e a denúncia do escândalo contemporâneo aos direitos humanos e o aviltamento da dignidade de crianças e adolescentes no mundo.

INTRODUÇÃO

O debate sobre turismo sexual infantojuvenil discutido nesta tese encontra-se inserido no campo científico das Ciências da Educação que em função de sua complexidade e importância social considera-se expressão da violação de princípios éticos e humanos.

Resulta do estudo centrado na exploração sexual infantojuvenil por meio do turismo sexual e seus efeitos na construção da cidadania de crianças e adolescentes. Situa-se no ambiente do turismo sexual infantojuvenil enquanto categoria da exploração inserida na discussão da violência sexual.

As relações de violência sexual colocam a sociedade diante da contradição assegurada por lei de proteção e prioridade para crianças e adolescentes. Revela a luta entre o movimento de tentativas do afastamento da barbárie, de um lado e, de outro, de sua aproximação no caminho do processo civilizatório. Confronta um contexto histórico de negligência ao levantar questões emblemáticas dando visibilidade aos efeitos da política de enfrentamento.

Na história das políticas para a infância e a adolescência no Brasil o controle, a repressão numa perspectiva saneadora, foram expressos com práticas discursivas, institucionais como objeto de intervenção higiênica e disciplinar. Nesse contexto, a prática do recolhimento de crianças nas ruas, na década de 1980, com a organização dos grupos de extermínio, vai transitar na direção do afastamento do ser humano de sua humanidade, provocando, ao mesmo tempo, ações de sua condição humana de contestação ao processo de desumanização. O Estado brasileiro foi se constituindo num processo histórico de descaso para com a infância, condenando-a ao trabalho precoce e a um futuro subalterno. De certa maneira, especula-se sobre a dinâmica política do Estado repassando, através das gerações, a submissão e a contradição de um discurso legitimado de enfrentamento, no entanto, distante do ser social numa prática de ignorar as leis em relação à proteção de crianças e adolescentes.

Diante do fenômeno hegemônico do neoliberalismo, sendo um movimento ideológico inacabado, por não conseguir a revitalização do capitalismo avançado na análise de Anderson (2003) logrou-se mais desigualdades. Do ponto de vista social, político e ideológico, a disseminação da ideia de que não há saídas submete a adaptação às suas normas, como alternativa para a sobrevivência. Assim, os sucessos ideológicos e políticos se sobressaem aos econômicos, mas ao mesmo tempo, a crise econômica propicia o controle inflacionário reforçando os efeitos ideológicos e políticos. Reiterada por Sader (2009) como processo regressivo da institucionalização de direitos, o aspecto político-ideológico continua a ser um elemento expressivo no neoliberalismo, encontrando as fragilidades postas nas

regulamentações como novas formas de lucro. Dentre estas, estão evidenciadas a exploração do trabalho infantil, a exploração sexual infantojuvenil, a escravidão com a vulnerabilidade e aviltamento social e cultural das minorias.

É recente a produção bibliográfica existente no Brasil referente à infância e adolescência, sobretudo aquela que pretende relacionar maltrato às crianças e aos adolescentes em situação de pobreza. Sobre isso a denúncia elaborada por Libório (2003) indica a relevância de outros e mais diversificados estudos emergirem pensando a problemática inserida na contradição entre crianças e adolescentes em situação de extrema pobreza e ações de exploração, iniciadas na metade dos anos 80. Esses estudos são intensificados nos anos 90 quando “os autores começam a perceber a problemática da prostituição infantojuvenil, vivida enquanto uma estratégia de sobrevivência no mundo da rua” (LIBÓRIO, 2003, p. 19). Há uma dificuldade na construção de novos sujeitos sociais, pelo grau de miséria e orfandade da massa de pobres no Brasil, o que Sader (2006) chama de “gestão da miséria”.

Os anos de 1990 irão registrar significativo avanço no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Em esfera nacional e internacional vão emergir ações mais contundentes contra a violência em crianças e adolescentes. A discussão sobre violência sexual não será diferente.

O longo processo de implantação de ações de combate à violência sexual no Brasil tem seu marco histórico com a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de 1993, revelando a exploração sexual de crianças e adolescentes em diversos estados e convocando o país a formar uma rede nacional e internacional para o seu enfrentamento. Até o I Congresso Mundial contra a exploração sexual de crianças e adolescentes realizado em Estocolmo, na Suécia, em 1996, vários encontros, seminários nacionais, regionais e estaduais⁹, produziram novas concepções, conceitos e análise das práticas adotadas através de debates teóricos. Essa mobilização culminou, no Brasil, com a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, em 2000, proposta apresentada no II Congresso Mundial em Yokohama, no Japão em 2001.

Efeito da aprovação do Plano Nacional, o Programa de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (SENTINELA) foi criado pelo Governo Federal em 2001, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A partir do reordenamento da Política Nacional da Assistência Social passa a ser um serviço

⁹ Seminário Nacional sobre Prostituição de Meninas e Meninos (1995), Encontro das Américas (1996), Encontros do ECPAT/Brasil (1997/1998), entre outros (Processo de Revisão do Plano Nacional, 2008)

continuado com a implantação do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (MOTTI; CONTINI; AMORIM, 2008).

Com a implantação do Plano e a Criação do Comitê Nacional, em 2002, são fortalecidas as redes de enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Apesar de toda mobilização “as demandas da sociedade ainda recebem respostas muito fracas por parte do Estado” (COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2008, p. 14), evidenciadas na “ausência de um orçamento específico e transparente na sua execução e a intersetorialidade como base da política pública” (COMITÊ NACIONAL..., 2008, p. 14). Nesse mesmo ano uma parceria foi firmada para implantação de um programa piloto através do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro (PAIR) aplicada em seis estados brasileiros, em 2003, com posterior expansão. Esse programa tem como foco uma metodologia construída a partir da realidade local na perspectiva da potencialização de suas instituições, elaboração de suas prioridades e formas de resolutividade.

No processo de revisão do Plano Nacional Brasileiro, antes do III Congresso Mundial realizado no Brasil, no Rio de Janeiro (ECPAT, 2008, p. 172, 181), foi reafirmada sua base legal sustentada na Constituição brasileira, no ECA, na Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Protocolo Facultativo sobre o Artigo 34 e influenciado por tratados internacionais de que o Brasil tem sido signatário, mantendo estreita relação com o debate político sobre a violência, modos de exploração sexual de criança e adolescente. Nessa base legal estão ancorados os princípios dos direitos humanos, o marco legal da proteção integral, intersetorialidade das políticas públicas, responsabilidade e sustentabilidade da gestão pública, articulação entre setores e órgãos públicos e privados, participação democrática da sociedade civil, interação com o protagonismo juvenil, sustentabilidade de recursos físicos, materiais e financeiros, para cumprimento das metas e controle social como papel da sociedade civil organizada (COMITÊ NACIONAL..., 2008).

No entanto, os meios democráticos para essa transformação, pela via das políticas públicas, encontram descompassos entre o Estado de Direito e o fortalecimento da exploração. Essa tensão tem resultado no aumento da contradição entre as políticas públicas e as medidas repressivas à violência sexual visando ao controle social pela descontinuidade do trabalho, rotatividade das equipes de atendimento, atrasos no repasse de recursos e dificuldades na articulação entre órgãos para proteção das vítimas e limitações quanto ao atendimento, encaminhamento e acompanhamento, constatado pela auditoria do Tribunal de

Contas da União (TCU) em 2004. A partir dessa auditoria, seguiram-se monitoramentos para acompanhamento na implementação das ações, realizados em abril de 2005 e março de 2006, das determinações e recomendações advindas do Acórdão original (TC 006.474/2005-4 e TC 002.076/2006-7). Posteriormente foi realizado outro monitoramento, este em 2010 com algumas exigências em fase de implementação e outras ainda não implementadas.

Sobre pesquisas realizadas no Brasil relacionadas à violência sexual, há várias, tais como na fonte Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), no Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes (VIOLES) na Universidade de Brasília (UnB) entre outras. Destaca-se a Pesquisa de Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil (LEAL, 2002), que se sobressai ao fortalecer a relação entre a universidade e a sociedade. Estabelece um diálogo da ciência com a política, promovendo a mobilização das redes de enfrentamento da violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres, em 19 estados brasileiros (LEAL; PINHEIRO, 2007). A pesquisa vai dispor informações expondo a existência do fenômeno no Brasil, mobilizado pela mídia. Faz o mapeamento das rotas de tráfico e impulsiona a criação do Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual¹⁰ adentrando a agenda nacional com participação da sociedade civil. Diante desse desafio,

As pesquisas desenvolvidas no Brasil, na última década, sobre tráfico de pessoas e violência sexual apontaram para a necessidade de realização de estudos, especialmente na área de tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e junto a outras pessoas, a exemplo dos trans (LEAL; PINHEIRO, 2007, p. 25).

Envolve áreas de vulnerabilidade e processos de fragilização, marcados por crescentes violações de direitos e rupturas sociais configurando um contexto de dominação que perpetua a subordinação e a subserviência como balizadores das relações sociais, efeitos de uma realidade que revela um segmento com baixa escolaridade e situações de violências nas histórias de vida.

Deste cenário, situado no contexto nacional em que se discute violência sexual e suas várias formas de enfrentamento é que emergiu a lógica com a qual foi definido e delimitado o objeto de estudo para o trabalho de tese. Por conseguinte, assume-se o enfrentamento do

¹⁰ Fórum de articulação, criado em junho de 2002, na assembleia de aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, com sede em Brasília, com coordenação colegiada para operacionalização, encaminhamento e deliberação das matérias a serem tratadas ao nível administrativo, técnico e político, com representação de cada região geográfica do país e representantes do Grupo ECPAT/Brasil (BARBOSA; PAIM, 2003).

turismo sexual infantojuvenil com objeto de estudo e a Educação Popular como seu limite.

Construção do objeto da pesquisa

As reflexões sobre violência sexual expressas na argumentação explicativa à concepção, causas, efeitos, classificação têm provocado adesão, entre pesquisadores, na direção de delimitá-la conceitualmente. Neste sentido, a ABRAPIA (2001, p. 171) vai pensar violência sexual situada por duas diferentes categorias, expressões de duas dimensões de um mesmo fenômeno, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

O abuso sexual mantido pelos pactos de silêncio que o cercam pode ser considerado como intrafamiliar e extrafamiliar (GUIA OPERACIONAL PARA FUNCIONAMENTO DOS CENTROS E SERVIÇOS DE REFERÊNCIA DO PROGRAMA SENTINELA, 2003). A utilização do corpo de uma criança ou adolescente para satisfação sexual do adulto ou de uma pessoa que também está em desenvolvimento, mas é maior que a criança, pode acontecer com ou sem violência física e com ou sem o contato físico. Denominado intrafamiliar quando o violentador faz parte do grupo familiar, considerando-se não apenas a família consanguínea, mas também as famílias adotivas e substitutas, ou ainda amigos da família. Por serem conhecidos da criança ou da família aproveitam-se da confiança, do lugar privilegiado para exercer seu poder de sedução.

Numa posição de poder sobre as crianças e adolescentes em consequência da idade, da autoridade ou de ambas, aproveitam-se da incapacidade da criança ou adolescente em tomar decisões em relação a si mesma. Entende-se que não há consentimento porque a criança ainda não desenvolveu a compreensão que lhe permita uma reação livre e consciente em relação ao comportamento do adulto (CUNHA, 2007). Esta afirmação tem como fonte original o ECA no seu artigo sexto em que considera “a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” (BRASIL, 2002b, p. 24).

No abuso sexual extrafamiliar o violentador é alguém estranho ao relacionamento familiar da criança ou adolescente, como nos casos de estupro, com consequências tão graves quanto o abuso intrafamiliar. A noção de abuso sexual, revelada na contemporaneidade, encontra-se vinculada aos novos paradigmas que quebram expressões do senso comum centrado no gênero feminino. A realidade, percebida por pesquisadores, tem adotado um olhar que se distancia dos discursos reducionistas, provocando a queda de mitos e ampliando o debate sobre novas questões que desafiam o campo do conhecimento, incidindo no cenário do abuso sexual contra crianças e adolescentes de ambos os sexos e de crianças hermafroditas.

Nessa perspectiva,

pensar a dimensão dos valores significa desconstruir o discurso/imagem do abuso e da exploração sexual/erótica de crianças e adolescentes, especialmente do sexo feminino, veiculados e cristalizados transculturalmente pela mídia, que favorece a formação de um imaginário que fortalece a ideia da sexualidade e sensualidade infantojuvenil para fins de exploração comercial (LEAL, 2003, p. 15).

Como decorrência das pesquisas, articulando o debate teórico-epistemológico sobre abuso sexual e gênero, especula-se que a subnotificação de incidência com o masculino se apresenta distante da realidade frente às dificuldades culturais e sociais em relação à denúncia quando se trata de crianças do sexo masculino.

Tal contexto, expressão dos limites das relações entre humanos, condicionadas pela contradição humanização-desumanização, código delimitado pela lógica com que se processam argumentos, também contraditórios, fatalidade-esperança crítica, vai impulsionar a compreensão da relevância da educação como processo dinâmico, político de enfrentamento à violência sexual, aos modos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo em que se assume a ideia de que a educação bancária, assinalada por Paulo Freire, não tendo dado conta desse pressuposto, a Educação Popular emerge como possibilidade de situar as relações humanas com argumentos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

De maneira semelhante, pensando sobre a categoria da exploração sexual contra crianças e adolescentes, insere-se na temática ancorada por preceitos de especulação, articulando ocorrência de ações violentas à sexualidade de crianças e adolescentes dificultando as ações de seu enfrentamento. Implica em delimitar a condição humana de indignação, com que se dilatam ações de mobilização de práticas de reconhecimento de crianças e adolescentes com “o *status* de sujeito de direitos, do ponto de vista legal” (CUNHA, 2007, p. 80) e enfrentamento aos modos de exploração sexual. Constitui-se em um dos graves problemas reconhecidos pela sociedade. Conforme Relatório do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF, 2011, p. 06), em relação à violência sexual no Brasil, “dados de 2008 mostram que, de um total de 12.594 casos registrados, 8.674 ocorreram na faixa etária de 7 a 14 anos”, com maior visibilidade de ocorrências a presença de meninas usadas sexualmente das mais diversas formas.

A exploração sexual, fenômeno de conhecimento público, visibiliza um comércio vendendo o corpo de crianças e adolescentes para uma demanda consumidora, em sua grande

maioria masculina, numa mercantilização da relação de trabalho de meninas e meninos, jovens travestis nesse processo. Caracteriza-se como problema de amplitude mundial, essencialmente fundamentado no lucro. No caso do Brasil não sugere ser diferente.

Exploração sexual contra crianças e adolescentes, como temática emergente da contradição valorização-desvalorização da vida humana, vai despertar a busca de argumentos que expliquem o processo social acerca do uso de crianças e adolescentes no mercado do sexo. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a exploração sexual de crianças é uma das piores formas de trabalho infantil. Considera-se, aqui, ao exemplo do ocorrido no I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, Estocolmo (1996), trata-se de uma forma moderna de escravidão, entendida como exploração sexual comercial, adverte (FALEIROS, E., 2004).

Das discussões elaboradas em Estocolmo (1996) passam a ser reconhecidas como modalidades da exploração sexual o tráfico para fins sexuais, a prostituição infantil, o turismo sexual e a pornografia infantil. Leal (2002) vai ressaltar que essas quatro modalidades foram incorporadas pelas agendas internacionais como a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, legitimadas em 1998 pelo Instituto Interamericano del Niño/Organização dos Estados Americanos (IIN/OEA). A gravidade do problema e o reconhecimento político social, em rede global, apontando a relevância da identificação e medidas de enfrentamento vai se constituir em propósito da organização Internacional End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes (ECPAT)¹¹, adotando a mesma classificação. Para estes, a exploração sexual se configura por tráfico e venda de crianças para fins sexuais, prostituição infantil, turismo sexual e pornografia infantil.

O tráfico e venda de crianças para fins sexuais visa, sobretudo, a lucratividade. Para a ONU o tráfico de pessoas se apresenta “com o objetivo de forçar mulheres e crianças a entrar em situações sexualmente ou economicamente opressoras e exploradoras, para o lucro dos aliciadores, traficantes e crime organizado” (FALEIROS, E., 2004, p. 81). Movimenta crianças e adolescentes no mundo, transformando-se num mercado bilionário. No cenário brasileiro, denunciam-se dados registrando a condição de país com a maior incidência em tráfico internacional de crianças da América Latina.

Com a intenção de identificar a ação de tráfico de crianças, a ECPAT (2002) descreve conceito articulando tráfico e venda de crianças para fins de exploração sexual como

¹¹ A Rede ECPAT é uma rede global de organizações e indivíduos que trabalham juntos para eliminar a exploração sexual de crianças e adolescentes. Possui grupos nacionais em 73 países.

o tráfico que consiste em todos os atos envolvendo o recrutamento ou transporte de pessoas entre ou através de fronteiras e implicam em engano, coerção, alojamento ou fraude com o propósito de colocar as pessoas em situações de exploração, como a prostituição forçada, práticas similares à escravidão, trabalhos forçados ou serviços domésticos exploradores, com uso de extrema crueldade (ECPAT, 2002, [s.p.]).

Mesmo sendo signatário das ações mundiais de proteção às crianças e adolescentes, no Brasil, especula-se sobre as condições de exploração sexual influenciada por práticas patriarcalistas em relação ao poder exercido sobre os filhos. Algo que se configura na dinâmica familiar como propriedade privada, remetendo-nos ao texto de Engels (1981) quando se refere à relação familiar.

A prostituição infantil, dentre as modalidades da exploração, envolve o aliciamento de crianças e adolescentes para a atividade sexual com pessoas adultas. No Brasil está presente de forma explícita, em várias partes do país, sobretudo nas grandes cidades e nas rodovias sendo constatado “in loco a ‘força’ do fenômeno às vistas de qualquer pessoa que esteja nos postos de gasolina e locais de parada dos caminhoneiros” (PADILHA; CERQUEIRA-SANTOS, 2007, p. 139).

Segundo o Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança, adotado pela ONU, em 2002, o entendimento acerca da prostituição infantil declina sobre “a utilização de uma criança em atividades sexuais em troca de remuneração ou de qualquer outra retribuição, através do ato de oferecer, obter, facilitar ou proporcionar uma criança com esse fim” (BARBOSA, 2003, p. 233). Outra concepção, geralmente ligada ao crime organizado, faz “o uso de uma criança em atividades sexuais em troca de remuneração ou outras formas de consideração” (ECPAT, 2002).

O termo prostituição infantil, durante muito tempo, foi questionado por pesquisadores e estudiosos da exploração sexual, por considerarem que não há opção por esta atividade, mas que crianças e adolescentes “são levados pelas condições e trajetórias de vida, induzidos por adultos, por suas carências e imaturidade emocional, bem como pelos apelos da sociedade de consumo. Neste sentido, não são trabalhadores do sexo, mas prostituídos, abusados e explorados sexualmente, economicamente e emocionalmente” (FALEIROS, E., 2004, p. 79). Considera-se, assim, que a criança ou adolescente está em situação de prostituição conforme a Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes¹² (2011).

¹² “Ferramenta estratégica de gestão pública, de triangulação de informações, que possibilita dar visibilidade quanti-qualitativa à exploração sexual de crianças e adolescentes e às ações de enfrentamento, por meio da intersectorialidade no contexto das Políticas Públicas” (MATRIZ INTERSETORIAL..., 2011, p. 14).

O turismo sexual, semelhante ao contexto da prostituição de crianças e adolescentes, adentra o tecido social pela rede de articulação existente constituindo-se em uma prostituição organizada. Contraditório e complexo engendra uma organização, numa multiplicidade de efeitos condicionando corpos humanos em moeda de troca, expressão da exploração sexual em cenário do mercado das práticas de prostituição. Como mercado, o turismo sexual de crianças e adolescentes se apresenta aquecido promovendo o distanciamento das pessoas dos valores éticos da cidadania centrada na práxis libertadora. Uma ética que se expressa com valores outros, diferentes da lógica tecida no mercado. Uma ética de mercado que, mesmo transitando com argumentos contrários à exploração de crianças e adolescentes, possibilita práticas contra a dignidade humana. Neste sentido a exploração sexual de crianças e adolescentes, enquanto lógica de mercado, mesmo que ilícito, possibilita impactos contra a cidadania.

Sobre isto a reflexão da educação popular, com Paulo Freire, afirma a condição que imputa numa das maiores tragédias do ser humano moderno, o rebaixamento de sujeito a “puro objeto, coisifica-se” (FREIRE, P., 2003a, p. 51) crianças e adolescentes. Consequência da sectarização de humanos, coisificados por suas escolhas, agenciando crianças e adolescentes ao turismo sexual, tornam-se opressores dessas crianças e adolescentes, expondo-os à condição de oprimidos. Afastando-se de sua humanização “os oprimidos, como objetos, como quase ‘coisas’, não têm finalidades” (FREIRE, P., 1981, p. 50).

No Brasil, os efeitos da negligência em relação à infância oportunizou uma cegueira temporária deste cenário (coisificação do humano) em detrimento do lucro imediato. Esses efeitos, hoje, estão visíveis na sociedade contemporânea. Considerando que “o turismo sexual é a exploração sexual comercial de crianças por pessoas que saem de seus países para outros, geralmente países em desenvolvimento, para ter atos sexuais com crianças” (ECPAT, 2002, [s.p.]), as leis de proteção e zelo com a infância e juventude parecem distantes da realidade concreta. Para Freire, P. (1967), realidade percebida. Realidade, esta, gestada socialmente na História, na cultura, influenciada por certa expressão de práticas educativas.

A pornografia infantil¹³, quarta modalidade de exploração sexual, tem sido facilitada por via de acesso às informações que circulam por meio da internet, ampliando a lógica da exploração sob a movimentação de imagens distribuídas em redes de comunicação virtual.

¹³ “A pornografia infantil é qualquer representação através de quaisquer meios de uma criança engajada em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas ou qualquer exibição impudica de seus genitais com a finalidade de oferecer gratificação sexual ao usuário, e envolve a produção, distribuição e/ou uso de tal material” (ECPAT, 2002, [s.p.]).

Esta via de informação em rede mundial termina por creditar a edição de pornografia infantil, um dos negócios que mais crescem, ao mercado. Mercado que se situa com a comercialização de cenas da exploração sexual de crianças e adolescentes.

A comunicação em rede, desenvolvida com os avanços de novas tecnologias computadorizadas, implementando meios de transferência de dados, tanto possibilita emprego aos projetos que circulam práticas educativas condicionadas por propósitos da emancipação humana quanto àquelas práticas que atuam em sentido oposto. Seja por um ou por outro objetivo o uso de câmeras digitais e *webcams* dispõe imagens de qualidade precisa, provocando a aproximação da pessoa que captura a imagem às suas sensações, emoções, aprendizagens. No que se refere ao ambiente da pornografia infantil, possibilitou expandir a divulgação da exploração sexual de crianças e adolescentes, de um lado por ampliar a distribuição, de outro por torná-la mais barata, facilitando sua mercantilização. No Brasil, a navegação pela internet com temas vinculados à pornografia infantil é considerada crime pela legislação atual.

O rápido desenvolvimento dessa modalidade de exploração sexual, com a gravidade, o fácil acesso e a extensão mundial, ao tempo em que se afirma a condição de criminalidade, afirmam-se medidas de seu enfrentamento mobilizando esforços de proteção às crianças e adolescentes pelas vias governamentais, não governamentais e agências internacionais. Sobre este tema Faleiros, E. (2004) vai afirmar a característica de “crime cibernético” em âmbito mundial. Seu enfrentamento, enquanto maneira de resistência contra as vias da exploração sexual de crianças e adolescentes, tem produzido dificuldades operacionais impondo normas mais rígidas, leis com as quais sejam delimitadas restrições ao uso da circulação de informações do uso de imagens envolvendo crianças e adolescentes para fins da pornografia.

Essas quatro modalidades de exploração sexual se entrecruzam alimentando uma rede, um círculo vicioso difícil de ser interrompido, podendo ter consequências no aumento da prostituição. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2007), cerca de 2 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos se prostituíam no mundo. No ano de 2007 a prostituição se encontrava em terceiro lugar como um grande negócio em termos de volume de dinheiro, perdendo somente para o comércio de armas e para o tráfico de drogas.

Após a exposição das quatro modalidades de ESCA aprovadas no I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes em Estocolmo, Suécia (1996) e referendadas no II Congresso em Yokohama, Japão (2001), algumas expressões foram acrescentadas, como resultado do III Congresso Mundial de Enfrentamento

à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2008) expresso na “Declaração do Rio de Janeiro e Chamada para Ação para Prevenir e Eliminar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” que aponta para as formas de exploração e seus novos cenários na ESCA: Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na Prostituição; Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Viagens e Turismo; Pornografia Infantil/Imagens de abusos de Crianças; Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Dentre as quatro modalidades apresentadas, o turismo sexual infantojuvenil foi abordado como campo de estudo. Foi assumido como campo de reflexão teórica. Motivo pelo qual passou a mobilizar a orientação do trabalho da pesquisa condicionando o movimento da investigação sobre o turismo sexual contra crianças e adolescentes e seu enfrentamento constituído por argumentos explicativos extraídos da teoria, da epistemologia que se afirma na abordagem filosófica da Educação Popular.

Considerado como a “atividade que mais responde, e de forma imediata, às demandas da juventude pobre e excluída por uma inclusão social associada ao consumo” (FALEIROS, V.; FALEIROS, E., 2007, p. 45), atinge crianças e adolescentes de baixa escolaridade e que vivenciaram situações de violência. Mazela do turismo que deixa sequelas sociais de exploração, escravização e depredação dos valores humanos, o turismo sexual infantojuvenil se abastece de corpos de crianças e adolescentes, com fins de exploração sexual, coisificando-os em mercadoria humana como valor de mercado. Sugere uma complexidade que vai além dos termos escravidão e violência em contraponto ao entendimento sobre a natureza política do fenômeno. Coloca em perigo a saúde física e mental de crianças e adolescentes causando interferência direta e indireta nos aspectos de seu desenvolvimento. Em posição contrária, como expressão de enfrentamento, especula-se sobre outra lógica com a qual turismo e desenvolvimento estejam situados por certa abordagem da sustentabilidade¹⁴; de um turismo firmado no movimento da valorização da vida, da cidadania compartilhada por singularidades enraizadas na emancipação. Daí, a aproximação entre Educação Popular e turismo.

Diante deste cenário a pesquisa emerge ratificando a relevância de investidas do pensar e agir acadêmico, na busca de elementos da argumentação explicativa da educação no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes. Assume a categoria

¹⁴ O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os *habitats* naturais (conceito sistêmico usado em 1987, no Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criado em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas).

turismo sexual como questão central, objeto da tese situada no campo da Educação Popular como condição do enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, delimitada pela Educação Popular freireana e o turismo sexual contra crianças e adolescentes.

Pressupostos epistemológicos e teóricos

A tese que se pretende demonstrar afirma que Educação Popular se constitui em pressuposto para enfrentamento do turismo sexual contra crianças e adolescentes.

Por conseguinte, com a clareza de situar a pesquisa sob a mobilidade do rigor acadêmico, mediado pela expressão da dinamicidade política do objeto de estudo identificado, três questões foram pensadas de maneira a nortear as ações de investigação: Como o turismo sexual contra crianças e adolescentes se insere no contexto do turismo? Educação Popular pressupõe radicalidade teórico-epistemológica de enfrentamento ao turismo sexual contra crianças e adolescentes? De que maneira as práticas pedagógicas, propostas por instituições que trabalham com ações de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes, no turismo sexual, se afirmam com argumentos da Educação Popular?

Com a primeira questão intencionou-se adentrar no mundo do turismo de maneira a descortinar a trajetória desencadeada na direção da exploração de crianças e adolescentes enquanto mercadorias. Tal intencionalidade, que para “o espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta” (BACHELARD, 1996, p. 18), impulsionou a explicação do processo que deu origem ao turismo sexual contra crianças e adolescentes, suas raízes, características na Europa, América Latina e a especificidade brasileira.

Com a segunda questão pretendeu-se transitar com o movimento de pesquisa para demonstrar Educação Popular como condição teórico-epistemológica, enquanto pressuposto ao enfrentamento do turismo sexual contra crianças e adolescentes. Assume-se o pensamento filosófico de educação proposto por Paulo Freire por reconhecer sua singularidade na elaboração do conhecimento que situa a interação comunicativa humana orientada por argumentos socioantropológicos delimitando a condição humana ao ‘ser de relações’ (FREIRE, P., 1967), sujeito no e com o mundo. Nesse sentido, a opção por relacionar Educação Popular ao pensamento freireano foi escolha crítica com a qual se tornou possível pensar o enfrentamento ao turismo sexual contra crianças e adolescentes, dimensionada por conotações de análise identificadas por dialogicidade, compreensão de mundo, de ser humano, de ética. Transitou com a definição de opção política, práxis libertadora, inédito viável, autonomia e emancipação.

Na continuidade, a terceira questão foi trabalhada no sentido de atribuir visibilidade da Educação Popular como campo teórico-epistemológico de enfrentamento ao cenário de práticas que se assumem contrárias à exploração sexual, por via do turismo, contra crianças e adolescentes.

Tomando como elemento da reflexão sobre a tese anunciada foi realizada a escolha do referencial para o estudo. Foi adotado por critério de seleção a pertinência da obra e sua expressão crítica com que se tornou viável o debate teórico articulando Educação Popular ao processo de enfrentamento do turismo sexual contra crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, levou-se em consideração autores com obra situada sobre a realidade latino-americana em que o cenário brasileiro se aproxima. Foi assim que escritos elaborados por Mészáros (2008), Martí (2011), Dussel (1980, 2000) e Torres (2001) foram adotados na parceria com Paulo Freire, interlocutor central das referências.

Mészáros com as questões da educação emancipatória, Dussel com a reflexão filosófica e ética da libertação, Martí com o pensamento anticolonial e Torres com o questionamento acerca da democracia justificam sua trajetória acadêmica em contexto crítico da Educação Popular. Em relação à realidade brasileira, juntam-se em diálogo com Paulo Freire outros educadores, cientistas sociais como Brandão (1985, 2005, 2006), Biesegel (2004, 2008), Wanderley (2010), Gadotti (1996) e Calado (2000, 2002, 2006) como expoente da Educação Popular e movimentos sociais.

Outros autores, de origem brasileira, foram selecionados para compor a discussão que dialoga com a categoria basilar deste estudo, turismo sexual contra crianças e adolescentes. Soares do Bem (2005, 2010), Leal (2002, 2003), Faleiros, V.; Faleiros, E. (2007) assumem uma abordagem crítica demonstrando a crise da modernidade, da ética e da democracia, dispondo argumentos com os quais se tornou viável a reflexão sobre Educação Popular e a condição de enfrentamento ao turismo sexual contra crianças e adolescentes, objeto assumido como campo da pesquisa.

Registra-se a contribuição das reflexões dos autores lusitanos e espanhóis: Brás (2006), Ribeiro e Sacramento (2009), Canário (2007), Cavaco (2009), Precioso (2006), Solana (2010), referentes ao período sanduíche proporcionado pela CAPES/FCT-Programa de Cooperação Internacional Brasil, Portugal, Espanha. Foram pessoas com as quais a dimensão política de educação libertadora, ao exigir atitude crítica, pensar e agir com dialeticidade no contexto de cultura e história, disponibilizou elementos concretos para a construção do debate em torno do turismo sexual contra crianças e adolescentes.

Objetivos

Pensar a tese e as implicações do turismo sexual na educação sinaliza, como fio condutor, demonstrar que a educação popular se constitui em pressuposto para enfrentamento do turismo sexual contra crianças e adolescentes.

O lócus da investigação focaliza, neste estudo, a região do Nordeste brasileiro.

Os objetivos específicos deste estudo contemplam: 1- analisar como o turismo sexual infantojuvenil se insere no contexto do turismo; 2- mostrar as bases filosóficas da educação popular freireana para o enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil; 3- analisar as propostas de educação nos Planos Estaduais de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil e as propostas pedagógicas de ONGs no Nordeste que trabalham no enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil. Para tanto, as questões de exploração e opressão ancoradas no campo histórico, social e político da Educação Popular são relevantes para compreensão desse cenário.

Roteiro

Para a construção da tese tecida com um fio condutor que orienta a relação existente entre o turismo sexual infantojuvenil e a Educação Popular tomou-se como categoria balizadora o turismo sexual infantojuvenil. Para tanto, buscou-se uma sequência lógica a partir do conhecimento sobre o turismo construindo um percurso até o turismo sexual infantojuvenil. Situando a realidade do turismo sexual infantojuvenil com elementos que possibilitaram o diálogo com a Educação Popular com Paulo Freire busca-se argumentos para ações de enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil.

O Capítulo I, **Do Turismo de Conhecimento ao Turismo Sexual Infantojuvenil**, objetivou demonstrar a elaboração teórica referencial sobre o turismo sexual, as raízes históricas do turismo sexual, contextualizou o turismo sexual no cenário mundial, seus reflexos na América Latina e como o mesmo se constituiu no Brasil. Abordou as considerações teóricas e concepções atuais da categoria turismo, central dessa discussão. A concepção de diversos campos da ciência mostra como o turismo pode ser abordado e como o turismo sexual infantojuvenil se insere nesse contexto.

O Capítulo II, **Educação Popular com Paulo Freire**, abordou as bases filosóficas da Educação Popular com Paulo Freire para o enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil. Centrou-se na busca de argumentos entendendo a Educação Popular como alternativa nas

ações de enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil, no resgate de crianças e adolescentes expostos à vulnerabilidade da exploração sexual por meio do turismo. Proposição argumentada calcada na teoria que dá sustentabilidade à afirmação da tese em que a Educação Popular se constitui em pressuposto para o enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil.

O Capítulo III, **Turismo sexual infantojuvenil no Nordeste brasileiro**: a realidade de uma região, centrou-se na especificidade da região Nordeste do Brasil enquanto universo da pesquisa, explorando sua realidade a partir dos dados existentes. Diante de um lócus geográfico em que predomina a pobreza, a realidade se aproxima pelas semelhanças enquanto que os determinantes econômicos ditam as características por meio das quais o turismo de cada estado se concretiza. Faz referência à relação entre as propostas dos Planos Estaduais para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes por meio do turismo no que se refere à educação. Nos eixos operacionais dos planos de ação governamental há metas para prevenção da ESCA. A pesquisa se dá nos estados com maior incidência de ESCA a partir das ONGs que trabalham com práticas pedagógicas direcionadas para este fim.

Nas **Considerações**, Palavras em movimento, assume-se a Educação Popular como pressuposto para o enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil mediado pelo diálogo. Afirma-se que a Educação Popular constitui-se instrumento teórico metodológico a esse enfrentamento, e caminho filosófico e socioantropológico com perspectiva libertadora.

Procedimentos metodológicos

Para pensar a metodologia da tese e apontar as perspectivas epistemológicas para a sua construção, o caminho que se seguiu como processo deu-se pela opção assumida sob a lógica de movimento reflexivo e teórico para o seu descortinamento.

Esta pesquisa de abordagem qualitativa descritiva vislumbra uma realidade que não pode ser quantificada, em função da subnotificação existente. Entende-se a importância das circunstâncias históricas e dos movimentos que fizeram parte desse contexto, para sua melhor compreensão sem perder de vista seus significados. Centra-se na temporalidade da última década até os dias atuais, a partir do ano 2000 em que o Brasil transitava do século XX para o século XXI legalizando iniciativa política com o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Delimita seu marco temporal que engendra articulações, constituindo-se em diretriz para as políticas sociais.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa caracterizada como estudo de caso sobre o

fenômeno da exploração sexual infantojuvenil por meio do turismo no território brasileiro, focando a região Nordeste como campo de pesquisa. Neste sentido, diante da amplitude da base investigativa, os nove estados do Nordeste, o critério utilizado para escolha da representatividade, que na pesquisa qualitativa não se baseia em critério numérico para garantir sua relevância, foi a incidência do fenômeno. Foram priorizados os três estados onde a problemática aparece com maior preocupação, Bahia, Ceará, e Pernambuco, assim, constituindo-se como ponto de partida da análise, as práticas pedagógicas das ONGs que trabalham com a proposta freireana. Na Bahia o AXÉ, no Ceará o CEDECA e em Pernambuco a CHILDHOOD.

Dos três estados apenas dois se dispuseram a participar da pesquisa: Ceará e Pernambuco. A incompatibilidade de tempo apresentada pela ONG do estado da Bahia, inviabilizou sua inserção no universo pesquisado.

A entrevista semiestruturada (Apêndice A) utilizada como instrumento de coleta de dados, com roteiro flexível, foi previamente autorizada, uma com uso do gravador e transcrita posteriormente e a outra enviada por *e-mail*, tendo como sujeitos da pesquisa os coordenadores pedagógicos das respectivas organizações não governamentais.

Os periódicos científicos e de indexação aliada à literatura existente foram fontes para apreciação crítica, delimitando o percurso e intencionalidade da tese. Coloca-se como opção metodológica a perspectiva do movimento partindo da concretude do fenômeno da exploração sexual para a argumentação pensada acerca do turismo sexual infantojuvenil no seu enfrentamento.

A partir da análise da dinâmica mundial admite-se a complexidade e contradição do objeto de estudo em pauta em que “a exploração dos seres humanos, sob todas as formas, nomeadamente sexual, e especialmente no caso de crianças, vai contra os objetivos fundamentais do turismo e constitui a sua própria negação” (Código Mundial de Ética do Turismo - OMT, 2008).

Recorre-se aos documentos que normatizam os direitos da criança e do adolescente, como marco legal brasileiro com o segmento criança e adolescente. Como parâmetros para análise dos avanços e dificuldades na validação de direitos e cidadania como o Estatuto da Criança e do Adolescente, os Planos Estaduais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil (2000-2002), os dados da Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

O procedimento de tratamento e análise dos dados se respaldou no método Análise de Conteúdo identificado na aproximação com o objeto de estudo, permitindo a interpretação das

condutas, dos discursos e das práticas inseridas num contexto social. A análise de conteúdo, conforme Bardin é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2010, p. 44).

Por conseguinte, o desvendamento do objeto por ser dinâmico, histórico, na “análise de conteúdo toma em consideração as significações” (BARDIN, 2010, p. 45), trabalhando com a semântica, procurando conhecer o que está por trás das palavras. Chama a atenção para análise documental no que se refere à operação intelectual quanto ao recorte da informação tornando-se idêntico à fase de tratamento das mensagens na análise de conteúdo “divisão em categorias segundo o critério da analogia, representação sob a forma condensada por indexação” (BARDIN, 2010, p. 48). Nessa semelhança se expressam diferenças essenciais no trato entre documentos e conteúdos de mensagens.

O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (BARDIN, 2010, p. 48).

O aprofundamento do conteúdo manifesto aponta para a existência de conteúdos latentes inclusos que podem se apresentar de forma dinâmica e histórica. Permite “na análise o contexto não só linguístico, mas também histórico das expressões, conceitos etc.” (TRIVINOS, 1987, p. 163).

A escolha por esse procedimento de análise deu-se pela complexidade da temática, entendendo que “do ponto de vista operacional, a análise de conteúdo parte de uma literatura de primeiro plano para atingir um nível mais aprofundado: aquele que ultrapassa os significados manifestos” (MINAYO, 2000, p. 203).

Por conseguinte, as categorias de análise, construídas *a posteriori*, a partir do material empírico, constituíram-se enquanto procedimentos da descrição analítica em processo de formação, enfrentamento e práticas educativas. Categorias que no movimento das falas descritas se engendram no processo de sua construção na interação com o contexto psicossocial, cultural e alcançando sua intensidade na reflexão crítica da realidade pesquisada.

CAPÍTULO I

DO TURISMO DE CONHECIMENTO AO TURISMO SEXUAL INFANTOJUVENIL

O turismo sexual tem sido abordado por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento por sua representatividade econômica e social. Delinear o fenômeno do turismo enquanto discussão no mundo científico aponta para a tentativa de torná-lo conhecido na área da educação enquanto aproximação do turismo sexual e educação. Para tanto, não se pode fugir da sua abrangência, complexidade e multicausalidade, sem perder de vista as articulações necessárias para a compreensão de sua dinamicidade.

Considerado produto da ausência de planejamento, “embora não possa ser considerado um segmento turístico [...] o turismo sexual está submetido às mesmas pulsações do mercado e carece igualmente de uma infraestrutura em ambos os contextos” (SOARES DO BEM, 2005, p. 99). O autor menciona o resultado de armadilhas construídas historicamente, sendo a primeira delas associada ao processo de colonização por meio de rígidos controles, subalternidade dos “povos sem história” e também pela imposição da língua. A segunda se encontra relacionada ao contexto pós-colonial ligada à modernização e à migração internacional. Ressalta-se que os mercados multiculturais se fizeram ineficientes na produção de sociedades multiculturais, sendo a diferença cultural vista como uma ameaça, passando a ser objeto de barganhas políticas.

O turismo sexual, realidade até bem pouco tempo considerada escondida sob o véu do turismo tradicional, funciona com uma estrutura similar ao da indústria turística convencional. Enquanto fenômeno social não deve ser compreendido com uma visão unilateral porque seria reducionista em contradição à sua dimensão plural. Por turismo sexual se entende toda a deslocamento turística que tem como objetivo principal, ou principal motivação, o consumo ou comércio de sexo (GRABURN, 1983). A pesquisa contemporânea revela através da relação local-global os efeitos das relações pós-coloniais e as interações entre as redes intersetoriais e intermediárias complexas que circulam nos circuitos globais de capital simbólico, cultural e econômico (GRABURN, 2009b).

Da visão macroestrutural de Soares do Bem (2005) à complexidade das redes em Graburn (2009b) toma-se a dimensão da capilarização no engendramento de forças no tecido social para o direcionamento do comércio do sexo.

Para a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2008, [s.p.]) o turismo sexual se constitui em “viagens organizadas de turismo interno e externo, que se servem do *cluster* e do *trade* turístico com o objetivo essencial de realização de relação sexual de caráter comercial

entre turistas e habitantes autóctones da destinação turística”. Neste entendimento, o termo “turismo sexual”, torna-se equivalente às outras modalidades de turismo (Aventura, Cultural, de Negócios, Rural) preferindo a não utilização deste termo, sendo a definição mais utilizada pelas instâncias públicas para se referir a este tipo de atividade a “exploração sexual por meio do turismo”. O documento *Declaracion de la OMT sobre la Prevencion del Turismo Sexual Organizado*, elaborado no Cairo, em 1995, durante a Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo, oficializou a posição da OMT em relação às práticas contraditórias às leis do turismo.

Nessa contradição se encontra implícita uma perspectiva que subjaz ao turismo sexual e se torna questão axiomática ao neoliberalismo, a mercadorização de pessoas no turismo sexual, advindo de um consumismo subjetivo. Para Bauman (2008) a condição de mercadoria vendável. A relação subjetiva da mercadoria e seu caráter misterioso imprime a nebulosidade referida por Marx (1985) quando trata do fetichismo da mercadoria e a interação humana presente nesse movimento mercadológico. Invisível ao mundo capitalista na sua concretude, uma “relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1985, p. 81). Essa descoberta foi “um primeiro passo rumo à restauração da substância humana na realidade cada vez mais desumanizada da exploração capitalista” (BAUMAN, 2008, p. 22).

A complexidade e as contradições que caracterizam o turismo sexual apontam para o perigo de uma ação reducionista que reforce os códigos morais sustentados até metade do século XX, como contraponto às conquistas no campo da liberdade sexual (SOARES DO BEM, 2005). A contradição se encontra no centro das ações relacionadas ao fenômeno com a evidência do caráter exploratório de um lado e questões de outra ordem, como as de natureza emocional, do outro lado.

Baseado em paradigmas emancipatórios para o desenvolvimento da atividade turística, Soares do Bem (2005) propõe algumas prioridades para a área da educação no ensino superior, com contribuições para a qualificação de grupos vulneráveis através dos programas de extensão, implantação de programas disciplinares específicos nos currículos e centrados numa visão holística e sistêmica da atividade turística. Propõe a revalorização do turismo sob uma leitura que supera a multiplicidade de interpretações e centra o conhecimento na dimensão cultural e educativa na tentativa esperançosa de mudanças nesse caminho.

As concepções e práticas educativas não são concebidas separadas das estruturas sociais postas na sociedade. O papel dos educadores num contexto em constante

transformação, com desafios e contingências imperativas, proporciona mediações num movimento contínuo para o enfrentamento das demandas contemporâneas.

1.1 Turismo: considerações teóricas e concepções atuais

Algumas formas de turismo existem desde as antigas civilizações, com olhares diferenciados em cada época. Algumas deixaram provas escritas como as do Oriente Médio, Ásia e Mediterrâneo revelando a expansão da Grécia, Roma e China em função do comércio e das conquistas e a oportunidade de viagens por prazer ou em missão diplomática às suas classes superiores (GRABURN; JAFARI, 1991). Outras se encontram nos relatos de viagem da Era de Expansão e Exploração por parte dos árabes (de 800 d.C. em diante) e de europeus como Marco Polo (1200 d.C. em diante). No Japão, os diários escritos pelos viajantes japoneses do período Edo, como o poeta Bashô, ainda hoje servem de guia para os turistas.

Até o século XV o turismo se constituía no acesso ao conhecimento de civilizações importantes, a visita a lugares sagrados e contato com essas pessoas. Em sua maioria havia a manutenção de idas ao que havia sido conhecido (ROSS, 2001). A partir daí novos elementos facilitam a expansão europeia como as novas tecnologias cartográficas e de navegação, a ascensão das classes mercadoras, a divulgação dos documentos de viagem com a invenção da imprensa possibilitando a partir de meados do século XVI as viagens regulares para as estações de água em seus próprios países.

The Tour, como ficou conhecido em meados do século XVII, passou a ser feito por prazer ou para fins educativos (GRABURN; JAFARI, 1991), surgindo no século XVIII os centros de férias no Mediterrâneo. Com a “Revolução Industrial e as revoluções sociais do imperialismo, do evangelismo e do socialismo” (Ross, 2001, p. 20) aconteceram grandes mudanças sociais ocorrendo um turismo elitista que intensificou o *boom* imobiliário, caracterizando os mais antigos centros turísticos da Europa, sobretudo no Mar Mediterrâneo numa época denominada de *Belle Époque* em final do século XIX e início do século XX.

As bases do turismo moderno se estruturaram com as revoluções industriais conforme aponta Rejowski (2002). Seus efeitos afetaram os meios de transporte que se massificaram facilitando o acesso aos passeios e viagens. A partir desse fato um eixo norteador baseado na tecnologia traça não só os recortes temporais na história do turismo, mas também causa impactos na criação de grandes eventos com o surgimento das agências de viagem.

Com a criação da indústria moderna de turismo, atribuída a Thomas Cook¹⁵, que organizou a primeira viagem coletiva em 1841, o turismo em massa se tornava um empreendimento internacional. Seu crescimento com “agências de viagem, reservas de lugar e de acomodação em hotéis, classificação dos alojamentos, cheques de viagem, horários e escalas dos meios de transporte e guias de turismo abrangentes” (ROSS, 2001, p. 21) passou a ser reconhecido como uma oportunidade de viajar com segurança.

A palavra “turismo” surgiu no século XIX e sua atividade se estende pela história (RUSCHMANN, 2012, p. 13). A partir do século XX o turismo tomou uma dimensão maior constituindo-se hoje parte da vida de um número cada vez maior de pessoas no mundo. O turismo é um fenômeno multidimensional, uma das maiores atividades socioeconômicas previstas para o século XXI. Por sua característica multifacetada abrange as questões sociais, culturais, políticas, ecológicas, psicológicas, tecnológicas, econômicas. A disponibilidade de tempo aliada à “necessidade de integração do homem do futuro à sociedade e consigo mesmo” (PAIVA, M., 2005, p. 33) tem impulsionado o seu desenvolvimento.

Os primeiros turistas tinham uma leitura diferente dos turistas atuais, aponta Graburn (2009b), com mais curiosidade sobre os lugares que visitavam. Este autor prioriza a relação do turismo com o meio ambiente, mas nos remete aos períodos históricos da sua construção. Em alguns momentos históricos essa ascensão foi interrompida pelas 1^a e 2^a Guerras Mundiais e o *crack* da Bolsa de Nova York em 1929, trazendo uma desaceleração no desenvolvimento e expansão do turismo.

Tratando-se de uma interrupção temporária, o turismo no pós Segunda Guerra Mundial evolui com a produtividade empresarial (RUSCHMANN, 2012). A sua forma organizada e comercial é desencadeada após a Revolução Industrial solidificando-se na década de 1950 quando se massifica. Atinge seu apogeu nos anos 70 e 80 com uma expansão rápida. As consequências desse crescimento afetam a arquitetura urbana com o crescimento desordenado refletindo na agressão ao meio ambiente. A partir da metade dos anos 80 há uma renovação do turismo, perdendo a sua amplitude no seu aspecto inicial e abrindo possibilidades para o turismo ecológico ou de natureza. Os problemas do meio ambiente passam a ser destacados nessa fase.

A teoria sobre o turismo considerada muito fragilizada (PAIVA, M., 2005) se ancora nos conceitos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Associação Internacional dos

¹⁵ Um metodista inglês, partidário da Reforma, usou trens com locomotivas a vapor para levar os pobres ao interior do país, a exposições e encontros de seus partidários (ROSS, 2001, p. 20).

Experts Científicos do Turismo (AIENT)¹⁶ e tem sido questionada por sua debilidade. Os primeiros estudos datam de 1870, sua constituição no campo científico acontece no século XX, na Universidade de Berlim, em 1920. Com a contribuição do Instituto de Pesquisas Turísticas da Escola de Comércio Internacional de Viena e do Instituto de Turismo da Universidade de Berna em 1941, nasce o primeiro periódico científico de turismo (*Revue de Turismo*) em 1946 (REJOWSKI, 1996).

Paiva, M. (2005) enfatiza que essas conceituações constituem-se em um saber que legitima a “indústria do turismo” e são direcionadas aos profissionais da área. A fragilidade se apresenta na sua funcionalidade e na aplicabilidade de sua prática. Para a autora, as bases teóricas foram influenciadas pelo entendimento sobre viagem. Ela pontua que “a viagem turística, segundo a teoria, deveria implicar deslocamento sem mudança de domicílio, deveria ter temporalidade determinada e o homem deveria ser o sujeito do processo turístico” (PAIVA, M., 2005, p. 15). Afirma que o turismo pode oscilar entre “o imediatismo dos empreendedores, a alienação dos esforços mercadológicos e a exclusão das populações de baixa renda” (PAIVA, M., 2005, p. 15).

O turismo sempre esteve presente na realidade social e suas diferentes formas de manifestação durante a história da humanidade com um elo de ligação na cultura dos povos.

A categoria turismo é resultado do desenvolvimento do processo histórico e, portanto sua existência aparece sob diferentes tonalidades e em períodos diversos por meio de manifestações consideradas travestidas em outras categorias que na verdade são expressões derivadas do turismo, isto é, aproximações de um todo mais desenvolvido. Assim com esse entendimento, o turismo não pode ser compreendido como sendo algo que aparece de repente como aqueles que acreditam que esse fenômeno surge com o capitalismo e na Inglaterra (SANTOS FILHO, 2008, p. 7).

Para este autor a historiografia do turismo mundial deve levar em consideração que o turismo e as viagens são frutos do surgimento dos homens, sendo deslocada da visão eurocentrista, ampliando para outra “fundada na volta de nossa latinidade e descobrir que a história da civilização da humanidade é o resultado de todo um processo de etnias, culturas e sistemas que estão dentro de uma determinada ‘economia política’” (SANTOS FILHO, 2008, p. 7). A história das civilizações incluindo os povos latinos como atores e autores da sua

¹⁶ Criada em 1951, servindo de referência mundial, reuniu grupo de pesquisadores alemães, suíços e austríacos das áreas de economia e finanças que desenvolveram estudos sobre o fenômeno turístico restrito a esse campo do conhecimento (REJOWSKI, 1996).

cultura com as civilizações incas, maias, astecas e guaranis, redimensiona a história mundial, saindo da visão periférica.

Em se tratando da literatura latino-americana em relação ao tema ainda escasso em função da queima das bibliotecas e dos objetos sagrados, sobretudo nos processos inquisitoriais, encontra-se o relato da cultura maia e da cultura inca, uma forma específica de turismo naquele período histórico dos povos pré-colombianos. A sensibilidade de uma civilização aparece nos ritos como motor de sua história e nas relações sociais expressas nas atividades de lazer com “a integração do homem com a natureza no sentido da vida e da morte, desenvolvendo uma harmonia com os animais, no divertimento lúdico, ritual e na prática do deslocamento (viagens); por isso o império maia se expandiu pelo continente” (SANTOS FILHO, 2008, p. 4). Portanto, o turismo, no decorrer do processo histórico, vai sendo sinalizado de diferentes formas.

Baseado no paradigma do desenvolvimento sustentável, não passa despercebido o controle do turismo em nível internacional sobre as regiões com melhor qualidade de vida. O litoral da América Latina atende a esse requisito, incluindo o Nordeste do Brasil. Há que se pensar na possibilidade de novos colonizadores revestidos com o discurso dos novos estilos de lazer e na transformação das manifestações culturais em mercadorias. Paiva, M. (2005) chama a atenção para a massificação do lazer transmutada em mercadoria de alto consumo para a geração de lucros.

A respeito dos efeitos desastrosos do turismo sobre a ecologia e a população nativa a autora lembra questões em relação ao aprendizado, a cidadania plena e os danos causados à sociedade por países que já viveram essa experiência. No Brasil essa preocupação se torna mais evidente em função das especificidades históricas, tornando-se uma questão de ordem privada e para poucos. Diante dessa contradição pode-se dizer que

o turismo como setor econômico apresenta-se com duplicidade de sentido, dependendo da forma que é explorado. Preserva ou destrói a ecologia e os valores socioculturais; valoriza o patrimônio histórico-cultural ou depreda-o; autorrealiza ou aliena o homem; integra populações ou segrega-as (PAIVA, M., 2005, p. 33).

Ainda há a interferência sobre as normas sociais e muitas vezes a impossibilidade de intercâmbio cultural com a população nativa em função da fugacidade do tempo. O processo de aculturação e de introdução de outros hábitos com os quais a realidade local não está acostumada é outro fator que aparece como preocupante. A invasão cultural em seu movimento contraditório possibilita a descaracterização da história das tradições. Num

movimento sutil os distanciamentos das raízes étnicas colocam no esquecimento os valores locais, relegando-os a um papel secundário que fragiliza a fidelidade da memória do lugar.

O turismo quando organizado pode ir além das perspectivas econômicas e técnicas, com uma visão crítica que incorpore a integração, a renovação, o convívio e a transformação da sociedade. Segundo a autora o turismo assim passaria a ser considerado com um caráter educativo, preservando e respeitando as populações nativas.

A maior quantidade de estudos científicos acerca do turismo provém das ciências econômicas e administrativas tanto em nível mundial como no Brasil. Mas analisar o turismo a partir dos paradigmas econômicos conduz ao esquecimento das outras dimensões (social, antropológica, psicológica) destituídas do seu percurso histórico e da realidade das condições.

Nas diversas áreas do conhecimento este fenômeno vem sendo estudado e evidenciado a partir de seus pressupostos teóricos ampliando a visão e a argumentação para as articulações possíveis.

No campo da Sociologia constitui-se num movimento recente dos anos 1960. As teorizações e pesquisas têm centrado sua atenção das perspectivas macrosociais às microsociais. Centra-se no enfoque econômico clássico reafirmando sua abrangência, seu caráter complexo, multicausal, dinâmico, sintetizador, multifacetado. No período pós-Segunda Guerra Mundial, a chamada indústria do turismo é dirigida a outra classe média trabalhadora, visto que sempre foi privilégio da burguesia e aristocracia. Paiva, M. (2005) afirma que o turismo se insere na lógica do “fordismo”, tornando-se acessível e sendo consumo de massa, solidificando-se na década de 1950.

A comercialização tem sido a via de acesso aliada ao *marketing* turístico para se legitimar abusos contra a cidadania nas sociedades onde ainda predomina uma mentalidade acrítica e alienada incluindo a América Latina. Situação justificada pelos níveis de renda da população (PAIVA, M., 2005), onde no Brasil 40% da população percebe até três salários mínimos.

Alguns efeitos da comercialização aliada ao *marketing* turístico, sobretudo nos países latino-americanos, vêm sendo observados a partir das suas especificidades em relação à formação socioeconômica (PAIVA, M., 2005). Reflete na realidade da população no processo de aceleração inflacionária para a população nativa; na depredação do meio ambiente comprometendo o ecossistema; uso do solo urbano de forma especulativa com a expulsão das populações nativas; a concessão de subsídios às elites locais ou a investidores estrangeiros excluindo o médio empresário; o neocolonialismo, presente na subserviência ao estrangeiro, confundido com hospitalidade; o efeito-demonstração e descaracterização cultural; a

impossibilidade de intercâmbio cultural com a rapidez do contato; o processo de aculturação com hábitos de consumo incompatíveis com a realidade; a prostituição; a violência e a saúde pública. Enfatiza-se o controle ideológico midiático à procura de lucros rápidos deixando susceptível o consumidor final que em razão da vulnerabilidade cidadã faz-se capturar pelo engano.

Para outro estudioso na área da Sociologia, Soares do Bem (2010), o turismo toma uma dimensão social com uma preocupação prioritária na perspectiva humana. No caminho para a busca de soluções aponta algumas mudanças consideradas inadiáveis com a necessidade de tratar o turismo como fenômeno socioantropológico saindo do campo técnico repensando seu campo de atuação e científico. Para ele trazer a sociedade civil para o centro deste debate imprime uma mudança epistemológica e torna-se necessário utilizar a criatividade e civilidade ao incorporar as mudanças contemporâneas dos movimentos sociais e suas conquistas democráticas.

Para Krippendorf (2012) há uma nova compreensão do lazer e as viagens propondo alternativas para o que questiona de atitude colonialista com a rejeição ao que é estranho e evitando o contato com o outro. A humanização e emancipação do turismo é tema recorrente em sua análise com a descentralização, valorização regional e participação da comunidade visitada com respeito aos seus valores locais. Este autor defende um turista que acredita na abertura de valores considerados não materiais entre eles o saber e a educação, tendo como efeito a expansão dessa postura na comunidade visitada.

Paiva, M. (2005) e Soares do Bem (2005) abordam um ponto em comum em relação à reprodução e à própria dinâmica do capitalismo presente no fenômeno do turismo. A partir dessas constatações pode-se concordar com os autores quando estabelecem o caráter contraditório do turismo que oscila entre o imediatismo dos empreendedores com a alienação do mercado e a integração como mecanismo de transformação da sociedade. Enquanto Krippendorf (2012) coloca a crença nas mudanças em relação aos modos de se fazer turismo voltado para um cotidiano menos tecnicista e mais direcionado para a cultura dos povos, onde o olhar não deveria ser desviado do contexto.

Portanto, as políticas de turismo precisam estar atentas ao olhar crítico, às definições de suas ações, ao risco de adaptações às necessidades e relações dominantes nos vários contextos. Tendo como prioridade o respeito às pessoas e o estabelecimento de bases do diálogo a partir dos fatos sociais, o leque se amplia para áreas afins com seus limites e possibilidades contribuindo para o esforço de um diálogo multidisciplinar.

No campo da Antropologia não existe uma perspectiva teórica única que consiga conectar a pesquisa antropológica sobre turismo (GRABURN, 2009b). Isto se deve à resistência histórica dos antropólogos em reconhecer a presença do turismo em locais onde se trabalha com a pesquisa antropológica. Trata-se de uma resistência documentada e calcada em conceitos das ciências sociais como o de alienação em Marx para fundamentar os modelos de motivação turística, o de efervescência e *communitas* para a compreensão das relações entre os grupos baseados em Durkheim e o conceito de consumo conspícuo para entendimento do consumo turístico em Veblen. Apontam-se os aspectos negativos com os processos de aculturação e a perda da autenticidade. Para entender os impactos culturais, minimizá-los e relativizá-los em tempos de globalização há dois pontos que merecem uma análise na visão de Barreto (2009) em que o turismo não é o único fator de aculturação e nos valores que precisam ser preservados. Justifica a pesquisa do turismo pelos antropólogos por ser o turismo “um fenômeno social protagonizado por pessoas portadoras de cultura” (BARRETO, 2009, p. 55).

A pesquisa contemporânea revela uma compreensão a partir do movimento, inserido no discurso semântico da mobilidade (GRABURN, 2009a), propondo a hibridez de espaços com abundância na formação de novas identidades, exigindo novos instrumentos conceituais e uma nova perspectiva do olhar antropológico (SANTOS, 2009). Amplia o debate para patrimônio, artes turísticas, etnicidade, experiências, museus, ecoturismo, gênero e sexo, tendo até pouco tempo mantido silêncio a respeito do tema da sexualidade, retratando o turista como assexuado. Os pesquisadores têm utilizado o termo sexualidade para revelar aspectos da exploração pelo turismo. “O turismo sexual em si tem sido difícil de estudar” (GRABURN, 2009b, p. 34), sobretudo por mostrar uma variedade de motivos e nas consequências enquanto fenômeno social, com uma dinâmica geral de exploração, mas também com um envolvimento no nível interpessoal.

O estudo do turismo pelo viés da Psicologia introduz a leitura desse fenômeno na dimensão da Psicologia Social por psicólogos australianos. Para Pearce e Stringer (1991) a interface psicologia/turismo passa pela abordagem de níveis de análise em que a investigação psicológica “enfoca diversos processos biológicos e fisiológicos, cognitivos e mentais, diferenças individuais, comportamento interindividual e comportamentos intergrupais e interculturais” (ROSS, 2001, p. 21). Para esses autores, apesar da diversidade da psicologia contemporânea, a maioria dos psicólogos trabalha com a observação do comportamento e da experiência a partir da abordagem experimental e empírica. Mas novas análises e técnicas de interpretação têm tomado esse campo através da hermenêutica e da representação social.

A pesquisa psicológica no campo do turismo se encontra mais diversificada do ponto de vista metodológico e conceitual (ROSS, 2001). Por um lado, há a necessidade de estudos na compreensão dos fenômenos sociais que envolvem o turismo antes da experimentação empírica complexa. Por outro, o desejo de gerar conceituações gerais diante da diversidade da psicologia do turismo com o intuito de integrar tópicos aparentemente desconexos.

Na perspectiva do Planejamento Sustentável a inter-relação do meio ambiente com o turismo é incontestável por ser a natureza considerada essencial na escolha do destino turístico ou sua maior motivação. Este caminho construído com “as urbanizações nos vales das montanhas da Europa” (RUSCHMANN, 2012, p. 20) ganham força mercadológica tendo se apresentado como depredador para os recursos naturais, para as populações nativas e para o patrimônio histórico cultural. Considerado catastrófico para o meio ambiente e devastador com o domínio do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras, as propostas contemporâneas conhecidas como “turismo alternativo”, “turismo responsável”, “turismo ecológico” ou “turismo sustentável” (RUSCHMANN, 2012) revelam a importância do meio ambiente sobre o produto turístico. O objetivo da sustentabilidade do planeta e da preservação da vida humana com o bem-estar da população receptora tem sido tema recorrente na análise crítica de estudiosos para que o turismo não seja a causa de sua degradação e ponto de reflexão diante das incertezas inevitáveis.

Abordando o campo da educação como centralizador no processo de transformação social, como um dos principais instrumentos de intervenção social para alavancar a reflexão sobre o turismo sustentável, as relações sociais e culturais intrínsecas a estas duas atividades e campos do conhecimento oportunizam a reflexão e análise do ponto de vista da cultura como centralidade na existência de todas as civilizações e ponto de partida para as mudanças em relação ao turismo. Coloca-se em evidência a questão histórico-cultural para ser repensada com o fenômeno da globalização e massificação da cultura como hegemônica. Tendo a responsabilidade mediadora com a essência da cultura, “o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à ‘legitimação constitucional democrática’ do Estado capitalista que defende seus próprios interesses” (MÉSZÁROS, 2008, p. 61).

Nesse sentido, o compromisso com a educação na perspectiva da luta emancipatória assume uma dimensão política e “os que lutam contra a exploração, a opressão, a dominação e a alienação – isto é, contra o domínio do capital - têm como tarefa educacional a ‘transformação social ampla emancipadora’” (SADER, 2008, p. 18).

A educação se constitui de campo de construção para a libertação, para a humanização

que se concretiza na práxis de sua busca (FREIRE, P., 2005a). Para este autor “a liberdade que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca” (FREIRE, P., 2005a, p. 37). Aponta para a conotação de movimento e para a inconclusão, inscrita na condição humana.

Diante das posições oriundas dos vários campos do conhecimento, um ponto em comum entre eles se faz pertinente, o capital enquanto supremacia. E este continua na esteira da história a naturalizar as violências com práticas sociopolíticas baseadas na barbárie vivida, sobretudo, nas sociedades que não conseguiram atravessá-las. Esta questão colocada na ordem do conhecimento pode ser vista à luz de estudiosos que estão debruçados sobre a leitura dos modos de produção no mundo globalizado.

Desta feita, a construção dessa configuração dialética apresentada por Soares do Bem (2005) ressalta os fundamentos históricos da desigualdade social no Brasil salientando alguns fatores primordiais e fundamentais que se mostram como basilares nessa configuração conforme demonstra como a exclusão social, o rígido controle social, o sistema patriarcal-escravocrata.

Para este autor a exclusão precisa ser interpretada de modo multicausal levando-se em consideração as especificidades estruturais e conjunturais, com o modelo dual de cidadania ao qual fomos submetidos; “a manutenção dessa ordem desigual somente foi possível com o emprego sistemático da violência, em suas várias formas, sobre as camadas subalternas” (SOARES DO BEM, 2005, p. 78). O turismo como alternativa econômica para “a superação dos impasses gerados pelo estabelecimento das políticas neoliberais” (SOARES DO BEM, 2005, p. 35) contraditoriamente aumenta a exclusão social pelo modelo de desenvolvimento adotado.

Para a acumulação contínua do capital o controle social exercido em sua rigidez disciplinar garantia a apropriação do produto do trabalho dos escravos. Uma das formas com que a dominação se mantinha era a imposição de poder sobre os corpos dos trabalhadores, legitimando a violência de uma forma geral com a subordinação, sobressaindo-se a violência física e sexual, sobretudo com a mulher escrava, como fonte de reprodução humana. A exploração do corpo e a exploração sexual se sustentavam no sistema patriarcal-escravocrata próprio do período colonial, instituída na forma de exclusão social, incluídos crianças e adolescentes.

Na contemporaneidade as formas de exclusão assumem novas roupagens, ampliando e dando continuidade ao que estava posto nas relações historicamente construídas.

No Brasil, como em outras sociedades latino-americanas, existe um legado histórico que vem de uma arraigada cultura oligárquica que tem por base o pacto colonial, o autoritarismo, o escravismo, o privilégio, a discriminação e desvalorização humana de amplos segmentos sociais marginalizados (DORNELLES, 2012, p. 436).

Os excluídos sociais de hoje, considerados na concepção de Bauman (2008), “consumidores falhos”, são pressionados pela contradição consumo-recurso escasso. Encontram-se diante da liberdade garantida na teoria, mas inalcançável em sua prática. Tornam-se “refugos humanos” cada vez mais distantes da inclusão na sociedade do consumo, transformando-se literalmente na própria mercadoria.

As observações dos autores Mészáros (2008), Sader (2008), Soares do Bem (2005), Dornelles (2012), Bauman (2008), Freire, P. (2005a) apontam para a importância da preservação da história, cultura, emancipação, liberdade que em contradição à exploração, exclusão, violência e opressão balizam a posição política em processo de construção.

1.2 Raízes históricas do turismo sexual

As raízes do problema são profundas e remotas. Constituem-se num círculo que envolve condições sociais, culturais, econômicas engendradas na tradição e valores sociais. Podem ter início ou término na pobreza inter-relacionada a uma complexidade de fatores e contradições postas na contemporaneidade revelando as várias faces do fenômeno.

A partir dos estudos e pesquisas de DeMause (1998), nas sociedades antigas as meninas eram frequentemente estupradas e o incesto era prática comum. No século IV, a sociedade greco-romana mantinha crianças em um ambiente de abuso sexual. As meninas raramente tinham hímen e meninos eram entregues a homens vizinhos também para serem violados. Usualmente as crianças eram vendidas para a escravidão sexual em bordéis para serem sujeitadas à prostituição. Historicamente a infância tem sido negligenciada, constituindo-se para este autor como um dos embasamentos imbricados na história da humanidade.

As primeiras referências históricas relacionadas ao turismo sexual estão centradas na Ásia. A referência ao teor exótico, dócil e excêntrico atribuído às mulheres internalizado no imaginário dos viajantes coloca essa região como destino preferido. Essa visão de sensibilidade e submissão das mulheres asiáticas encontra-se associada ao colonialismo e continua vigente nos dias atuais.

Desde o século XVII a Tailândia é integrante de alguns roteiros turísticos. Há um provérbio que circula em sua principal rua de comércio de sexo (Patpong): “Aos 10 anos és uma jovem adulta, aos 20 uma senhora de idade e aos 30 estás morta” (BRÁS, 2006, p. 44), denunciando a dimensão do problema de saúde pública que acompanha este anúncio. Esse crescimento continuou com as guerras da Coreia e do Vietnam e com a presença de bases norte-americanas instaladas na Tailândia e em outros países. Jovens coreanas se tornaram “as mulheres de conforto” durante a Segunda Guerra Mundial em bordéis militares¹⁷.

Tornou-se uma prática legal de 1905 a 1960 sendo fonte de recursos para ao país (SOARES DO BEM, 2005), quando adotou leis antiprostituição, que não impediram a ligação existente entre o desenvolvimento do turismo no país e consequentemente do turismo sexual. A infraestrutura dessa indústria se torna consolidada com o fim da Guerra do Vietnam em 1975 e apoiada pelo governo para a entrada de recursos financeiros para o país. A mudança formal do governo acontece diante das pressões internacionais, com a ameaça de boicote aos produtos tailandeses forçando a tomada de medidas radicais, sobretudo em relação ao turismo sexual e tráfico de crianças.

Para Soares do Bem (2005) no fluxo migratório de mulheres iniciado na década de 70, para regiões industrializadas na Europa e Estados Unidos, há uma mudança na origem do suprimento dos mercados de prostituição com mulheres da América Latina, da Ásia, do Caribe e da África. Com maior expansão na década de 80 acrescentam-se africanas de outras regiões como Gana, Nigéria e Zaire. A partir da queda do Muro de Berlim, as russas, romenas, húngaras, checas, polonesas e ex-iugoslavas se introduzem no mercado destinado à Alemanha, Suíça, Áustria, França e Inglaterra sendo incorporado o imaginário social da mulher como objeto de consumo. Em relação à mulher brasileira além do imaginário carnavalesco o autor associa a própria história do colonialismo europeu em que a população excluída encontra uma forma de mobilidade social na ausência de sua legitimidade. Ratificando essa compreensão Davidson e Taylor (2007, p. 127) associam o comportamento sexual dos turistas à “construção discursiva dos destinos turísticos, como espaços limiars em que é possível e desejável suspender rotinas e transgredir as regras do cotidiano”, significando ser barato, conveniente e isento de responsabilização.

¹⁷ Essas mulheres eram adolescentes em sua grande maioria, muitas delas não chegaram à idade adulta, em parte devido ao número de soldados que as usavam sexualmente durante o dia (cerca de 70). Um número significativo de mulheres acabou por se suicidar ou serem assassinadas pelos japoneses quando perceberam que iam perder a guerra (BRÁS, 2006, p. 45).

Uma pesquisa realizada por Kleiber e Wilke (1995) aponta para essa questão com uma pergunta: “Por que os turistas têm sexo com crianças locais/emigrantes nos países em desenvolvimento que visitam?” De acordo com Davidson e Taylor (2007, p. 126), dos “661 homens alemães que tiveram sexo com uma ou várias mulheres ou meninas na Tailândia, nas Filipinas, no Kenya, no Brasil e na República Dominicana” apenas 22% se denominaram “turistas sexuais”.

Na Índia, sobretudo na região sul, a prática da prostituição de crianças e adolescentes tem outra porta de entrada pela tradição e manutenção da prática religiosa denominada *devadasi* que significa “servo de Deus” que mesmo com a proibição legal se mantém na zona rural (BRÁS, 2006), em que crianças são retiradas de seus pais e passam a ser concubinas do padre ou chefe da aldeia, posteriormente abandonadas para serem substituídas por outras.

No Nepal o mercado do turismo sexual, sobretudo o infantil é alimentado pela tradição da entrega de crianças a divindades como forma de proteção da família, depois de um tempo são abandonadas e vulneráveis ao comércio do turismo sexual infantil. “E essa violência acarreta danos corporais, sexuais ou psicológicos para a mulher que dela é vítima: a jovem ou a menina” (CRÉMIEU; JULLIEN, 2008, p. 09).

Hoje um mercado que se encontra em expansão e tem como forte perspectiva de expansão com a Copa do Mundo e as Olimpíadas é o Brasil “onde o turismo sexual se confunde com a cultura local enquanto produto turístico... Fortemente centrado na zona do Nordeste, litoral, correspondendo assim aos famosos Ss do turismo: Sun, Sea, Sand and... Sex” (BRÁS, 2006, p. 45).

As causas estão calcadas numa multiplicidade de fatores que para Brás (2006) são determinantes na origem do problema. Para compreensão toma-se em consideração como primeiro ponto o fator econômico colocando alguns países, sobretudo os com menos recursos como países fracos. Outro fator, este de cunho político e também administrativo, por terem sido colonizados por grandes potências que se envolveram nas guerras. Ainda, ressaltam-se os fatores culturais, como um processo exercido pelo colonizador na aculturação dos países subjugados e dominados. Como fatores sociais, destaca-se o papel desempenhado pela mulher em sociedades baseadas no patriarcalismo, assumindo um lugar marginalizado, vista como mercadoria de troca. Em países com poucos recursos, sem alternativas industriais, usa-se a alternativa da entrada de divisas com a venda da beleza feminina.

A autora aponta como consequências as questões sociais e de saúde: A exclusão social a que são submetidas ao entrar no circuito do turismo sexual e a proliferação dos casos de

AIDS que tem aumentado, sobretudo nos países emissores de turistas sexuais, em virtude da não utilização do preservativo.

Nesse sentido, a configuração quase invisível em movimento de construção torna concreta uma organização em funcionamento. Portanto, “o turismo sexual é um fenômeno produzido por uma série de engrenagens subterrâneas disseminadas nas sociedades emissoras e receptoras” (SOARES DO BEM, 2005, p. 106) de turistas, que para se configurar precisam operar em vários contextos produzindo efeitos que são facilmente capilarizados no tecido social.

A vulnerabilidade e o desrespeito com a população local impõe um modelo de desenvolvimento do turismo fundamentado nos interesses da indústria do turismo que deixa em plano secundário a dignidade e aspirações das pessoas, resultando no processo de subordinação, remetendo ao colonialismo histórico, como nos adverte Davidson e Taylor (2007). Por conseguinte, “é a forma de desenvolvimento turístico que transforma a população local, em particular os pobres, e os grupos raciais e étnicos minoritários, em cidadãos de segunda categoria, cujo único papel é servir ao turistas ricos” (DAVIDSON e TAYLOR, 2007, p. 134). Para estas autoras, nestas circunstâncias, não é surpresa o envolvimento de crianças no mercado do sexo, como subproduto inevitável de trocas econômicas.

As posições sustentadas por Soares do Bem (2005), Brás (2006), Davidson e Taylor (2007), além da multicausalidade, encontram no fator econômico, que subjaz de forma axial, o movimento de sustentação à complexidade deste fenômeno que se redimensiona com outras formas de subjugação.

A produção de novos impactos sociais com a institucionalização de fluxos, agentes, espaços, práticas e a criação de uma dinâmica e infraestrutura que facilita a expansão da exploração de pessoas tem o turismo sexual como um dos agentes facilitadores. E “lutar pelos direitos da pessoa humana... é acreditar na capacidade do gênero humano de se afastar do pior para produzir o melhor” (CRÉMIEU; JULLIEN, 2008, p. 10). O desafio se apresenta numa dimensão que vai além das estruturas sociais, históricas e culturais e envolve questões diversas que se conectam entre si num engendramento complexo.

1.3 Contexto internacional

Há destinos turísticos em todos os continentes, constituindo-se na internacionalização do turismo sexual no contexto atual como “um exemplo forte das dinâmicas globalizadoras que se fazem sentir no mundo moderno” (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2009, p. 242). Alguns

desses destinos turísticos possuem uma estreita relação com o turismo sexual, envolvendo a prostituição nas principais cidades do mundo. Outros como no caso de Amsterdã, Copenhague e Las Vegas, cidades europeias e estadunidenses, têm atrações turísticas nos setores do sexo como atrativos turísticos em si, como apontam Davidson e Taylor (2007). A problemática aparece com mais visibilidade “universalizando determinadas práticas e inscrevendo várias regiões no sistema de exploração nacional e internacional” (SOARES DO BEM, 2005, p. 33) envolvendo formas complexas e diversas de dominação ligadas às desigualdades.

A Ásia é pontuada por Brás (2006) como primeira referência com incidência na Tailândia, Filipinas e Sri Lanka. O continente africano com Marrocos, Mauritânia, Senegal e Quênia. A América sobretudo do Sul e Caribe, com o Brasil, Cuba e República Dominicana. A Europa com a Bélgica, Holanda, Reino Unido, Portugal e Espanha.

Tratando-se de uma questão histórica há indícios bem anteriores que colocam a questão em destaque como o levantamento realizado por Paiva e Pereira (1997) onde na Europa, o comércio de sexo tinha como base, naquele período e que se mantém hoje, as redes de tráfico internacional, vindas da América Latina, África do Oeste, englobando Europa do Norte, Ocidental e Leste Europeu como Ucrânia e Bósnia, onde o crescimento do problema é alarmante. Na África, a exploração sexual acontece via serviços domésticos em hotéis, restaurantes e bordéis. Os campos de refugiados e suas comunidades vizinhas são demandas em potencial, originários das guerras em Moçambique, Sudão, Libéria, Ruanda, Somália, Angola e Zâmbia, em grande parte ligadas ao caráter colonialista de suas relações com as ex-metrópolis. No Oriente Médio, além do “trabalho doméstico”, materializa-se e “legitima-se” a exploração de crianças e adolescentes através do casamento precoce, prática comum naquela região. E na Ásia o fenômeno é ainda mais grave, por sua extensão territorial, sendo segundo várias ONGs, a Tailândia (colonizada pela França), a primeira no *ranking* mundial com os maiores números em termos de prostituição. O quadro é o mesmo em todo o mundo, onde o determinante em qualquer instância é sempre o interesse comercial e o lucro.

Com dados mais atualizados a UNICEF (2011), ECPAT Internacional (2010) e SVRI (2010) apontam para os países mais pobres da África que atendem à demanda da indústria do sexo com o tráfico de meninos e meninas na Nigéria, no Malauí, em Moçambique, na Namíbia, Suazilândia e Zâmbia. E que a exploração sexual de crianças e adolescentes em números toma mais expressividade na Índia com 400 mil, na Tailândia em torno de 260 mil, nas Filipinas perto de 80 mil e nas regiões turísticas do Quênia com 15 mil e na África do Sul mais de 30 mil.

Para Landini (2005) na Irlanda as primeiras denúncias apareceram ainda no século XIX. Mas o monopólio da Igreja Católica sobre a moralidade de forma rígida estendeu-se até o século XX, quando o país sai de seu isolamento econômico e quebra-se o silêncio com as denúncias aumentando, sobretudo nas duas últimas décadas do século XX. A vulnerabilidade das crianças vivendo nas ruas em Dublin aumentava o número de casos de prostituição infantil e turismo sexual.

Em Bangladesh, a situação das mulheres e meninas que sofrem com a pobreza histórica que caracteriza a região e a falta de opção em função do baixo nível de escolaridade leva à prostituição e uso de drogas. Próximo a sua capital Dacca, “trabalham meninas de 10 anos de idade” (LANDINI, 2005, p. 177).

Nas Filipinas o problema parece ser muito mais grave do que nas cidades irlandesas, tendo como fator determinante “a miséria e a falta de leis” (LANDINI, 2005, p. 178). Problema existente também na região da Macedônia, onde meninas foram encontradas trabalhando em bordéis.

Na Alemanha, a visão do turismo sexual tem sido sensacionalista com estigmatização dos seus consumidores semianalfabetos, desqualificados e proletários. Contraditoriamente, deixa resguardada a imagem de intelectuais e homens de negócios como chama a atenção Soares do Bem (2005).

As transformações do pós-guerra impulsionaram o turismo internacional e consequentemente o turismo sexual que se encontra associado ao movimento modernizador dos países industrializados (SOARES DO BEM, 2005). Para este autor alguns fatores contribuíram para o desenvolvimento no setor: aumento do poder aquisitivo da população a partir da década de 50; o desenvolvimento tecnológico; o relativo aumento do período de férias dos países industrializados; acessibilidade dos pacotes de viagens a um público amplo; estímulo ao imaginário colonialista e exótico associado ao consumo e às viagens representadas como símbolos de *status*.

1.3.1 Península Ibérica: Portugal e Espanha

Berço da colonização da América Latina, a Península Ibérica reforça o caráter transnacional da exploração sexual comercial por meio do turismo. Em Portugal, os avanços verificados neste domínio nas últimas décadas ainda são modestos, há muito o que se fazer, “desconhece-se ainda substancialmente a realidade neste domínio em muitas zonas do país, e muito particularmente nas zonas mais interiores, dado a maioria dos estudos até hoje

concretizados terem incidido em zonas mais desenvolvidas” (CABRAL, C., 2011, p. 02). Segundo esta autora o “relatório divulgado pela PGR¹⁸ em Portugal, entre 2002 e 2007, as denúncias de crimes de natureza sexual triplicaram, chegando a atingir os 1.400 casos/ano, sendo que 3,6 % deles ocorreram em crianças institucionalizadas” (CABRAL, C., 2011, p. 31). O país tem sido duramente confrontado com a realidade da violência sexual de crianças e adolescentes “porque são reais e quotidianos os abusos sexuais infantis, existe turismo sexual, a prostituição juvenil é visível e a utilização de crianças na pornografia não é uma ocorrência rara” (CABRAL, J., 2003, p. 02).

Portugal ratificou em 2012 a Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais, assinada em Lanzarote em 2007. Esse documento é considerado o primeiro documento internacional que identifica e criminaliza todas as formas de violência sexual contra crianças. O Código Penal português, revisado em 1995, “alterou radicalmente, todo o preceituado relativo aos crimes sexuais” (CABRAL, J., 2003, p. 02). Essas alterações são legitimadas no Decreto-Lei n. 48/95.

Deslocaram-se os ‘crimes sexuais do capítulo relativo aos crimes contra os valores e interesses em sociedade’ para o título dos crimes contra as pessoas, onde constituem um capítulo autónomo sob a epígrafe ‘Dos Crimes contra a Liberdade e Autodeterminação Sexual’, ‘abandonando-se a concepção moralista [...] em favor da liberdade e autodeterminação sexuais, bens eminentemente pessoais’ (CABRAL, J., 2003, p. 04).

O turismo sexual em Portugal (BRÁS, 2006) encontra-se centrado nas grandes cidades como Lisboa, Coimbra e Porto onde se encontram mais meninos de rua e no Funchal, nas comunidades piscatórias¹⁹. Sua característica mais presente é a pedofilia. Portugal como país integrante da União Europeia, não apresenta nenhuma norma relativa à prática do turismo sexual (VALE, 2009). Já no Algarve, região de “sol e praia” desmistifica-se a imagem “Zé Camarinha” como produto sexual algarvio. O produto turístico é mais sutil, não se trata de uma região pobre, nem de pessoas incultas e muito menos de pessoas que são oferecidas nos hotéis, há outro perfil que exige dos operadores turísticos o atendimento a uma clientela específica.

Na fronteira entre os dois países, Portugal e Espanha, há uma circulação migratória sendo a Galícia uma das regiões nas quais se concentram mais brasileiras (PISCITELLI, 2009). O imaginário sobre o Brasil presente em Portugal, produzido a partir das relações

¹⁸ Procuradoria-Geral da República – Portugal.

¹⁹ Comunidades pesqueiras comumente chamadas assim em Portugal.

coloniais e atualizado nas migrações atuais, difere da Espanha onde a visibilidade da brasilidade tem sido marcada por gênero no âmbito dessas migrações. Do ponto de vista social, quando o sexo comercial tem sido vinculado a condutas criminalizadas, com participação de menores de 18 anos, e ao tráfico de pessoas há um aspecto condenável com um caráter delitivo e transgressivo. As pressões da União Europeia, na segunda metade da década de 2000, com a repressão “da migração irregular e ao tráfico internacional de pessoas” (PISCITELLI, 2009, p. 181) modificaram as leis espanholas no que se refere à prostituição e à *Extranjería*.

Na pesquisa da PESTRAF (LEAL, 2002, p. 101) a Espanha é considerada o país com maior frequência de destinação das brasileiras, seguida pela Holanda. Conhecida como país receptor de mulheres traficadas pela “Conexão Ibérica”²⁰, notificada nas rotas internacionais do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual (LEAL, 2002). Tem Lisboa como porta de entrada para as conexões em outras rotas distribuídas em Portugal e Espanha. Articula-se com outras organizações na Rússia, Israel e em outras partes do mundo. As rotas mais conhecidas, ainda de acordo com a PESTRAF, são quatro: a Rota Norte que circula na região norte de Portugal em várias cidades (Porto, Braga, Chaves, Bragança, Valença do Minho e Viana do Castelo), adentrando a Galícia na Espanha (Vigo, La Coruña, Gijón, Porriño, Oviedo e Pontevedra); a Rota “Rede Mississipi” na estrada que liga Vigo a Madrid, utilizando a travessia dos rios Minho e Douro que dividem Portugal e Espanha, facilitada pela falta de fiscalização dos dois países, com a presença do regime de semiescravidão; a Rota Central faz o percurso Lisboa-Badajós na Espanha, capilarizando-se na região da Extremadura e ainda a Rota Direta Lisboa-Madri.

Na análise de Precioso y Mestre (2006, p. 18) o mercado do sexo espanhol existe porque há uma demanda masculina “*el cliente, y esta idea es sostenida por la Teoría Económica clásica*”. E acrescenta que “*los debates em torno a la prostitución están contaminados com los debates em torno al tráfico de personas com fines de explotación – y más en concreto al tráfico de mujeres y niños com fines de explotación sexual*”. Nesses debates, Piscitelli (2009) chama atenção para a inclusão de medidas para diminuição da demanda por serviços sexuais, num plano de lutas contra a exploração sexual, sobretudo a prostituição de rua, mediante *ordenanzas* em Madri, Barcelona e Valência, sendo recriadas também em Sevilha e Granada.

²⁰ Rede formada por diferentes organizações criminosas em diferentes países.

Configura-se numa rede invisível e de difícil quantificação, estabelecida nas relações de cumplicidade entre “proxeneta” e clientes com transformações destacadas nas últimas décadas na expansão deste mercado e “*la conexión entre el fenómeno de la prostitución y el de la inmigración*” (SOLANA, 2010, p. 255). Para este autor a articulação facilita as circunstâncias de inserção neste mercado que seria sempre forçada e nunca uma opção livre “ni las niñas, ni las adolescentes, ni las adultas, potan libremente por ejercer la prostitución; son las circunstancias ya sean económicas o de violencia las que les obligan a ello” (SOLANA, 2010, p. 258). Em sua grande maioria procedentes da América Latina, sobretudo Colômbia, Brasil e Equador e do Leste Europeu com maioria da Romênia, Rússia e Ucrânia.

1.4 Contexto na América Latina

A América do Sul e Caribe aparecem no mercado do turismo sexual como destinos indicados, sobretudo o Brasil, Cuba e a República Dominicana onde há uma prática com raiz histórica vista como produto (BRÁS, 2006). Torna-se vulnerável para as redes de crime organizado, com a pobreza e desemprego como denominadores comuns para facilitar o lucro com o tráfico de pessoas, sobretudo mulheres, crianças e adolescentes.

O posicionamento do turismo para a América Latina tem sido revisto a partir de uma abordagem mais crítica pelo Centro Interamericano de Capacitação Turística (CICATUR), com sede no México. A importância da produção científica desenvolvida por esse centro que contextualiza a dependência do continente é abordada por Paiva (2005, p. 57), remetendo ao modelo de modernização excludente comum na América Latina, que historicamente se reproduziu desde o início de sua industrialização e os efeitos deletérios da exploração do turismo sobre a ecologia e o meio sociocultural. A desestruturação e produção de uma urbanização predatória, sem planejamento, sem um plano de urbanização, é uma realidade concreta. Nas grandes cidades contingentes populacionais são expulsos para as margens das grandes cidades constituindo-se bolsões de miséria.

A América Latina em sua construção histórica possui um elemento estrutural comum no processo de colonização. Realizada com rígidos controles em sua imensa extensão territorial e diversidade étnica, a imposição da língua, “característica comum a todo empreendimento colonizador” (SOARES DO BEM, 2005, p. 43), impõe-se como instrumento de dominação, não escapando desse controle a migração forçada de quem por aqui chegava. Os africanos também foram submetidos à supressão da sua identidade cultural.

Este é um elemento importante para reflexão, sobretudo no contexto do turismo sexual, legitimando uma política da exclusão, colocando o estereótipo da dificuldade de adaptação. Esse fenômeno, o da migração, continua afetando as populações latino-americanas movidas por necessidades econômicas e de sobrevivência com um contingente de mulheres que se ocupam em atividades com baixos salários, tornando-se vulneráveis à exploração (TELES, 2007).

Conforme levantamento realizado na década de 1990, que referenciou essas iniciativas, a exploração sexual de crianças e adolescentes tem características diferentes de um país para outro, tendo sua incidência mais forte no Terceiro Mundo (América Latina, América Central, Ásia, África) e, até mesmo, de alguns países do Leste Europeu, mas quase sempre com laços orgânicos de pessoas e grupos dos países ricos onde se localizam poderosas redes de tráfico humano (PAIVA; PEREIRA, 1997).

Na América Latina, de acordo com estas autoras, o Brasil, o Chile e a Venezuela são os países onde a situação é mais grave, predominando o comércio do sexo originado da exploração de crianças que precisam tirar das ruas sua sobrevivência. No Brasil, as regiões Sul e Nordeste vivenciam a gravidade do sexo-turismo.

O México é conhecido como “Bangcoc da América Latina”, sendo a ponte internacional entre a América Latina e os Estados Unidos para o tráfico de crianças e adolescentes e considerado o lugar ideal para o turismo sexual, tendo de 16 a 20 mil vítimas da exploração sexual entre 1998 e 2000, segundo o Relatório Global de Monitoração das ações contra a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ECPAT INTERNACIONAL, 2007).

Neste sentido, o agravante da permanência de altos índices de concentração de renda numa das regiões mais desiguais do mundo aumenta a precarização do trabalho. Contribui para o aumento do fluxo migratório comprovando a “existência do tráfico interno e externo de pessoas, seja para a exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres adultas, como para o trabalho escravo ou semiescravo, mantidos em cárcere privado” (TELES, 2007, p. 35). No relatório da OIT (2005) a maioria das mulheres traficadas na América Latina provém do Brasil, Colômbia, Equador e República Dominicana, estando as raízes do problema “mais nas forças que permitem a existência da demanda pela exploração de seres humanos do que nas características das vítimas” (OIT, 2005, p. 13). Essas demandas estariam nos grupos interessados na manutenção desse quadro na figura dos traficantes com interesse nos lucros milionários, nos empregadores que tiram proveito da mão de obra desvalorizada e nos consumidores desse trabalho (OIT, 2005). Além da pobreza material soma-se a pobreza

política, a necessidade de políticas sociais e educação que exercem impedimentos à internalização de direitos como condição vital à cidadania.

1.5 Contexto brasileiro

Na história do Brasil, em seus mais diversos registros, dentre eles as cartas, com a chegada dos portugueses nas esquadras de Cabral, o contingente populacional de crianças e adolescentes numa tripulação de 1.500 pessoas chegava aos 10%, numa faixa etária entre 09 e 15 anos de idade (BUENO, 2003). Conforme esses relatos, todos eram meninos, já que o acesso às mulheres era proibido, mas tinham a autorização dos pais. Exercendo a função de serviçais nos navios sofriam várias violências como negligência, abuso, agressões e homicídios.

Ao aqui chegarem faziam menção à nudez dos índios que não cobriam suas vergonhas na carta de Pero Vaz de Caminha. Nos relatos de *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre (2006) aponta a contradição com o que ocorria na casa-grande onde a virgindade era preservada, enquanto que na senzala meninas de dez, doze anos eram abusadas pelos seus senhores em relações às vezes incestuosas. Outras eram defloradas para que seus senhores se livrassem da sífilis conforme o mito da época. Os meninos também não escapavam e serviam sexualmente seus senhores. Freyre assinala o início da vida brasileira como uma grande “intoxicação sexual”. Dos costumes primitivos dos indígenas de oferecer a mulher como hospitalidade, quase como um ritual, resgatava no inconsciente do português a imagem da ninfa, deixada pela invasão moura na Península Ibérica com a visão da mulher nativa no banho de rio a pentear os longos cabelos negros.

Priore (2000) assinala que a nudez da índia incitava no homem europeu a lascívia e a luxúria. Com a mulher branca a repressão da sexualidade feminina na colônia, marcada pelo pecado, irrompia nos lugares proibidos numa sedução reinventada para driblar a pressão e o controle da Igreja.

Sendo uma questão antiga posta na contemporaneidade, só recentemente desperta “o interesse dos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, de representantes do Estado, de organizações que defendem os direitos humanos, entre outros. Entretanto, o tema não tem sido ainda suficientemente investigado na maioria das cidades e dos estados brasileiros” (SANTOS, J., 2008, p. 129).

Com pouca produção teórica relativa ao período da década de 1990,

as denúncias sobre o envolvimento de crianças e adolescentes na prostituição e no sexo turismo no Brasil vêm sendo feitas há praticamente mais de uma década, desde o início dos anos 90, principalmente após o lançamento do livro “Meninas da noite: a prostituição de meninas escravas no Brasil”, de Gilberto Dimenstein no ano de 1992, um documento denúncia sobre a rede do tráfico de crianças e adolescentes na região norte do país, com o objetivo de servirem como escravas sexuais dos garimpeiros (LIBÓRIO, 2003, p. 19).

As denúncias do sexo turismo nas cidades litorâneas do Nordeste brasileiro e o pouco material disponível à época, como o de Dimenstein, revelou a dimensão do problema mobilizando os segmentos sociais (LIBÓRIO, 2003) e aumentando o interesse do estudo e preocupação com o segmento infantojuvenil que utiliza estratégias de sobrevivência para enfrentar a pobreza e a sobrevivência na rua. Essa questão “adentrou a agenda brasileira como resultado das denúncias realizadas pelas CPIs do extermínio de meninos e meninas de rua em 1991; da violência contra a mulher em 1992; da CPI da prostituição infantojuvenil em 1993” (LEAL, 2002, p. 17).

Um estudo feito pelo CECRIA, em março de 1996, conferiu uma análise qualitativa às conclusões da CPI da Prostituição Infantojuvenil, em 1993, que investigou os casos de prostituição infantil em nosso território, dando visibilidade ao fenômeno. A partir daí as instituições que lutam contra a exploração sexual passaram a atuar na formulação de políticas públicas e o aumento da mobilização social.

Em 2000 com a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, aprovado pelo CONANDA, constituía-se a “referência para a sociedade civil organizada e para as três instâncias do poder federativo brasileiro” (COMITÊ NACIONAL..., 2008, p. 8). Com uma base legal sustentadora na Constituição brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente e nos Tratados Internacionais dos quais o Brasil é signatário, afirmava princípios no marco legal da proteção integral, na indivisibilidade dos direitos humanos, na intersetorialidade das políticas públicas, na sustentabilidade e responsabilidade da gestão pública, na articulação entre os setores públicos e privados, na participação democrática da sociedade civil, na interação com o protagonismo e na sustentabilidade de recursos físicos, materiais e financeiros para cumprimento das metas (BRASIL, 2002a).

Em 2002 foi realizada a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (PESTRAF), constituindo-se numa referência sobre o fenômeno, em que revela a articulação existente das redes internas e internacionais que alimentam o mercado da indústria sexual. Revela ainda um perfil de

vulnerabilidade com a origem nas classes populares, habitando nas periferias das cidades e com baixa escolaridade; “no Brasil, o tráfico para fins sexuais é predominantemente, de mulheres e adolescentes, afrodescendentes, com idade entre 15 e 25 anos” (LEAL, 2002, p. 55). Geralmente trazem em sua história de vida um indício de violência seja na exploração sexual ou como vítimas do abuso sexual, além da gravidez precoce, uso de drogas ou alguma experiência com o trabalho doméstico ou com o comércio.

A PESTRAF ilustra a pesquisa com os mapas (ANEXO A), seguindo a geografia das rotas interestaduais e internacionais (ANEXO B) do tráfico que se configura alimentado por uma rede intitulada de favorecimento formada pelas redes de entretenimento, redes do mercado da moda, redes de agências de emprego, redes de agências de casamento, redes de telesexo, redes de agenciamento para projetos de desenvolvimento e infraestrutura, estando incluídas as redes da indústria do turismo.

Essas rotas são caracterizadas pela localização e fácil mobilidade, construídas próximo a cidades com acesso a rodovias, portos e aeroportos oficiais e clandestinos. Oferecendo diversas possibilidades de mobilidade, saem em sua grande maioria do interior dos estados a partir de rodovias federais para os grandes centros.

Em 2004 é lançado no Brasil pelo presidente Lula o Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), no Ministério do Turismo, como estratégia de combate a todas as formas de exploração e violência contra crianças e adolescentes.

No processo de revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no período de 2007-2008 alguns fatos constatados devem ser revisitados após oito anos de lançamento do Plano. Entre estes foi abordado a falta de formação e informação sobre o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes com a rede de atenção e prevenção fragilizando a fiscalização e abrindo novos cenários aos infratores; falta de responsabilização e ressocialização do agressor; a fragilidade da política intersetorial contribuindo para a dificuldade no discernimento quanto aos papéis do setor público, privado e sociedade civil organizada; banalização por parte da imprensa acerca dos conceitos de abuso e exploração sexual e nesse sentido a ausência do trabalho em rede dos setores público, privado e social para a divulgação desses conceitos. Em relação às estratégias de cooperação internacional ainda a constatação das redes escravagistas nacionais e internacionais, tráfico de drogas, a oportunidade de trabalho fora do Brasil, a situação familiar de maus-tratos e a depreciação da imagem da mulher. Na revisão do ano de 2010 do mesmo Plano evidencia-se a

sua articulação com o Plano Decenal dos Direitos de Crianças e Adolescentes²¹ fazendo uma interface direta com suas diretrizes, nos eixos de promoção dos direitos, proteção e defesa dos direitos, protagonismo e participação, controle social da efetivação dos direitos e gestão da política nacional dos direitos humanos.

Em face dessas constatações que foram apresentadas em plenária, as propostas foram levadas à discussão face à necessidade de novas ações de enfrentamento e as que ainda não tinham sido contempladas foram documentadas e asseguradas na sua legitimação.

Mesmo com essas iniciativas o Brasil vivencia a realidade da exploração sexual de meninas e mulheres, com uma rede de exploradores e aliciadores atuando próximo às comunidades para o mercado do sexo, expondo sua face mais visível, o turismo sexual.

A realidade brasileira da exploração sexual de crianças e adolescentes tem-se diferenciado pela particularidade regional. Conforme pesquisa realizada na década dos anos 90 por Paiva e Pereira (1997) o fenômeno já se apresentava de várias formas nas regiões Norte e Nordeste, com base nos levantamentos apresentados no Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Estocolmo. No Amazonas em função da Floresta Amazônica, tão cobiçada pelas grandes potências e multinacionais, o turismo é a principal via de exploração sexual.

No Pará, a situação é extremamente grave nos garimpos e áreas de mineração, nos quais a venda de crianças e adolescentes a garimpeiros pelos próprios pais ou responsáveis é frequente e comum. Em Rondônia, o número de prostíbulos que usam o cárcere privado é alto e há também o tráfico para os garimpos (PAIVA e PEREIRA, 1997, p. 234).

Em Belém e nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, as meninas moram nas ruas e têm no consumo de drogas uma de suas principais causas. No Recife e em Salvador, predomina o sexo-turismo. Em Sergipe, meninas analfabetas, em sua grande maioria, são mantidas em prostíbulos em regime de escravidão.

Na região Centro-Oeste, não é muito diferente das demais regiões do país, especialmente, em Brasília, onde os pontos de prostituição são muito acessíveis e com anúncios em classificados de jornais oferecendo todos os tipos de “serviços”.

Nas regiões Sul e Sudeste, “a rede de comércio de sexo também conta com a participação de policiais, agências de viagens, hotéis e caminhoneiros” (PAIVA e PEREIRA,

²¹ Produzido “no âmbito do CONANDA, que pode significar um marco na formulação de políticas de proteção dos direitos, uma vez que reúne os chamados temas setoriais em um único instrumento norteador das políticas de proteção, de forma articulada” (COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2013, p. 12).

1997, p. 235), sobretudo, em São Paulo, aonde as vítimas, em sua maioria, vêm de outros estados, com a ilusão de conseguirem emprego e terminam sendo aliciadas por agenciadores e cafetões.

Na Paraíba, as meninas e adolescentes são usadas na exploração sexual pelos próprios pais como forma de sustento da família, nas ruas ou em programas a bordo de navios de carga e barcos de pesca. Atualmente a situação não é diferente e tem se agravado com a multiplicação das rotas e a facilidade de mobilidade conforme pesquisas e dados apresentados nas páginas seguintes.

A contradição da sociedade entre a aceitação da existência do fenômeno e a sua omissão revela, conforme LEAL (2003), que o mercado do sexo infantojuvenil atende uma demanda consumidora que não reconhece a sexualidade como direito, posto no ECA.

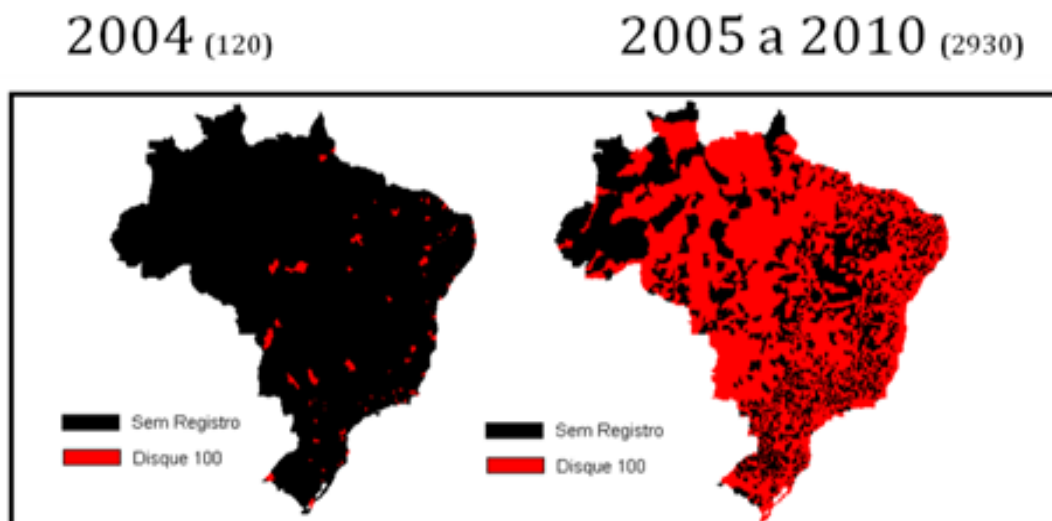
Foi identificada na BR-230 (Paraíba) uma nova rota de prostituição infantil que inclui Patos, Campina Grande e João Pessoa. Foi surpresa encontrar no rol de seletos clientes inúmeros políticos, juízes e comerciantes de Patos e das redondezas. Pior: o envolvimento dessas “autoridades”, que deveriam criar políticas juvenis, é um dos maiores entraves para o andamento das investigações (LEAL, 2003, p. 13).

O segmento infantojuvenil se vê submetido a uma sociedade que historicamente reafirma práticas vitimizadoras, fortalece o discurso institucional de que a sexualidade pertence ao âmbito do privado, tratando a mercantilização de corpos de crianças e adolescentes entre o legal e o ilegal nas esferas de poder.

Conforme a publicação da Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes²², publicada pelo site Caminhos da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, até 2010 foram 927 municípios no Brasil citados como rotas de tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes. Na sua segunda edição, em 2011, o número de municípios aumentou para 2.798 com ocorrências de exploração sexual sinalizadas através do Disque 100, num total de 25.175 denúncias de violação dos direitos contra crianças e adolescentes, considerando as denúncias de prostituição, pornografia, tráfico para fins sexuais e exploração sexual no contexto do turismo.

²² Instrumento de gestão que possibilita dar visibilidade ao levantamento de denúncias de Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (ESCA), a partir das denúncias recebidas pelo Disque 100, entre 2005 e 2010 e a análise das ações de enfrentamento, com foco nos programas conduzidos pelo Governo Federal.

Mapa 01 - Registros de ESCA no Disque 100 – 2004 e 2005/2010



Fonte: MATRIZ INTERSETORIAL ... Disque Denúncia 100 (2010).

Uma amostra da situação no país ao longo dos últimos anos referente à primeira década do século XXI, chama a atenção para o percurso do fenômeno nas regiões do país, com um aumento considerável de registros, visualizados no mapa acima. Num espaço temporário de seis anos a dimensão do fenômeno toma uma proporção de multiplicação geométrica. Com a expansão da metodologia do PAIR no país para 60 municípios, em 15 estados brasileiros (MOTTI; CONTINI; AMORIM, 2008) através da parceria com as Universidades Federais, o atendimento a crianças e adolescentes nesse período sendo fortalecido, convoca as redes locais a repensar seu redimensionamento, sensibilização, humanização, organização das ações integradas e as vias legais para denúncia e encaminhamentos. O levantamento de dados através do diagnóstico local, análise e planejamento proporcionaram objetividade ao trabalho de campo e às estratégias da articulação, reflexão e viabilização das ações resultando na melhoria do fluxo de notificação.

Em relação aos municípios brasileiros com maior incidência em violência sexual contra crianças e adolescentes, a maior concentração está localizada na região Nordeste, conforme dados extraídos da Matriz Intersetorial ... (2010).

Quadro 01 - Municípios brasileiros com maior incidência em violência sexual contra crianças e adolescentes

#	Região	Estado	Município	Qtd. Registros	Percentual Nacional
1	Nordeste	Ceará	Fortaleza	1175	4.25%
2	Nordeste	Bahia	Salvador	1042	3.77%
3	Nordeste	Pernambuco	Recife	484	1.75%
4	Nordeste	Maranhão	São Luís	365	1.32%
5	Nordeste	Rio Grande do Norte	Natal	326	1.18%
6	Nordeste	Paraíba	João Pessoa	221	0.80%
7	Nordeste	Bahia	Feira de Santana	213	0.77%
8	Nordeste	Piauí	Teresina	200	0.72%
9	Nordeste	Alagoas	Maceió	167	0.60%
10	Nordeste	Bahia	Itabuna	140	0.51%
TOTAL					

Fonte: Matriz Intersetorial (2010)

Os dados confirmam a incidência de uma maior concentração do fenômeno nas regiões mais pobres do Brasil, Nordeste e Norte, evidenciando uma perenidade histórica de violência a crianças e adolescentes, corroborando com a pesquisa realizada pelo Instituto World Childhood Foudation (WCF) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 2006, citada na página 70.

Quadro 02 - Registros da exploração sexual infantojuvenil por região, faixa etária e sexo

#	Região	Reg. sex. Masculino	Reg. sex. Feminino	Faixa de idade(11 anos)	Faixa de idade(12 a 18 anos)	Total de registros
1	Centro Oeste	792	3591	1118	2967	2297
2	Nordeste	3850	14137	4595	11982	9551
3	Norte	950	3686	1241	3107	2392
4	Sudeste	3490	10563	4182	8844	7067
5	Sul	1569	5544	1890	4630	3592
Total:		10651	37521	13026	31530	24899

Fonte: Matriz Intersetorial (2005-2010).

Quanto à faixa etária, denuncia a violência enquanto um processo de dominação construída a partir dos espaços de socialização, considerados espaços de proteção,

reproduzindo histórias de violência vivenciadas, representando a transgressão do poder de proteção do responsável e a coisificação da infância. Espaços estes que se transformam em lugares de risco e desamparo do ser expostos à condição de vitimação.

Em relação às questões de gênero os dados ratificam a concepção cultural patriarcal e sexista com um número consideravelmente maior na incidência do sexo feminino, marginalizada historicamente com as relações assimétricas constituídas. Aponta para a reprodução da violência de geração a geração tendo como fulcro o espaço de construção das relações sociais desiguais entre homens e mulheres que se naturalizam no cotidiano.

O enfrentamento convoca o Estado, a sociedade e a família enquanto constituídas de redes protetoras, que por se apresentarem frágeis, vulnerabilizam crianças e adolescentes nas redes de comercialização sexual.

Assumir a hipocrisia da cultura machista/moralista/extrativista/exótica que permeia as relações sociais da violência multicultural e da violência estrutural como vetores fundamentais de expansão da violência interpessoal; da falência ética e civilizatória, se é que algum dia tenha existido; e do difícil caminho no sentido de fortalecer a defesa/controlar/promoção (ECA-90) de crianças e adolescentes em situação de violência sexual no Brasil (LEAL, 2002, p. 30).

No Brasil e na América Latina algumas especificidades são evidenciadas por Soares do Bem (2005) ancoradas na sua formação socioeconômica, no atraso do capitalismo tardio, nas condições reais da população e nas manifestações de poder das elites. Para este autor alguns efeitos danosos são detectados no neocolonialismo com a visível constatação da subserviência ao estrangeiro nas mais diversas situações em níveis elevados, a aceleração do processo inflacionário em busca do lucro imediato, desfavorecendo a população nativa, a depredação do meio ambiente e a descaracterização cultural. No Brasil de modo particular o êxodo rural da década de 1940 com a modernização e a tentativa de gerenciamento e alternativas econômicas diante do neoliberalismo evidencia a exclusão social e o investimento no turismo como uma das saídas para esse impasse. Na década de 1990 a urbanização acentua essa perspectiva construída historicamente expondo e vulnerabilizando ainda mais a população.

Em relação às regiões turísticas, destinos turísticos e destinos indutores e o número de casos de exploração sexual, a região Nordeste aparece com o maior número de casos no país, disponibilizado na Cartilha do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, elaborada em 2010, pelo Ministério do Turismo.

Quadro 03 - Número de destinos turísticos por região e casos de exploração sexual

Região	Estados	Regiões turísticas	Destinos turísticos	Destinos indutores	Casos de exploração sexual
Norte	7	35	209	11	1.955
Nordeste	9	78	840	23	7.701
Sudeste	4	98	1.200	12	5.669
Centro - Oeste	4	35	296	10	2.158
Sul	3	30	1.118	9	2.960

Fonte: CET/UnB adaptado dos dados disponibilizados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e Ministério do Turismo.

Com o Brasil sediando o evento mundial da Copa do Mundo em 2014 estima-se um número de visitantes relativamente maior, em torno de 25%. Em 2016 a Olimpíada no Rio de Janeiro tem uma previsão de aumento de 15% de visitantes. A preocupação com o segmento infantojuvenil vulnerável deveria ser prioritária, saindo de uma legalidade burocrática e incorporada na práxis que se mostra lenta e refém de uma conjuntura imposta pelas leis de mercado.

No contexto desse tipo de violência a exploração sexual é transnacional e nesse sentido a Matriz (2011) apontou, nas fronteiras, registros de ESCA em 18 cidades gêmeas, 173 municípios faixas de fronteira, 46 municípios linha de fronteira e em 12 cidades-sede da Copa Mundial de Futebol de 2014. Entre as cidades sede da Copa 2014 na região Nordeste, os registros de ESCA indicam um número elevado. Em Fortaleza 1.175 casos, em Salvador 1.042 e em Recife na faixa de 400 registros (MATRIZ INTERSETORIAL..., 2011, p.31).

O trabalho de prevenção se torna lento, em função dos aspectos culturais, socioeconômicos, das relações interpessoais assimétricas, do imaginário que se constrói em torno do que vem de fora, da dificuldade em se perceber com deveres e direitos respeitados, entre outras dimensões. Trabalho que exige uma temporalidade em relação à internalização e reconhecimento dessa prática, em detrimento da urgência do lucro fácil e do desrespeito à cidadania de crianças e adolescentes. Abaixo, um dos *slogans* lançados para o trabalho de prevenção em todo país pelo Ministério do Turismo.

Quadro 04 - *Slogan* da Campanha de Prevenção

Fonte: CET/UnB – Ministério do Turismo (2010).

O desenvolvimento de uma consciência de direitos passa pela educação, mas não há um único caminho. Para Carvalho (2003, p. 229) “a desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática” tornando distante essa conquista no seu processo de construção. Não bastam as leis, a internalização do exercício da cidadania construída lentamente na história da educação brasileira; engendradas nas relações de poder necessitam de campanhas, esclarecimentos para lembrar os direitos civis, políticos e sociais.

1.5.1 Focalizando a região do Nordeste brasileiro

A partir dos dados estatísticos expostos no item anterior necessário se faz a contextualização do Nordeste em relação aos indicadores sociais e econômicos com as desigualdades acentuadas. A região Nordeste apresenta algumas singularidades no cenário geoeconômico brasileiro. Dentre elas como lugar onde vive metade da população pobre do país; a variação de situações físico-climáticas, destacando-se a zona semiárida que se estende por 57% de seu território, a convivência secular com as secas periódicas e a desigualdade na distribuição de terras (DUARTE, 2002). A vulnerabilidade da população, sobretudo da zona rural, torna-se histórica e mais evidente com a perda da produção agrícola e pecuária com os rebanhos dizimados como a mais recente datada de 2013.

Para Piscitelli (1996) o início da década do 1990 foi o período onde a intensificação dos voos diretos vinculados ao turismo internacional deu visibilidade à prostituição voltada pra estrangeiros no Nordeste brasileiro, tornando a região integrada ao circuito mundial do turismo sexual e o Brasil considerado um dos países da América Latina, Caribe e África a se

tornarem alvos para os turistas sexuais nas décadas de 1980 e 1990. Piscitelli aponta denúncias que foram anunciadas “embora no Nordeste do Brasil tenha entrado nesse circuito num período relativamente recente, já na década de 1980 diversas ONGs e organizações de mulheres denunciavam o aumento significativo deste tipo de turismo” (PISCITELLI, 1996, p. 14) e focaliza ainda a geografia mutante do turismo sexual no espaço cibernético com a inserção do Nordeste do Brasil na alteração desses circuitos que passam a ser desejáveis para os turistas à procura de sexo e alvo dos “deslocamentos na geografia mundial do turismo sexual” (PISCITELLI, 2005, p. 287) associado à pobreza e à desigualdade como garantia de sucesso para um novo centro de turismo sexual.

No relatório da PESTRAF (LEAL, 2002) a região Nordeste já despontava como uma das que apresentavam uma inter-relação entre turismo sexual e tráfico. As capitais que se sobressaíam como origem e destino do tráfico são as que mais recebem turistas estrangeiros como Recife (PE), Fortaleza (CE), Salvador (BA) e Natal (RN), inclusive o tráfico internacional. Algumas manifestações caracterizam o fenômeno na região como o deslocamento dentro do próprio estado com o agenciamento de meninas com promessa para o trabalho doméstico; o tráfico entre os estados com a valorização das mulheres de fora do estado; o tráfico internacional com a possibilidade do casamento como via de acesso dos estrangeiros.

O turismo sexual aparece como um dos “fatores que favorecem a existência do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual [...] se apresenta como uma forma de recrutamento para o tráfico” (LEAL, 2002, p. 78). Propicia o envolvimento de adolescentes para a exploração sexual, com o agravamento das desigualdades de raça e gênero. Os dados que apareciam como facilitadores eram:

A presença de aeroportos internacionais, grandes portos, a convivência de autoridades com a ação criminosa, a existência de facilidades para o enraizamento das redes criminosas na vida econômica e social local, corrupção e a fragilidade das políticas de segurança e justiça nos níveis estadual e municipal (LEAL, 2002, p. 79).

Na geografia das rotas analisadas pela PESTRAF no âmbito internacional, interestadual e intermunicipal a frequência de adolescentes é mais expressiva no âmbito interestadual onde quase um terço se destina a essa exclusividade e nas de âmbito intermunicipal em quase 100%. Há a presença de crianças, porém em menor número.

Outra pesquisa que avança na “compreensão da complexidade do fenômeno da exploração sexual comercial, a partir da perspectiva dos caminhoneiros” (PADILHA;

CERQUEIRA-SANTOS, 2007, p. 145) foi realizada nas rodovias brasileiras. O Programa na Mão Certa criado pela WCF firma o Pacto Empresarial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, realizando a pesquisa *A vida dos caminhoneiros brasileiros*, em 2006, em parceria com a UFRGS. Revela em seus resultados o Nordeste (78,1%) e Norte (30,6%) como regiões em que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes são mais evidenciadas. Três estados aparecem nas fala dos caminhoneiros, Bahia, Maranhão e Pará, onde o “comércio sexual” infantil é justificado pela “pobreza econômica”, exploração por terceiros, o fato de as adolescentes “gostarem de fazer sexo e terem prazer” e a falta de opção no mercado de trabalho (PADILHA; CERQUEIRA-SANTOS. 2007).

Portanto, o foco no recorte espacial da região Nordeste enfatizado na pesquisa evidencia o que realimenta as desigualdades sociais, econômicas e culturais no Brasil, expresso nas relações de poder históricas de uma civilização agrária e escravocrata. Sendo essa mesma “civilização nordestina” que contraditoriamente deu ao Brasil “alguns dos maiores valores de cultura, hoje caracteristicamente brasileiros [...] que enriqueceu de elementos mais característicos da cultura brasileira” (FREYRE, 1937, p. 219-220).

1.6 O turismo sexual infantojuvenil e instituições de enfrentamento

A exploração sexual no turismo é considerada uma violência sexual e deve ser combatida sem reservas, penalizada com o rigor das legislações nacionais dos países visitados e dos países dos autores, mesmo quando cometida no exterior.

A Convenção sobre os Direitos da Criança como instrumento internacional dos direitos humanos mais ratificado da história entrou em vigor em 1989. Foram 190 países a aderirem ao tratado, inclusive o Brasil, que estabelece um compromisso com os direitos humanos de crianças e adolescentes. E algumas organizações tentam sustentar o objetivo de promoção da defesa e dos direitos das crianças e adolescentes num trabalho de parceria como a Organização Mundial de Turismo, a UNICEF, a Confederação Latino-americana de Organizações de Turismo (COTAL) e ECPAT no setor turístico.

Nesse sentido, a ECPAT Internacional criou em 2002 o Código Mundial de Conduta para Operadores de Turismo e membro da Secretaria Executiva da *Task Force/OMT* sendo a EMBRATUR escolhida pelo OMT como gerente internacional do Código. O referido código foi representado por governos, organizações não governamentais, setor privado além de outras instituições. Com o objetivo de regular ações mundiais em torno da adoção de parâmetro de

comportamentos proativos voltados ao Combate à Exploração Sexual Infantojuvenil, privilegiou ações no combate ao turismo sexual.

Nesse mesmo ano foi renovado o convênio entre a EMBRATUR e a ABRAPIA para manutenção do serviço telefônico 0800, através do disque-denúncia e executado o convênio entre a EMBRATUR e a Agência Nacional de Notícia para a Infância (ANDI), prevendo a divulgação de notícias, por meio de boletins diários de notícias sobre crianças e adolescentes (programas, projetos) sendo selecionadas notícias de 10 revistas e mais de 72 jornais de todo o país dando visibilidade aos problemas vivenciados pelo segmento infantojuvenil.

A responsabilização por essa contingência não poderá ser dirigida à criança ou adolescente em função do seu processo de desenvolvimento maturacional, ideológico, econômico e social. “As crianças nunca podem dar o consentimento livre e informado a uma troca sexual-econômica, e a prostituição infantil é sempre uma forma de violência sexual e de trabalho forçado e é descrita frequentemente como uma forma moderna de escravidão” (DAVIDSON; TAYLOR, 2007, p. 121).

A Matriz Intersetorial da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no contexto do Turismo declara que “a exploração de seres humanos, em qualquer de suas formas, principalmente a sexual e, em particular quando afeta crianças, fere os objetivos fundamentais do turismo e estabelece uma negação de sua essência.”, baseado no Art. 2 do Código de Ética Mundial do Turismo, inciso III.

Alguns dados da violência sexual infantojuvenil registrados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (BRASIL, 2005) revelam que mais de 1,6 milhão de pessoas morrem vítimas de violência individual ou coletiva (OMS, 2002). Perto de 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos tiveram relações sexuais forçadas e sofreram outras formas de violência sexual com contato físico (OMS, 2006). Dentre estes, em torno de um milhão estão na Ásia e dois milhões na América Latina e Caribe, conforme estudos realizados no período 2002-2009.

No Brasil dados bem antigos já apontavam nessa direção, que 18 mil crianças são espancadas por dia sendo registrados 6.570.000 casos por ano (CNBB, 1999 *apud* BRASIL, 2005). Na especificidade da violência sexual, 80% de meninas exploradas sexualmente “na rua” sofrem abuso sexual em casa e 300 mil meninas são vítimas de incesto pai/filha, sendo que mais de 100 mil tentaram suicídio (CNBB, 1999 *apud* BRASIL, 2005). Há registros de que 50% das famílias sofrem algum tipo de violência. Se baixarmos esse índice para 30%, teremos 12.296.066 famílias atingidas (CNBB, 1999 *apud* BRASIL, 2005). Hoje esses números aumentaram e em relação à violência sexual, dos “12.594 casos registrados, 8.674

ocorreram na faixa etária de 7 a 14 anos” (UNICEF, 2011, p. 06). Mesmo sendo dados em que suas formas de explicação diferem entre si, apontam para um quadro crítico de dimensões complexas.

A participação da sociedade civil tem sido muito importante para a formação de uma rede integrada de ações, sobretudo, na perspectiva de denúncias, cobranças e acompanhamentos dos casos. Nesse campo, são emblemáticas as atuações de algumas ONGs, estratégia fundamental para o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, em função do compromisso com a questão:

A *Casa de Passagem* em Recife-PE nasceu nas ruas do centro do Recife, no final dos anos de 1980, sendo pioneira no trabalho com as meninas que ali viviam, promovendo o acesso aos direitos sociais e políticos, articulando seu trabalho com o protagonismo infantojuvenil no âmbito comunitário.

O *Coletivo Mulher Vida* em Olinda-PE, desde a sua fundação em 1991, vem desenvolvendo um trabalho de educação popular junto às mulheres adultas da periferia do grande Recife, com o objetivo de prevenir e propor políticas públicas de combate à violência doméstica e sexual contra a mulher, levando a questão a ser tratada como caso social e não particular.

O *CECRIA* em Brasília-DF, criado em 1993, constitui-se em um centro de pesquisa, capacitação, promoção, formação e articulação de ações governamentais e não governamentais, em nível nacional e internacional para a defesa dos direitos da mulher, da criança e do adolescente, orientado pela concepção dos direitos humanos definidos na legislação nacional e normas internacionais.

O *Projeto AXÉ* em Salvador-BA, criado em 1990, iniciou suas atividades vinculado ao MNMMR, prestando serviços de educação e defesa de direitos às crianças e adolescentes em circunstâncias especialmente difíceis.

O *CEDECA-BA*, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente de Salvador surge em 1991, como expressão específica dos movimentos sociais organizados a partir da legalização do ECA, em 1990. Exigência decorrente do aumento da violência e do número de assassinatos de crianças e adolescentes registrados no Instituto Médico Legal²³, assume a linha de Ação da Política de Atendimento, prestando serviço de proteção jurídica e serviço especial de prevenção e atendimento psicossocial.

²³ A Bahia ocupava o terceiro lugar em número de extermínios, atrás apenas do Rio de Janeiro e São Paulo. 110 meninos haviam sido mortos em 1990 na capital baiana, número que subiria para 117 no ano seguinte, crimes que ficavam impunes (BARBOSA, 2003).

O Projeto *Meninas de Santos* em Santos-SP, iniciado em 1993, tem oferecido assistência às meninas vítimas de exploração sexual, frequentemente usadas para o repasse de drogas, sem moradia ou vínculo familiar.

O projeto *Casa Rosa Mulher*, em Rio Branco-AC, oferece assistência a mulheres e adolescentes vítimas de violência doméstica, prostituição e risco pessoal e social. Primeira experiência de política pública direcionada para este fim, no estado do Acre, iniciando suas atividades desde 1994 e se consolidando como referência no estado, tem como um dos importantes parceiros o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre.

A *CHILDHOOD Foudation – Instituto WCF Brasil*, desde 1991, também tem uma cobertura de assistência a crianças e adolescentes no Nordeste concentrando-se na Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte com o objetivo de melhorar a educação com um trabalho em relação à sexualidade e à prevenção da violência sexual.

O *CEDECA-CE* foi fundado em 1994, como fruto da articulação de entidades da sociedade civil, movimentos sociais e instituições voltados à defesa da criança e do adolescente. Trabalha associando intervenção jurídica, mobilização social e comunicação para direitos com vistas à construção de uma sociedade que exercite plenamente os direitos humanos infantojuvenis.

No entanto, toda essa mobilização é de iniciativas tópicas, longe de combater a rede existente que está articulada com as macropolíticas nacionais e internacionais, mas constituem-se espaços de denúncia, mobilização e cobrança do papel do Estado na sua função de proteção a crianças e adolescentes.

O papel dos Movimentos Sociais no empenho pelos direitos da criança e do adolescente que toma para si a prerrogativa na luta contra a violência sexual torna-os responsáveis pelo crescimento de sua visibilidade, sobretudo, nas últimas décadas do século XX. As transformações ocorridas a partir deles são consequências da ofensiva civilizatória no enfrentamento da violência sexual que sai do seu papel secundário e alcança autonomia no ponto de encontro com os movimentos sociais internacionais. Atualmente tem havido uma intensificação das ações e fortalecimento dos movimentos já existentes que no embate de ideias e forças engendram mudanças.

Em 2006 conforme a Revista do Terceiro Setor (RETS, dezembro/2006), em 28 de novembro, foi lançada em todo o Brasil pela World Childhood Foundation Brasil (WCF – Brasil), uma campanha intitulada “Na mão certa”, com o objetivo de combater a exploração sexual infantil nas rodovias brasileiras. Esta campanha tinha como objetivo mobilizar os setores públicos, privados e a sociedade civil nessa luta, informando aos caminhoneiros a

importância de suas ações como segmento que pode ser sensibilizado como agentes de transformação dessa realidade nas estradas brasileiras.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Childhood Brasil e Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDHPR) em pesquisa realizada revelou-se a existência de 1.820 pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras no biênio 2009-2010 (OIT, 2011), alguns localizados em regiões fronteiriças, onde acontece o tráfico internacional de drogas e de pessoas. A SEDH registrou a ocorrência de exploração sexual comercial em 937 municípios brasileiros, em sua grande maioria, localizados nas regiões Nordeste e Sudeste. Em 2012 com a atualização do mapeamento o número se mantém em sua proximidade com 1.776 pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes (OIT, 2012).

De uma forma geral, em todo o Brasil, o fenômeno é acompanhado pelo consumo de drogas e, para manter a dependência, crianças e adolescentes suportam a violência e a degradação humana inerentes à prostituição.

Faleiros (1995 *apud* BONTEMPO et al., 1995) aborda o papel do Estado no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, critica a ausência de política social para a infância no contexto histórico brasileiro e a inexistência da criança nesse mesmo contexto. Justifica essa afirmativa com a posição de objeto em que a criança era colocada em função das grandes linhas políticas. Considera como:

- A primeira linha política de manutenção da ordem, pela repressão quando a criança era vista como ameaça no período republicano sendo chamada de menor. Nesse momento histórico, a formulação de juizados, instituições, reformatórios, usando o isolamento, a contenção e a presença da polícia para reprimir “o menor” sob suspeita tinha como objetivo de proteção não da criança, mas da ordem social.

- A segunda proposta política era a proteção à indústria e ao capital com o encaminhamento da criança pobre ao trabalho precoce e subalterno existindo enquanto mão de obra, enquanto objeto de trabalho.

- A terceira política é a de preservação da raça, da higiene e da saúde pública sendo a criança objeto de controle como se através dela se propagasse as doenças. Dessa forma, evitam-se perigos à segurança nacional e a criança, mais uma vez, fica no imaginário da sociedade como objeto de controle para tornar a vida das elites suportável.

Entretanto, o papel do Estado no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes na visão de Faleiros, V. (1995), na garantia de direitos e da prevenção, se dá da seguinte forma: 1- **‘Política de Negociação’** inserida na dimensão cultural e social em que a

criança possa assumir seu lugar de sujeito de direitos. Na sua visão não podemos ser donos da criança, que não é propriedade, mas precisa ser protegida e ouvida. 2- **‘oferecer chances’** com uma política de possibilidades de lazer, cultura, expressão, de identidade, como processo civilizatório. 3- considerada como **‘prevenção’** com participação, mudando as relações antes que elas aconteçam. 4- **‘vigiar e punir’** os traficantes, os exploradores, o narcotráfico, tornando um instrumento constante de acompanhamento das violações e negligência em relação à criança. 5- **proteção especial** como ser em desenvolvimento. 6- **a educação**, a escolarização porque na escola “a criança tem a possibilidade de transformar o seu conhecimento e a sua relação com o mundo. É o lugar da aprendizagem” (FALEIROS, V., 1995, p. 102).

O Estado tem o dever de criar meios para diminuição das desigualdades sociais, sobretudo, das minorias raciais, étnicas e sexuais, assumindo a promoção efetiva na transformação das relações sociais com a promoção e defesa dos direitos. Nesse sentido, cabe indagar: como o sistema jurídico brasileiro aborda a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes? A atual legislação penal consegue atender esse preceito constitucional?

Encontra-se assegurada na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 227, o zelo pelos direitos da criança e do adolescente. E em seu inciso VII, parágrafo 4º: “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

No que se refere à exploração sexual o Código Penal trata deste assunto praticamente nos **crimes contra os costumes**. Veronesi (1995) indica como primeiro tipo penal a relação com a prostituição infantil, sendo o estupro considerado pelo código como um crime contra a liberdade sexual, colocado em seu artigo 213. Critica o arcaísmo do mesmo ao se referir só à mulher e não à pessoa. Outro crime relacionado com a exploração sexual é o denominado corrupção de menores, exposto em seu artigo 218, que a seu ver trata da moral sexual dos maiores de 14 e menores de 18 anos, porém não há crime.

O Código Penal ao tratar as questões relativas à prostituição não dava a devida importância à prostituição masculina nem tampouco à prostituição infantil. Prescreve a violência presumida quando a idade é menor de 14 anos, deixando a faixa etária entre 14 e 18 anos fora dessa leitura. Portanto, na leitura de Veronesi (1995) a negligência de nosso país em relação à prostituição infantil constitui-se um desrespeito à Constituição Federal e a negação aos direitos fundamentais da pessoa humana. A negativa da cidadania imposta àqueles que são merecedores de proteção especial e integral por estarem em processo de desenvolvimento é também lembrada por Piscitelli (2012, p. 02): “Não havia uma regulamentação específica sobre a exploração sexual comercial de menores de idade, apenas uma previsão de aumento

de pena se a vítima fosse maior de 14 e menor de 18 anos e presumia-se a violência caso a vítima fosse menor de 14 anos”.

Contudo, com a nova redação dada ao Código Penal datada de 2009, alterando os artigos 228, 229 e 230 da Lei nº 12.015/09, serão incluídas as demais modalidades de exploração sexual com punição mais rigorosa (ANEXO D). A referida lei aprimora regras existentes como em relação ao estupro, antes vinculado à conjunção carnal, portanto só poderia ser contra a mulher. Inclui entre as vítimas pessoas do sexo masculino, passando a ser inserido no conceito de estupro, também, o que antes era concebido como atentado violento ao pudor. Quando o estupro resulta de morte houve um aumento da pena em cinco anos demonstrando a iniciativa do Poder Legislativo no combate aos crimes de natureza sexual infantojuvenil. Outras iniciativas estão sendo gestadas e em alguns estados do Brasil, como a Bahia, criou-se a lei estadual para hotéis, motéis e casas congêneres em função do aumento do Turismo Sexual.

No anteprojeto para a Reforma do Novo Código Penal apresentado em 2012, por uma comissão de juristas ao Senado (PLS Projeto de Lei do Senado n. 236, de 2012) algo diferente aparece no Título IV “Crimes contra a dignidade sexual”, Capítulo I – “Crimes contra a liberdade sexual”, a exploração sexual é definida, no Artigo 183, como “obrigar alguém a exercer a prostituição ou impedir ou dificultar que a abandone”. A concepção de “exploração sexual, categorizada como algo forçado, é diferenciada da prostituição [...] E o tráfico de pessoas, internacional ou interno, assume a definição [...] em função de grave ameaça, violência, coação, fraude, exercida sobre uma pessoa para submetê-la a qualquer forma de exploração sexual (entendida como prostituição forçada), ao exercício de trabalho forçado ou a qualquer trabalho em condições análogas à de escravo” (PISCITELLI, 2012, p. 3) ou ainda para a remoção de órgãos ou partes do corpo da pessoa.

O turismo sexual juridicamente não é crime previsto em lei. Porém, em relação à criança e ao adolescente, o ECA, Lei nº 8.069, foi revisto e acrescentado o art. 224-A que trata da pena para quem propiciar a prostituição infantil e a exploração infantojuvenil pela Lei 9.975, de 23.06.2000.

Diante desse percurso acerca do turismo sexual infantojuvenil emerge a inquietação no sentido de pensar a construção da cidadania de crianças e adolescentes para diminuir a possibilidade de entrada no mundo do capital imediato, transformando-se em mercadoria. Uma possibilidade pela educação popular enquanto instrumento político de transformação é viável? Em que bases filosóficas e epistemológicas estão ancorados seus princípios para dar suporte a esse problema?

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO POPULAR COM PAULO FREIRE

Pretende-se neste capítulo refletir sobre a relação Educação Popular com Paulo Freire e a noção de enfrentamento às formas de exploração de crianças e adolescentes, exigindo um direcionamento teórico inserido no contexto da educação com fundamentos e princípios que darão consistência à intencionalidade política da educação como pressuposto a esse enfrentamento.

A opção pelo referencial teórico-filosófico em Educação Popular, situada pelo pensamento freireano, foi assumida como pressuposto para pensar a situação extrema em que se encontram crianças e adolescentes explorados pelo turismo sexual. A opção segue na direção da atitude crítica para enfrentamento. Os elementos educativos com os quais se tencionou a relação proposta delimitaram a produção crítica do debate sobre o enfrentamento.

A história da Educação Popular remete ao final do século XIX e início do século XX. Desenvolve-se nos anos de 1960 e tem expansão nos anos de 1980. Apresenta-se engendrada na história da América Latina a partir das suas experiências revolucionárias acompanhando as que acontecem pelo mundo. Os processos socioculturais e políticos vivenciados no continente latino-americano foram influenciados pelo “ideário de Paulo Freire, da Teologia da Libertação, das teorias do desenvolvimento e da teoria da dependência, do referencial marxista” (PALUDO, 2005, p. 58), parte desse processo de construção histórica e contraditória.

O movimento de Educação Popular manteve a intencionalidade política na sua relação com os momentos históricos, como uma concepção educativa, com uma prática e uma teoria libertadora (PALUDO, 2005). Como prática se vinculou ao ato de educar, as múltiplas ações educativas orientadas por intencionalidade transformadora. Como teoria resgata o movimento em Educação em seu processo permanente de (re)elaboração e reflexão, sobre o ato de educar, inscreveu-se sob a perspectiva de (re)orientação do cenário libertador. Os elementos teóricos que orientavam as práticas na Pedagogia da Educação Popular centravam na visão antropológica e na dimensão política expressa nas relações sociais. Relações sociais que para Freire se ampliavam para a abertura à realidade fazendo do ser o “ente de relações” transcendendo a esfera dos contatos; “o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está *no* mundo, mas *com* o mundo” (FREIRE, P., 2003a, p. 47).

Com Paludo (2005) numa visão socioantropológica, o ser humano, sujeito de decisão, localiza-se no centro das atenções, é protagonista da sua história e da coletividade, resgatando

o papel das classes populares na sua organização e transformação política. Na dimensão política o vínculo da Educação Popular com pessoas, grupos, organizações, comunidades, movimentos populares é reafirmado se estendendo às redes e articulações sociais na perspectiva da construção de sujeitos, no exercício político do poder popular e da transformação social.

A ressignificação e a refundamentação do resgate das raízes de continuidade da concepção de Educação Popular fundamentam-se no compromisso histórico, ético, político e pedagógico da Educação Popular com a formação humana emancipatória, com a autonomia, com o protagonismo, com um projeto de futuro para a humanidade (PALUDO, 2005).

Algumas questões pontuadas pela autora implicam nessa reflexão, a partir de uma nova compreensão de processar o poder popular com proposições inseridas no contexto social. Neste contexto situado pelo pensamento de uma pedagogia libertadora a relação se faz na ampliação dos espaços onde devem acontecer as práticas educativas norteadas pela concepção de Educação Popular. Consequentemente pensar o enfrentamento pressupõe intervenção no contexto.

A transição da formação da consciência política para a formação de uma consciência mais alargada no sentido de que, além da política, pressupõe a intervenção pedagógica no ser de relações, ‘fazendo com que crianças e adolescentes sintam-se inseridos no meio em que vivem. A educação sendo um ato político de enfrentamento a todas as maneiras de opressão, implica na visão de Paludo (2005), no respeito à diversidade cultural com uma visão integral de ser humano e de mundo. A partir deste princípio, valorizando a leitura de mundo de cada criança e adolescente em situação de opressão, assinala-se um ponto de mediação. A ampliação das bases da pedagogia da Educação Popular que assegure as dimensões política, cultural, ética, produtiva, psico-afetiva e corporal, pontuam o respeito pelo corpo de crianças e adolescentes que vivem a banalização do mesmo. Paludo (2005) afirma que a vivência de valores sustentados pela ética apostando no diálogo, na capacidade reflexiva e no discernimento das classes populares, valoriza a construção do pensamento. Pode-se ampliar para as vivências de crianças e adolescentes no desamparo da exploração sexual. O que será possível com o desafio do que está sendo reafirmado nas práticas, nas formulações e transformações do que está sendo e do que foi reafirmado.

A atualidade da Educação Popular no século XXI adverte para a intencionalidade social e política e a praxística freireana calcada no processo dialético de construção do conhecimento enquanto um ato essencialmente humano. Tem como síntese de suas características proposta por Mejia (1992), Moro e Torres a descoberta da conjuntura

específica respeitando o meio cultural, o protagonismo enquanto caminho para a emancipação e o processo sistematizado e investigativo com leitura crítica da sociedade. Adverte para a ênfase nos processos de aprendizagem e subjetividade dos sujeitos educativos sobre a solidariedade pontuada por Guevara (2005, p. 221). Em contraponto a estes três autores, Pontual (2005) lembra a vigência do pensamento de Paulo Freire com a perspectiva da existência de um corpo teórico e uma pedagogia voltada para a prática e a ação transformadora. A renovada leitura crítica do contexto, o gosto pela curiosidade mediado por uma pedagogia da pergunta e a ressignificação dos valores éticos do ser humano universal são contextos da realidade percebida.

Estes indicadores possibilitam ir além e propor outros elementos que possam contribuir nos mais diversos contextos, enriquecidos com outras ferramentas de análise que possam advir nesse movimento de descoberta, que se insere no mundo da infância e adolescência enquanto construção de suas histórias, com a oportunidade de reflexão para mudança em curso, no protagonismo.

Paulo Freire se apresenta como referência importante nessa trajetória. A obra freireana atravessa a história da Educação Popular como marco teórico e prático situando educação como processo gnosiológico, como processo dialético ancorado a partir da prática. Sua teorização e retorno à prática, ao diálogo e à leitura da realidade são fundamentais para reafirmar a atualidade de seu pensamento.

Seus pressupostos epistemológicos para a reinvenção, a partir dos temas contemporâneos, acompanham a dinâmica social atual nos desafios para a Educação Popular. A ousadia da reinvenção necessita da coragem de sujeitos protagonistas situados e datados no mundo em assumir os princípios que norteiam a sua epistemologia e propor ações comprometidas com a construção de uma cidadania capaz de responder aos anseios da população diante dos desafios que percebe.

O pensamento de Paulo Freire em educação, como ato político em política educacional apresenta-se com princípios, na exigência da disposição dialógica e associação indissociável do ensino e da pesquisa. Aponta a libertação autêntica com a humanização em processo. Há um campo semântico que pode ser compartilhado de maneira singular e ultrapassa a área da educação para outros campos do conhecimento, necessitando-se de esforço diário na coerência entre os princípios e as ações de intervenção. Paulo Freire como um perguntador permanente na busca do “ser mais”, aponta em seu princípio teórico, a autonomia, a historicidade e o inacabamento próprio da experiência vital como imperativo ético nas

relações sociais. Esse movimento implica em (re)significar-se como sujeito protagonista de seu processo de libertação na incompletude.

O argumento pela opção da Educação Popular, como maneira de enfrentamento, ancora-se no diferencial da Educação Popular freireana, seu princípio epistêmico e teórico, delimitado por certa práxis revolucionária, a educação problematizadora, libertadora por essência, em seu fulcro como expressão política. A perspectiva da Educação Popular freireana, como ato de “comprometimento”, avança tendo como consequência a emancipação humana. Para tanto a “educação é uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, P., 2005b²⁴, p. 98). Intervenção que implica em posicionamento ideológico do educador(a) diante do mundo, seja reproduzindo-o ou desvelando as relações existentes entre as pessoas.

Com Freire, P. (2005b) a perspectiva crítica da percepção das situações de violência e injustiça que envolve a realidade concreta de quem sofre a violência, seja ela qual for, envolve a possibilidade do movimento de mudança na sociedade, tendo como premissa o diálogo que desafia a pessoa a pensar-se como sujeito histórico social. Implica em aprendizagem de elementos atitudinais com os quais as pessoas aprendem a olhar o mundo e as relações. As mudanças significativas acontecerão “se protagonizadas pelos reais interessados nesse processo: as classes populares” (CALADO, 2006).

A contribuição da educação apontada por Freire e lembrada por Rosas (2002, p. 336) afirma que a “a educação sozinha não transforma a sociedade; mas, sem ela, a transformação não acontece”, reforçando que a proposta de mudança na estrutura que mantém o poder dos opressores sobre os oprimidos necessita de um esforço coletivo, indo de encontro aos benefícios individuais. A Educação Popular freireana proporciona, a partir do fundamento antropológico e ético a discussão da “ética universal do ser humano” [...] “enquanto marca da natureza humana” e da “sua vocação ontológica para o ser mais” (FREIRE, P., 2005b, p. 18) reconhecendo na educação a sustentação da inconclusão humana no processo de humanização. O sentido da educação se amplia com o desejo e a busca imprimindo o movimento no exercício da realização humana. Nesse processo “Freire reconhece na vocação ontológica do ser humano de ser mais o ponto de partida de sua pedagogia” (CASILLAS, 2005, p. 187). Pedagogia situada na produção de novos conhecimentos, que decorre da curiosidade epistemológica humana.

Para o embasamento teórico em Freire algumas de suas obras são fundamentais na articulação com os temas contemporâneos. Em *Educação e Atualidade Brasileira*, uma

²⁴ Pedagogia da Autonomia teve sua publicação em 1996.

análise conjuntural da história do Brasil, das relações sociais e da educação. Em *Educação como Prática da Liberdade* as categorias fundantes do pensamento de Paulo Freire se encontram expressas na autenticidade participativa e na sectarização. Na *Pedagogia do Oprimido* com o foco na palavra que se insere na cultura e no processo histórico; na *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* a denúncia antidialógica nas tramas vividas à época; na *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* a síntese da sua obra e na *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*, as cartas pedagógicas que compreendem o sujeito enquanto agente do ato educativo pela via da indignação. Em *Educação e Política* a expressão de uma prática pedagógica eminentemente política.

Iniciando com *Educação e Atualidade Brasileira*, primeira obra de síntese de suas ideias educacionais, Paulo Freire convoca a vinculação com a realidade local, uma imersão no contexto para seu atravessamento integrar-se e autenticamente transformá-lo criando cultura e construindo história. Também considerado um diagnóstico da conjuntura política, histórica e social articulando os problemas da época à educação.

Ao fazer referência às “antinomias contidas na atualidade brasileira” considerava como antinomia fundamental, à época vivida, a “inexperiência democrática” que engendrada a outras dimensões no processo histórico-cultural se deparava com um contexto de industrialização do país. Por outro lado, discorria acerca da “emersão do povo na vida pública” por ter o humano a característica ontológica relacional.

Enquanto tensão dialética provoca o movimento para elaboração utilizando como instrumento metodológico a “leitura crítica da realidade”. Antinomia que se atualiza constantemente em função da dinâmica globalizada que continua impactando as economias dos países com as mudanças macroestruturais que em sequência alcança as microestruturas sociais onde se insere a violência sexual contra crianças e adolescentes, mais especificamente, a categoria deste estudo referente ao turismo sexual infantojuvenil.

A atualidade desta obra que se refere ao período de transição democrática se atualiza diante de novas demandas que emergem no presente. As inquietações advindas das mudanças mundiais refletem na dinâmica local exigindo da educação a reinvenção pelo diálogo, “uma educação pela participação, que desenvolve no homem brasileiro a sua criticidade” (FREIRE, P., 2003b, p. 51).

Priorizando como caminho para superação, o diálogo, fundamental na inserção da realidade local que se amplia para a realidade regional e nacional, apontada por Freire como “conhecimento concreto de nossa sociedade”, o que amplia o problema enquanto campo

político. O trabalho do homem com o homem como central nesta obra abriga em sua contribuição uma inovação freireana não no campo das ideias inéditas, mas na maneira de ler a realidade, pensar sobre ela “no universo paradigmático” (FREIRE, P., 2003b, p. XVIII), permitindo uma nova concepção de ideia pedagógica para criar. A originalidade das suas reflexões e mudanças, reafirmadas na transformação social, necessariamente passariam pelo processo de conscientização mediadas pela prática do diálogo, do debate, da participação (BEISEGEL, 2008; ROSAS, 2002).

A construção da solidariedade se amplia no ambiente social e político, no coletivo, sendo a liberdade possível de ser pensada. Ganha força e se concretiza a possibilidade do movimento transformador estando nesse processo de pensar, o perigo a que foi atribuído o sistema e forma de educar de Paulo Freire. A partir do concreto pensado propõe a reflexão que pode resultar na transformação social, ou seja, numa nova ação. O leviatã se agiganta na força do coletivo e essa visão, de certa maneira, incide na construção do processo democrático na leitura do educador. Por conseguinte, a educação contextualizada adentra as questões contemporâneas como do turismo sexual infantojuvenil nos espaços educativos para o enfrentamento das dificuldades inerentes ao processo de submissão diante da nossa “democracia em aprendizagem” (FREIRE, P., 2003b, p. 82), sobretudo quando se refere a crianças e adolescentes num contínuo processo de construção de subjetividades, de cidadania.

Na argumentação de Freire com a insistência da participação no exercício democrático, propõe a vivência da experimentação

Cada vez mais nos convencíamos ontem e nos convencemos hoje, de que o homem brasileiro tem que ganhar a consciência de sua responsabilidade social e política, existindo essa responsabilidade. Vivendo essa responsabilidade. Participando. Atuando. Ganhando cada vez maior ingerência nos destinos da escola de seu filho. Nos destinos de seu sindicato. De sua empresa, através de agremiações, de clubes, de conselhos. Ganhar ingerência na vida de seu bairro. Na vida de sua comunidade rural, pela participação atuante em associações, em clubes, em sociedades beneficentes. Assim, não há dúvida, iria o homem brasileiro aprendendo democracia mais rapidamente. Assim é que conseguiríamos introjetar no homem brasileiro o sentido de nosso desenvolvimento econômico, fazendo-o, desta forma, participante desse processo e não apenas espectador dele (FREIRE, P., 2003b, p. 15).

As reflexões de Freire na crença da prática da democracia com a proximidade dos problemas mantinha como objetivo axial através do agir educativo a formação do “senso de perspectiva histórica” (FREIRE, P., 2003b, p. 20) pelo qual incorporaria à sua sabedoria o sentido da responsabilidade social. Dessa maneira, incorporando a democracia como forma de

vida, a participação, a análise e elaboração do pensamento se tornem hábitos internalizados. Freire aponta para o papel da educação na democratização da sociedade brasileira com a articulação da educação aos temas atuais e suas possibilidades de mudança com a incorporação da “dialogação”. Numa tentativa constante de mudança de atitude a educação assume o lugar de ação social como movimento reflexivo.

Em *Educação com prática da liberdade* aborda a transição da sociedade brasileira expondo suas ideias sobre uma educação libertadora das amarras do poder. Desenvolve o conceito de relações a partir das categorias fundamentais no processo de construção da teoria em educação popular ancoradas na realidade das relações humanas “no mundo” e “com o mundo” enquanto pluralidade, transcendência, criticidade, temporalidade e consequência.

A pluralidade traz à tona as dimensões histórica e cultural nas quais homens e mulheres estão inseridos enquanto protagonistas. Os desafios da realidade postos nessas esferas redimensionam a forma como agir diante dos mesmos estabelecendo assim “uma pluralidade na própria singularidade” (FREIRE, P., 2003a, p. 48).

Na transcendência, o diálogo expressa a intermediação nas relações humanas que se estabelecem com o mundo e com os outros na compreensão da condição de ser inacabado, com consciência da sua finitude. Emerge com atitude comprometida com o social, como sujeitos revolucionários envoltos num movimento de recriação, transcendendo de forma legítima ações reconhecidas socialmente.

A criticidade expressa a posição contrária à acomodação e ajustamento dos homens e mulheres a uma visão unilateral e a uma cultura não participativa. Nesse sentido, há uma apropriação por homens e mulheres de sua posição no contexto, de sua posição diante do mundo, de sua implicação subjetiva, ou inserção, na sua integração, na representação objetiva da realidade supondo uma ação reflexiva.

A temporalidade pressupõe uma dimensionalidade temporal em que o homem existe no seu inacabamento, num período histórico e cultural sendo um dos primeiros discernimentos, o da dimensionalidade do tempo, com presente, passado e futuro. Diferentemente dos animais que se ajustam ao natural num tempo presente, numa dimensão biológica, unidimensional e a-histórico.

Na consequência admite-se a existência do homem, sendo o mesmo “eminente interferidor”, ou seja, em diálogo, homens e mulheres são sujeitos conscientes de seus atos, não agem contra a humanização, pois estariam indo no sentido oposto de sua própria existência, tornando-se coisas. Assim, agindo através da práxis libertadora impregnam seus atos de um sentido consequente.

A partir dessas cinco categorias argumentadas na pluralidade, transcendência, criticidade, temporalidade e consequência tem-se a noção do entrelaçamento das relações humanas entre sujeitos em libertação, sendo permeadas no contexto da educação popular enquanto subjetividade humana.

Toma como ponto de partida a transição vivida pela sociedade brasileira, de um lado como sociedade fechada para uma sociedade aberta na contradição expressa no antidiálogo. A transitividade se refere à travessia de uma consciência ingênua para uma consciência crítica. Para Paulo Freire essa travessia só era possível através de um trabalho educativo crítico com o propósito de processo em humanização com a dinamicidade da compreensão do existir humano. Tarefa esta que se revestia de profundidades interpretativas nos problemas locais, com a disposição para o diálogo com revisões e argumentações despidas de preconceitos e de determinismos.

A sociedade fechada e a inexperiência democrática expressa no individualismo extremo, sem a vivência comunitária foram entraves que impediram a compreensão da concepção de Estado como concebia Maquiavel. Para Paulo Freire “não havia povo” (FREIRE, P., 2003a, p. 79).

A ausência da participação, calcada na história de uma colonização exploratória, escravagista, condenada à submissão expressa a face da acomodação, do ajustamento. Com a colonização nosso país nasceu sem a experiência da participação, com uma “vasta inexperiência caracterizada por uma mentalidade feudal, alimentando-nos de uma estrutura econômica e social inteiramente colonial” (FREIRE, P., 2003a, p. 87). O desafio era sair da condição de coisificação para a humanização. Do domínio de um lado e do mutismo do outro, característica de “alienação cultural” sem considerar o contexto.

Por conseguinte, a educação ancorada nesse contexto favorecia a desvinculação da realidade, da vida, dificultando a investigação, a pesquisa que exige o diálogo e criticidade para fundamentar-se numa práxis democrática. A educação concebida por Freire deveria ser “um ato de amor”, “um ato de coragem”, sem temer o debate, enfrentando a discussão criadora, num esforço de recriação, de reinvenção para a transformação da realidade.

A contribuição de Paulo Freire com esta obra transcende o tempo, atualiza a transição atual. As demandas do hoje, os desafios postos numa conjuntura que acompanha a dinâmica global e incide na dinâmica local, de certa maneira, convocam os educadores a tomarem conhecimento da realidade de crianças e adolescentes que são submetidos às leis do mercado de consumo pela via da exploração sexual como objetos de consumo que sucumbem alienados ao desejo do outro, que utilizam o turismo como acessibilidade ao objeto de prazer.

Na *Pedagogia do Oprimido* Paulo Freire analisa a opressão como obstáculo ao ser mais. Discorre sobre a contradição opressor-oprimido, sua superação, a situação concreta de oprimido. Discute as concepções de educação bancária e educação problematizadora, o homem como ser inconcluso e o movimento de busca para o SER MAIS. Na sua construção dialética trabalha as teorias de ação cultural antagônicas. De um lado com a dialogicidade, o diálogo, as relações homem-mundo, temas geradores, momentos investigativos e por outro a teoria da ação antidialógica e da ação dialógica.

É neste mesmo livro considerado o clássico de Paulo Freire que trata de questões atuais como o lugar que o oprimido ocupa nas relações sociais e sinaliza que “os oprimidos, como objetos, como quase ‘coisas’, não têm finalidades” (FREIRE, P., 2005a, p. 53). A coisificação do ser humano remete à alienação, ao desejo do outro. Faz menção à contradição opressor-oprimido como perda da humanidade em ambos, tanto o opressor como o oprimido, num processo de desumanização.

As características do oprimido consideradas por Freire na expressão de atitudes fatalistas com a crença no poder imutável do destino, na autodesvalia convencendo-se da sua incapacidade, na crença da invulnerabilidade do opressor alimentando o medo, na convivência assumida na passividade e na dependência emocional estando sob o opressor.

Ao abordar o contexto da opressão Paulo Freire aponta para a dimensão da violência como a proibição de ser, pelo imperativo da “cultura do silêncio”. Refere-se à realidade dos oprimidos no Brasil e na América Latina como “mortos em vida”, são “sombras” de gente, homens, mulheres, meninos, desesperançados e submetidos a uma permanente “guerra invisível” (FREIRE, P., 2005a, p. 197). Freire pontua em nota de rodapé a observação de Gerassi (1965) que ainda nos anos de 1950 se refere ao drama dos camponeses que para escapar da morte vendem membros da família para serem escravizados. Fenômeno que hoje se denomina tráfico humano, qualificado como uma nova forma de escravidão e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A maioria deles, referindo-se aos camponeses, se vende ou vendem membros de sua família, para trabalharem como escravos a fim de escapar à morte. Um jornal de Belo Horizonte descobriu nada menos de 50 mil vítimas (vendidas a Cr\$ 1.500,00) e o repórter, continua Gerassi, para comprová-lo, comprou um homem e sua mulher por 30 dólares. ‘Vi muita gente morrer de fome’, explicou o escravo ‘e por isto não me importo de ser vendido’. Quando um traficante de homens foi preso em São Paulo, em 1959, confessou seus contatos com fazendeiros de São Paulo, donos de cafezais e construtores de edifícios, interessados em sua mercadoria – exceto, porém, as adolescentes, que eram vendidas a bordéis (GERASSI, 1965, p. 120).

A atualidade de Freire nessa perspectiva redimensiona a invasão cultural, a dominação, a manipulação para a manutenção da opressão, muda sua roupagem e se mantém na atualidade. No contexto da época a referência eram as doenças e a miséria. Pode-se atualizar o oprimido dos dias atuais pela violência e miséria em relação ao genocídio de adolescentes e jovens que o Brasil vivencia e a escravidão velada nas mais diversas formas de submissão, injustiças e desigualdades sociais atualizadas pela dependência econômica e psicoafetiva, expressas por exemplo, no caminho da drogadição e da exploração sexual. A *Pedagogia do Oprimido* nos convida a pensar a relação da educação enquanto uma ética pedagógica libertadora implicada na emancipação. Uma ética que se refaz na indignação diante das injustiças e da opressão. Portanto, uma ética que se faz presente nas práticas educativas.

Mas o que é a Pedagogia do Oprimido? Freire nos aponta um processo interativo, em que sua constituição é construída “com” e não “para”. É uma “Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (FREIRE, P., 2005a, p. 34). Há dois momentos distintos colocados por Freire na sua obra clássica, *Pedagogia do Oprimido*:

O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, P., 2005a, p. 46).

Este movimento dialético, de um lado a comunicação verdadeira, de outro o silêncio imposto, mediado pelo diálogo, rompendo com o medo de dizer a sua palavra e se fazer humano, é incessante. Por isso, ao descobrir a possibilidade de ser protagonista e fazer história, o processo de libertação se inicia.

Enfatiza no diálogo a condição de essência da educação, sendo a dialogicidade o exercício para a prática da liberdade expressa na palavra. Condição *sine qua non* do processo ensino-aprendizagem. Para Freire, P. (2005a, p. 91) “o diálogo é uma exigência existencial [...] porque é encontro de homens que pronunciam o mundo [...] é um ato de criação”. O diálogo “é mediação para a ‘revolução cultural’, “condição fundamental para sua real humanização” (FREIRE, P., 2005a, p. 156), sendo ponto de encontro nesse ato de criação, pronunciando o mundo, a ação e a reflexão que tomam corpo para superação do inédito viável.

Neste sentido, a práxis da educação libertadora, calcada na passagem da palavra mundo para a palavra escrita, passa pela palavra viva “dizer a sua palavra criadora de cultura” em que “os homens se sintam sujeitos de seu pensar discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros” (FREIRE, P., 2005a, p. 139) fazendo com que a capacidade de reflexão sobre o seu fazer seja realizada.

Por conseguinte, pensando a realidade de crianças e adolescentes em vulnerabilidade da exploração sexual, pensar sobre sua condição, negada pela imposição da opressão, fragilizada pelo imperativo do silêncio, impede sua condição de ser, na contradição do antidiálogo, desqualificando sua identidade.

A crítica ao modelo bancário de educação, que mantém a contradição educador-educando em que o educador é o que sabe, pensa, é a autoridade e o educando não sabe, é pensado segue as regras, obedece ao caráter histórico da existência. Sendo depósito das informações não há sujeito no educando, restando-lhe o lugar de objeto e o de sujeito ao educador. O caráter histórico da existência humana sendo negado no processo ensino-aprendizagem distancia a participação e diálogo inerentes à construção do conhecimento.

Outras formas de opressão e exclusão vão surgindo e enquanto houver oprimidos a Pedagogia do Oprimido se redimensiona e se reinventa a partir de pressupostos epistemológicos que se ressignificam para a sua validação, expressa na intensidade ética com que se posiciona diante do mundo.

Em *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* Freire reafirma a necessidade ontológica da esperança que “precisa da prática para tornar-se concretude histórica” (FREIRE, P., 1992, pág. 11), de certa maneira romper com “o medo da liberdade”.

Entre as tramas e temas da discriminação social: etnia, ética, diversidade, gênero de um lado anuncia que “a esperança é necessidade ontológica” (FREIRE, P., 1992, p. 10), de outro denuncia a opressão e o drama da luta pela libertação. Entre o silêncio do oprimido e a palavra que se rebela na inquietação do movimento, anuncia o vir a ser, recuperando da história vivida as provocações dos temas problematizados na *Pedagogia do Oprimido*.

Com a pedagogia do diálogo, Freire, P. (1992) oferece uma contribuição eminentemente política ao que considera não só um encontro que se realiza na práxis, mas um diálogo estabelecido nas relações sociais. Preocupado com as práticas educativas e o diálogo estabelecido entre a escola e as famílias no estado de Pernambuco, ainda nos anos de 1950, realizou uma pesquisa que teve a violência como tema central e sua repercussão no contexto

da escola. Desenvolvida sobre a convivência familiar dos alunos apontava para “a questão dos castigos, dos prêmios, as modalidades mais usadas de castigo, os seus motivos mais frequentes, a reação das crianças aos castigos, sua mudança ou não de comportamento no sentido desejado por quem castigava etc.” (FREIRE, P., 1992, p. 21). Assustou-se com “a ênfase nos castigos físicos realmente violentos, na área urbana do Recife, na Zona da Mata, no Agreste e Sertão, contrastando com a ausência quase total, não apenas dos mesmos, mas de castigos, em áreas pesqueiras” (FREIRE, P., 1992, p. 21). Entre a tirania da autoridade e a liberdade observada entre os pescadores parecia “um gosto de liberdade que se opunha ao uso sobretudo dos castigos violentos” (FREIRE, P., 1992, p. 21) dividindo com a força da natureza o respeito ao permitido e o proibido. A contradição vivida pelos pescadores entre a liberdade imaginária no convívio com os mistérios do mar e a exploração a que eram submetidos na instrumentalização e intermediação do produto de seu trabalho espelhava a in experiência democrática do contexto cultural.

Desenvolveu uma reflexão sobre as consequências políticas das relações estabelecidas nas relações familiares que se estendem nas relações e vivências escolares, reproduzindo uma ideologia autoritária, num contexto democrático frágil, subjugado ao contexto da sociedade global. De um lado, a liberdade e de outro a autoridade convocando o papel da educação no devir da subjetividade do processo histórico. A educação não só de conteúdos, mas articulada com os fatos sociais, políticos, ideológicos, econômicos que circundam o momento histórico, na percepção dialética de produção na tessitura do viver.

Com a *Pedagogia da Esperança*, atualiza os desafios contemporâneos provocando a reinvenção como modo de encontrar maneiras mais criativas para enfrentar as situações diversas com as quais o educador se depara cotidianamente, seja no espaço escolar ou fora dele,

Uma das tarefas da educação progressista, ontem como hoje, é procurar, por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza. Esta é uma esperança que nos move (FREIRE, P., 1992, 126).

Com esta citação nos desafia a pensar com o inédito viável²⁵, categoria da Pedagogia do Oprimido, considerada uma das mais importantes na provocação de reflexões, na

²⁵ “Algo que o sonho utópico sabe que existe mas que só será conseguido pela práxis libertadora que pode passar pela teoria da ação dialógica de Freire, ou, evidentemente, porque não necessariamente só pela dele, por outra que pretenda os mesmos fins. O ‘inédito viável’ é na realidade uma coisa inédita, ainda não

superação das situações-limites, saindo da inexorabilidade para o movimento de alcançá-la e superá-la. A situação de dominação pode ser rompida pensando o contexto dentro da realidade do educando considerando sua historicidade, com prática educativa que pense o coletivo, a singularidade na pluralidade, a unidade na diversidade, o multiculturalismo.

A problematização da realidade nas práticas escolares, sociais, políticas, comunitárias com crianças e adolescentes associando a ludicidade e a sua leitura de mundo de um lado, e de outro, a vivência da subserviência e impossibilidade de diálogo diante da figura do opressor faz vacilar as certezas internalizadas como palavras de ordem. A dúvida e o questionamento que levam ao desvelamento da realidade proporciona a abertura do caminho da superação, mas por si só não opera a mudança da realidade, “enquanto prática desveladora, gnosiológica, a educação sozinha, porém, não faz a transformação do mundo, mas esta a implica (FREIRE, P., 1992, p. 32).

A tentativa de responder às demandas sociais atuais trava uma luta diária com o compromisso de emancipação dos oprimidos nas mais diversas formas, como caminho para uma educação para a libertação de crianças e adolescentes explorados sexualmente.

Com a *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, os elementos do ensino como expressão indissociável da aprendizagem, tomam a “ética universal do ser humano” [...] “enquanto marca da natureza humana” e na “sua vocação ontológica para o ser mais” (FREIRE, P., 2005b, p. 18), baseado numa ética que para Freire foi sendo gestada socialmente na História e inseparável da prática educativa. Enquanto História, na sua concepção de mundo, afasta o determinismo enquanto imperativo e coloca a possibilidade como movimento diante do inexorável. A esse reconhecimento do humano enquanto algo “original e singular” convoca a responsabilidade no modo como cada pessoa se move no mundo assumindo a liberdade de ser.

Remete a questões relevantes na prática educativa sem fugir ao rigor e seriedade, mas abordada de maneira sensível, com simplicidade no compromisso por uma ética da responsabilidade, o que compõe a “belezura” desta obra, a última publicada em vida. Considerada a obra síntese de sua vasta produção, a *Pedagogia da Autonomia*, um dos mais lidos de seus livros na atualidade, para muitos educadores. Na Espanha, considerado livro

claramente conhecida e vivida, mas sonhada e quando se torna um ‘percebido destacado’ pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade. Assim, quando os seres conscientes querem, refletem e agem para derrubar as ‘situações limites’ que os e as deixaram a si e a quase todos e todas limitados a *ser-menos*; ‘o inédito viável’ não é mais ele mesmo, mas a concretização dele no que ele tinha antes de inviável” (FREIRE, P., 1992, p. 206-207).

receita do professor, é também um dos mais pesquisados. Com uma linguagem poética, mas densa, política e também inquieta na convocação do educando a *ser mais*.

Na reflexão sobre a formação docente engendrada pela prática educativa crítica em favor da autonomia do ser do educando, tanto o educador como o educando são sujeitos nesse processo concebido por Freire, P. (2005a) como saberes indispensáveis. Entre eles destacam-se dois pontos importantes que se articulam com a práxis do educador na diversidade: “Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”, à sua leitura de mundo; e “Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”, acolhendo as demandas do educando e problematizando-as. Um que se refere aos saberes construídos socialmente nas vivências pessoais e coletivas construídas na comunidade, outro que se depara com o inesperado exigindo um ato de reinvenção assumindo os riscos de seus efeitos, por ser ancorado em princípios éticos de responsabilização pelas mudanças e com a dialogicidade ser possível a reflexão a partir da ação concreta e apontar para o concreto pensado.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? (FREIRE, P., 2005b, p. 30).

Será que a escola pode permanecer alheia à realidade de seus alunos e se manter imune a ela? Como fazer o enfrentamento à violência sexual infantojuvenil sem trazê-la para discussão no espaço educativo? Trazendo para o debate como tema dobradiça²⁶? Para Freire as relações entre os conteúdos e a visão de mundo estabelecidas pela comunicação facilitam a compreensão, esclarecendo sobre “o papel dos homens no mundo e com o mundo, como seres de transformação e não de adaptação” (FREIRE, P., 2005a, p. 135). Vacilar as certezas dos oprimidos que se encontram em situação de acomodação possibilita o movimento para a reflexão sobre esta condição para o caminho da libertação.

Sobre o ato de ensinar Paulo Freire concebe que ensinar não é transferir conhecimento, mas na perspectiva progressista estar aberto a indagações na inquietude da construção do saber constantemente provocado pela curiosidade epistemológica. Diante da consciência do

²⁶ Termo utilizado por Freire em *Pedagogia do Oprimido* aos temas não sugeridos no conteúdo programático da ação educativa. A participação dos educadores-educandos constitui-se inerente à ação educativa dialógica.

inacabamento, próprio da experiência humana, que implica no movimento de feitura da história como tempo de possibilidade, recusa-se o determinismo e convoca-se o protagonismo explicitando o seu pensar. De certa maneira, a curiosidade, como movimento incessante, chama a imaginação, capacidade de conjecturar, a comparação, a intuição. Sendo esta satisfeita, a inquietação continua, constituindo-se a curiosidade como indispensável à prática educativo-crítica, que sustenta o diálogo nas indagações, no desafio da inserção da intimidade do movimento do pensar.

Ele considera a prática do ensinar como uma especificidade humana, em que a educação não é neutra, mas dialética e contraditória. Para Freire, P. (2005a) a educação se apresenta como uma forma de intervir no mundo; de um lado reproduz a ideologia dominante com uma prática imobilizadora e uma compreensão mecanicista da história e, por outro, retira a sua máscara, recusa o fatalismo e rompe com o imperativo verticalista da submissão.

Por conseguinte, a boniteza do diálogo, via de aproximação para quem está à margem desse processo, como crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, configura-se como maneira de pensar a sua existência, tornando viável a abertura para o mundo. De certa maneira, duvidar desse lugar de opressão, inquieta, faz-se movimento na curiosidade epistemológica, se faz história. Nesse contexto, a necessidade ética torna-se imprescindível à convocação responsável por cada ato humano.

A Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos, lançada após a morte de Paulo Freire, provoca pensar o sentido da educação no refazer do ato educacional. Enquanto pensador da educação no processo dialético, comunga articular o conhecimento no contexto, proporcionando a aprendizagem numa experiência social libertadora.

Sobre isto, afirma que “a leitura crítica do mundo é um quefazer pedagógico-político indicotomizável do quefazer político-pedagógico, isto é, da ação política que envolve a organização dos grupos e das classes populares para intervir na reinvenção da sociedade” (FREIRE, P., 2000, p. 42). Convoca a esperança: “uma das primordiais tarefas da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta” (FREIRE, P., 2000, p. 43), que o poder se inscreva na ética da liberdade para que não se aceite a dominação como inexorável.

A violência, grassando a nossa realidade social e visibilizada por diversos segmentos, adentra cada vez mais o contexto da educação em todos os seus espaços, exigindo quefazer inadiável diante do seu caráter imperioso. Assim, Freire aponta para “a questão da violência não só física, direta, mas sub-reptícia, simbólica, violência e fome, violência e interesses econômicos das grandes potências, violência e religião, violência e política, violência e

racismo, violência e sexismo, violência e classes sociais” (FREIRE, P., 2000, p. 131), como ameaça à liberdade.

Por um lado coloca a indignação diante das injustiças, por outro, a amorosidade que leva as ações éticas no sonho humanista de mudança, reafirmando a posição crítica.

A posição crítica é a em que, tomando distância epistemológica da concretude em que estou, com o que a conheço melhor, descubro que a única forma de dela sair está na concretização do sonho, que vira, então nova concretude. Por isso, aceitar o sonho do mundo melhor e a ele aderir é aceitar entrar no processo de criá-lo. Processo de luta profundamente ancorado na ética. De luta contra qualquer tipo de violência. De violência contra a vida das árvores, dos rios, dos peixes, das montanhas, das cidades, das marcas físicas de memórias culturais e históricas. De violência contra os fracos, os indefesos, contra as minorias ofendidas. De violência contra os discriminados não importa a razão da discriminação. De luta contra a impunidade que estimula no momento entre nós o crime, o abuso, o desrespeito aos mais fracos, o desrespeito ostensivo à vida (FREIRE, P., 2000, p. 133).

Como continuidade e implicitamente no pensamento de Freire, a indignação diante da violência sexual contra crianças e adolescentes supera historicamente a sacralidade à infância que contraditoriamente conclama proteção, cuidado e responsabilidade.

Em *Política e Educação* expressa o pensador da educação, enquanto provocador da reflexão político-pedagógica, sobre a importância da educação, fator primordial na reinvenção do ser, do mundo, no que se refere à construção crítica e política.

Prioriza nesta obra um dos pontos importantes na mediação com a comunidade no que diz respeito à articulação educação e participação comunitária. Freire, P. (2003c) pensa a educação que ultrapassa a sala de aula e dialoga com o contexto da opressão social e a dificuldade de vivenciar a democracia. Neste sentido, a realidade do aluno é considerada importante para a mediação com o conhecimento, sendo possível, reconhecer o meio em que está inserido. Sua leitura de mundo, com as palavras do cotidiano, as ideias nas quais acredita são ponto de partida para o entendimento e início das transformações no seu próprio meio vivencial.

A ideia política construída na interação professor–aluno, ponte entre o educador e o saber configura-se na educação enquanto instrumento de liberdade e autonomia. Neste contexto, a crença na concepção de que a educação e a pedagogia conduz em si uma politicidade que se implica na prática educativa. De certa maneira, a prática educativa como dimensão necessária da prática social é considerada por Freire, P. (2003c) fenômeno típico da existência humana dada a sua historicidade e a capacidade de aprendizagem.

A reflexão sobre a prática educativa realizada faz-se ato político, enquanto escolhas, decisões e lutas. Mesmo nas suas especificidades o político e o educativo não se separam mostrando a necessidade de formação política do educador.

Reconhece que a prática educativa progressista libertadora convoca a responsabilidade na relação educador-educando, a uma eticidade para a humanização e admite que “a ética ou a qualidade ética da prática educativa libertadora vem das entranhas mesmas do fenômeno humano, da *natureza* humana constituindo-se na História, como *vocação* para o ser mais” (FREIRE, P., 2003c, p. 91). Demanda liberdade e autonomia envolvendo a participação no domínio político, lugar onde as ideologias são gestadas

como processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica, a educação é prática indispensável aos seres humanos e deles específica na História como movimento, como luta. A História como possibilidade não prescinde da controvérsia, dos conflitos que em si mesmos, já engendrariam a necessidade da educação (FREIRE, P., 2003c, p. 14).

Nesta reflexão que indica caminhos de libertação na construção de subjetividades, aponta por um lado crianças e adolescentes com a oportunidade de vivenciá-las no período de aprendizado, por outro a formação de educadores comprometidos com a prática educativa libertadora, sendo para ambos, a educação, uma das vias de transformação pela capacidade crítica de *ser mais*.

Os escritos de Paulo Freire são perpassados pela inquietação ética, pela atitude praxística e princípios políticos em busca da humanização. Aponta para uma perspectiva teórico-metodológica que expressa esse movimento nas bases dialéticas, na afinidade com autores revolucionários e libertários. Sua referência histórica de leitura da realidade vai além do espaço da educação, transcendendo-a, no caminho da transformação. As implicações com as causas reais se imbricam com a anunciação dos problemas e sua denúncia, ou seja, numa maneira de pronunciá-los. A fala e a escrita se fazem instrumentos de reflexão e de esperança no devir.

2.1 Bases filosóficas da Educação Popular com Paulo Freire

As bases filosóficas em que Freire construiu sua concepção de mundo e de sociedade são diversas. Mas “Freire se definiu na perspectiva da fenomenologia e da dialética” (ANDREOLA, 2008, p. 184). Sua dialética nem se afirma na idealista hegeliana nem na

materialista marxista, tem influência das duas, mas se reafirma na realidade concreta da existência pessoal. Na sua composição teórico-metodológica engendram-se a leitura de mundo e a leitura da realidade.

Para Calado (2002) Freire adota na sua leitura de mundo e de realidade uma perspectiva da orientação hegeliano-marxista, propondo o saber como processo de transformação. Não podendo ser reduzida nem a uma nem a outra, sofre influência de ambas. Para isso, compreende-se sua proposta historicamente contextualizada, com domínio na dimensão ética e política inserida na práxis. A dialética entre a denúncia e o anúncio traduz-se no caráter esperançoso, mas numa ação de luta para concretização da realidade.

Da dialética hegeliana, a dialética do Senhor e do Escravo, em *Pedagogia do Oprimido*, toma um novo sentido, quando Freire faz uma analogia à concepção de educação “bancária” como o ato de depositar e transferir valores e conhecimentos aos educandos, colocando-os numa dimensão que denomina de “cultura do silêncio”, deixando de ser construção de saber, ou “experiência feita” para ser experiência transmitida. Aponta para a posição do educador com sua antinomia necessária, que reconhece a razão de seu existir na ignorância dos educandos que “alienados por sua vez, à maneira do escravo na dialética hegeliana, [...] mas, não chegam, nem sequer ao modo do escravo naquela dialética, a descobrir-se educadores do educador” (FREIRE, P., 2005a, p. 67).

A posição contraditória e ao mesmo tempo dialética expressa na dualidade opressor-oprimido, opostos das relações sociais, na desumanização provoca a partir da reflexão a luta pela libertação. A perspectiva dialética em Freire com a abertura para o mundo se presentifica no diálogo, daí seu caráter inovador (ZITKOSKI, 2008) no processo de libertação da humanidade e não pretendendo o seu controle. Acrescenta ao diálogo a compreensão de história e a subjetividade humana, uma dialética-dialógica, não há uma maior que a outra, que na autenticidade do diálogo revela algo novo na história.

Os fundamentos filosóficos de caráter existencial no pensamento de Freire ultrapassam a concepção de vida que vai mais além, é mais que estar no mundo, é estar nele e com ele. Na perspectiva das relações para que a existência tenha sentido em relações com outros que existem. Na *Pedagogia do Oprimido* o caráter existencial se faz presente nas propostas das palavras geradoras, com a realidade concreta vivida.

Calado (2002) aponta um entrelaçamento dialético, abordado dentro de uma pluralidade semântica, quando se refere às relações entre homem, mundo e sociedade, pensadas por Freire, historicamente tecidas, por si mesmo contraditórias, por isso mesmo

sendo necessário rompimentos por vezes ideológicos no processo de descoberta de seu caráter mutável.

Enquanto concepção antropológica o homem é um ser que pergunta, na curiosidade epistemológica, na busca incessante para a produção do conhecimento. Sobre isto o diálogo com outros autores são produções presentes ao longo da sua trajetória.

Para dialogar com outros autores que comungam com a concepção freireana na história da Educação Popular na América Latina, que não é algo novo, alguns autores acompanham essa história nas lutas de resistência. Nessa construção dialoga-se com Mészáros (2008) a partir das questões da educação emancipatória, Martí (2011) com o pensamento anticolonial, Dussel (1980, 2000) com a reflexão filosófica e ética da libertação e Torres (2001) com o questionamento acerca da democracia.

Mészáros (2008) com a reflexão filosófica da educação para a vida convoca no âmbito educacional a pensar a emancipação humana, sendo o seu papel assegurar a transformação. A sua compreensão da educação “como forma de superar os obstáculos da realidade” (MÉSZÁROS, 2008, p. 11) não centra no acesso à escola considerando que dentro dela se reproduz uma concepção de mundo mercantilista.

A educação emancipadora torna-se possível por considerar a superação e transformação das condições objetivas impostas pelo controle do capital sobre a humanidade. A partir desse entendimento aponta duas questões, a primeira, que as reformas em educação não passam de estratégias para manutenção do *status quo*, a segunda, numa sociedade capitalista a educação não pode ser pensada como solução para todos os problemas. Sendo assim, a educação estaria estrategicamente ligada a possibilidades de mudança apontando para a emancipação, que não sejam diretamente ligadas à exploração.

Para Mészáros “o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à legitimação constitucional democrática do Estado capitalista que defende seus próprios interesses” (MÉSZÁROS, 2008, p. 61). Para este autor a história se torna aberta a possibilidades na educação para a conscientização e o testemunho de vida. Defende a educação continuada, com práticas educacionais que promovam mudanças para que seja respeitado o tempo de lazer de cada um. Ao pensar a educação libertadora como função transformadora aponta a palavra como instrumento político de quem pensa e age, como um agente político que parte da realidade. Afirma que a aprendizagem como nossa própria vida independe da idade que se tenha, por ser desenvolvimento contínuo da consciência. E que “a única força capaz de contribuir

positivamente para o novo processo de transformação é a própria educação” (MÉSZÁROS, 2008, p. 102) em que seu papel de órgão social passa a ser real.

Recorre à 3ª tese de Marx sobre Feuerbach: “A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora” (MARX; ENGELS, 1977, p. 118-9) para apontar a educação em sua complexidade. A educação como meio de uma mudança estrutural que ultrapasse e que vá além do *status quo*. Diante da urgência de nosso tempo histórico, a intervenção da educação como forma de contrapor-se à dominação do capital torna-se imperativa na concepção desse pensador, para a própria sobrevivência da humanidade. Faz referência a Martí no seu princípio de busca da cultura inseparável da libertação, como modo de transformar o que aprisiona em emancipação e realização.

Martí (2001) associa a educação na sua concepção pedagógica à liberdade, ocupando fulcro central na luta pela independência. Valoriza a relação teoria-prática como herança para os movimentos sociais contemporâneos nas ações políticas. Na sua construção teórica aponta a necessidade da vivência para se “ler o mundo” e sua importância na educação da América Latina. Defendia a integração latino-americana, respeitando a sua riqueza plural do ponto de vista etnocultural e sua mestiçagem, considerada como característica original da América Latina. Na sua leitura essa originalidade do hibridismo cultural representa a força e a potencialidade de um povo que precisa preservar sua memória, sua unidade continental.

Deixa entrever seu pensamento anticolonialista na valorização da Educação Popular como educação para o povo, assumindo povo como todas as classes da nação com a partilha de saberes.

As suas bases político-pedagógicas da Educação Popular são identificadas na educação como ato político e como autoformação da sociedade, na partilha de saberes, na ternura. Entende que

Educação popular não quer dizer exclusivamente educação da classe pobre; mas que todas as classes da nação que é o mesmo que o povo, sejam bem educadas. Assim como não há nenhuma razão para que se eduque o rico e não o pobre, que razão há para que se eduque o pobre e não o rico? Todos são iguais (MARTÍ, 2001, p. 375).

A densidade de seu pensamento de uma pedagogia radical foi considerada para a composição deste diálogo com a concepção freireana, no reconhecimento de que a mudança na perspectiva da libertação, da amorosidade, da radicalidade e de princípios norteadores do humano se aproxima. Assume o processo de recriação a partir das contingências históricas.

Neste sentido afirma que se imita demasiadamente e que “a salvação está em criar. Criar é a palavra de senha desta geração” (MARTÍ, 2011, p. 28) reafirmando a crença na potencialidade dos povos da América. O radicalismo de seu pensamento crítico, revolucionário transparece na plenitude de seu pensamento

aquel en que el anticolonialista de siempre es también el primer antimperialista cabal de nuestra América, y uno de los primeros del mundo todo, al mismo tiempo que ha echado su suerte ‘com los pobres de la tierra’ y anuncia las revoluciones de liberación nacional y justicia social que conocerá el siglo XX (MARTÍ, 1992, p. 14).

Para tanto, convoca a tessitura de uma pedagogia que se faz no movimento, abrindo caminhos imprescindíveis na busca de alternativas para a formação crítica, para a cidadania. Em sua criação literária, o didático não se separa do artístico, ressaltando o sentido estético e estilístico na delicadeza, para expressão do pensamento.

Para Martí os desafios globais da “Nossa América” necessitam ser enfrentados a partir das suas entranhas, com o conhecimento da sua história, dos seus ancestrais, da cultura dos incas até a atualidade. Com a familiaridade dos elementos que são peculiares aos povos, da sua realidade, tornam-se viáveis resoluções que nascem do próprio país. A sua concepção pedagógica se aproxima da ação política quando propõe um mergulho na realidade para pensar caminhos estratégicos para seus próprios problemas. Nesse sentido, a “Nossa América” de “todos os seus perigos vai se salvando. Sobre algumas repúblicas, o polvo está dormindo. Outras, pela lei do equilíbrio, vão pelo mar, recuperando, com pressa louca e sublime, os séculos perdidos” (MARTÍ, 2011, p. 30). Aponta a autoctonia como o caminho fundamental para a América.

Expressa a valorização das tradições e a história do continente americano, na inquietação da vigilância sobre o opressor: “O que resta de aldeia na América tem que acordar. Estes tempos não são para deitar com o lenço na cabeça, mas com as armas como travesseiro, [...] as armas do juízo, que vencem as outras. Trincheiras de ideias valem mais do que trincheiras de pedra” (MARTÍ, 2011, p. 12). Por isso, Martí concebe dois princípios como primordiais, o primeiro na obrigatoriedade do ensino, o segundo na liberdade do ensino, considerados complementares para a emancipação do povo.

Seu vanguardismo apresenta uma contribuição à educação infantil com a obra *A idade de ouro*, escrita para as crianças e adolescentes da América, em que coloca o valor do saber maior que a força. Sobre isto pontua: “Así queremos que los niños de América sean: hombres que digan lo que piensan, y lo digan bien: hombres elocuentes y sinceros” (MARTÍ, 1992, p.

31). O desenvolvimento da autonomia expressa na educação martiniana aponta caminhos para uma educação libertadora. Estimula a problematização em detrimento da subserviência, trazendo a importância de um ensino contextualizado e adequado ao período histórico-social do aluno.

Deixa transparecer o lado sensível, as questões da humanidade, com o afeto que aliado ao conhecimento científico pode amenizar os obstáculos a serem vencidos na vida. Por isso, “eis aqui [...] o que têm de levar os mestres pelos campos. Não somente explicações agrícolas e instrumentos mecânicos; mas a ternura, que faz tanta falta e tanto bem aos homens” (MARTÍ, 2001, p. 289).

Para Martí (2001, p. 281) “educar é fazer de cada homem o resumo do mundo vivente, até o dia em que viver: é pô-lo em nível de seu tempo para que flutue sobre ele e não deixá-lo debaixo de seu tempo, com o que não poderá sair a flutuar; é preparar o homem para a vida”. Priorizando a contextualização, valorizando as tradições e experiências pedagógicas adequadas ao período histórico social do aluno, a educação martiniana propõe o desenvolvimento da autonomia com elementos de formação crítica e o pensar livre, para a emancipação econômica e política.

Para outro pensador, Dussel (1980) na sua filosofia da Libertação, de crítica permanente ao conceito ontológico de domínio, com o caráter de opressão, fixa sua atenção no mundo da espacialidade e temporalidade para construção de sua arqueologia. Denominada filosofia popular, dos oprimidos, dos condenados da terra, contextualiza o processo de dominação vivenciada na América Latina pela colonização dos povos. Para entender suas raízes, problematiza o conceito filosófico de ontologia como excludente e opressor, passando pelo resgate cultural da identidade latino-americana. Remete as relações constituídas no colonialismo, por um lado com o complexo de inferioridade dos povos colonizados, por outro o da cultura metropolitana explicitada por Fanon (1979) nos *Condenados da Terra*. Aponta que desde sempre existiu uma filosofia latino-americana, porém nunca foi reconhecida. E aposta na descolonização das epistemologias do sul, na descolonização do pensamento, na descolonização do conhecimento.

Neste contexto só é possível pensar numa filosofia da libertação quando o homem latino-americano sentir-se centro desse processo, numa práxis da libertação. A concepção de libertação dusseliana considera inseparável a libertação filosófica e a libertação política contemplando as dimensões de vida pessoal e social. Na luta contra o processo mortífero que o sistema impõe, a disputa pela vida e a práxis da libertação, “a novidade” irrompe na história. Primeiro surge na história, depois enquanto teoria filosófica “como “instrumento” estratégico

da própria libertação (DUSSEL, 1980, p. 249). Os instrumentos teórico-práticos nessa perspectiva impulsionam a uma libertação de outra ordem denominada de libertação integral. A filosofia da libertação como “arma” dos oprimidos, que lutam contra o sistema, inicia pela práxis da libertação, na luta dialética vida-morte, dominação-libertação para munir-se na luta ideológica contra o discurso dominante.

A libertação como ato do oprimido, afirmação da história “o processo político de libertação se atua em última instância na libertação social nacional periférica das classes camponesas e operárias” (DUSSEL, 1980, p. 81). O movimento que vai além para essa travessia “é o ato que abre a brecha, que fura o muro e se adentra na exterioridade insuspeitada, futura, nova da realidade” (DUSSEL, 1980, p. 67), sendo movimento metafísico ou transontológico transcendendo as relações verticais.

Por conseguinte, a filosofia da libertação funda mediações ontológicas que remetem à dimensão metafísica, desempenhando um papel histórico no processo de libertação indicando “a única maneira de levar o oprimido a tomar consciência da opressão que pesa sobre todas as estruturas de sua existência é que descubra, previamente, a dialética da dominação concretamente, em todo e em cada momento de seu ser” (DUSSEL, 1980, p. 191). Nesse caminho da libertação, Dussel (2000) adentra ao campo ético para pensar uma ética da libertação, uma ética que referencia a vida humana, transcendendo a dimensão individual por se tratar de uma ética comunitária.

A ética da libertação em Dussel “pretende pensar filosófico-racionalmente esta situação real e concreta, ética da maioria da humanidade presente, próxima de um conflito trágico de proporções mundiais nunca vistas na história da espécie humana, filogeneticamente falando” (DUSSEL, 2000, p. 11). Mas que não se restrinja a momentos pontuais, e que seja uma ética expressa no cotidiano, que garanta a participação dos excluídos do projeto global da existência humana.

Ao afirmar que “a vida humana é o conteúdo da ética [...] o projeto de uma ética da libertação entra em jogo de maneira própria a partir da crítica da ética [...], onde se afirma a dignidade do oprimido ou “excluído” (DUSSEL, 2000, p. 93), expressa o viés de uma ética sendo essencialmente histórica que se faz por quem está fora do sistema, da exterioridade, que pode gerar alternativas para uma ética crítica, uma ética da libertação.

A proximidade de Dussel e Freire na luta pela superação das situações de opressão na sociedade contemporânea, pela via da ética da libertação, por um lado, situa-se o tempo e espaço, situado e datado, por outro, está no mundo e com o mundo na leitura do mundo.

Ambos no caminho da libertação afirmam que o homem, na construção das relações sociais e a conscientização, avança da condição de coisificação para a humanização em processo.

No entanto, Torres (2001) resgata uma preocupação de Paulo Freire acerca da democracia e da educação democrática, que pressupõe o pleno desenvolvimento do pensamento, de forma que o efeito da massificação diminui o sentido da responsabilidade individual, fulcro fundamental para a implicação subjetiva, a tomada de decisões e da educação democrática.

Neste sentido, aponta para a contribuição de Freire, enquanto “uma antropologia política da educação”, que reflete sobre a educação democrática em dois níveis. No primeiro, aborda o dilema da democracia, a constituição do cidadão democrático; no segundo, a questão de cruzar as fronteiras em educação, assumindo a natureza política da educação.

As inquietações provocadas por esses questionamentos levam a destacar as contribuições de Freire, citadas por Torres (2001, p. 184), que por um lado se opõe à ideia neoliberal de massificação dos cidadãos, por outro, convida a refletir sobre a singularidade do ser, com a concepção de sujeitos diferenciados culturalmente que fazem parte do processo educacional e não precisam abdicar de sua individualidade. Aponta que no pensamento freireano as formas de teorizar sobre a educação enfatizam a politicidade do trabalho pedagógico, considerando que na relação pedagógica haverá as noções de opressão e dominação como parte integrante dos cenários das salas de aulas. Mostra a importância de incorporar a sabedoria popular, fazendo um convite ao diálogo, na abordagem dos conflitos culturais em sua complexidade.

O diálogo, considerado instrumento democrático para a mediação, coloca em cena a educação no contexto de desenvolvimento desigual na América Latina, mas também como desconstrução dos discursos pedagógicos e políticos instituídos.

Freire ainda considera que “as conexões entre educação e política não podem ser teorizadas unicamente em termos das interseções entre poder e educação, nem exclusivamente em termos das relações entre poder e conhecimento”. Mesmo esclarecendo “o caráter político da educação”, chama a atenção para as relações entre educação e capacitação cidadã [...] “ênfatizando, sobretudo, os fundamentos históricos, normativos e ontológicos da educação democrática e dos direitos e responsabilidades da cidadania” (TORRES, 2001, p. 185-186).

O diálogo com Freire sobre educação e democracia revela uma nuance significativa que é a da utopia, implicada numa dupla função: anunciar e denunciar. Nesse prisma, a educação “é vista como um fator instrumental para ajudar o homem e a mulher a refletirem

sobre sua vocação ontológica de sujeito, para ajudar a construir uma consciência crítica de sua realidade” (TORRES, 2001, p.187).

Considerando que para Freire não existe uma revolução educacional sem uma revolução política, para a possibilidade de o povo começar a pronunciar a palavra, o mundo, diversificado e multicultural

este ideário pedagógico, vinculado a la noción de la revolución cultural de los sessenta, es un modelo diametralmente opuesto a la agenda predominante neoliberal en la educación latinoamericana, la cual constituye, paradójicamente, la culminación de las posturas más conservadoras y capitalistas en el mundo entero, y una flagrante contradicción con la tradición liberal y el espíritu de la educación pública, obligatoria y gratuita que predominó en el continente en este siglo (TORRES, 2001, p. 37).

Nesta argumentação com Freire a implicação política da educação, embora contraditória, por um lado com a possibilidade de manipulação, por outro, a articulação da práxis educacional e a práxis política, coloca o educador como eixo mediador no processo de conscientização. Nas relações entre o Estado e a educação a noção de democracia suscita a discussão sobre a cidadania no sentido da responsabilização na construção de práticas políticas e pedagógicas envolvendo o “sujeito pedagógico”,

o processo de construção do sujeito pedagógico democrático é um processo de educação cultural, que envolve também a manipulação dos princípios de socialização pedagógica e democrática em sujeitos que nem são *tabula rasa* em termos cognitivos ou éticos, nem estão plenamente equipados para o exercício de seus deveres e obrigações democráticas (TORRES, 2001, p. 23).

Contudo, essa construção é baseada em princípios de cidadania, formação de competência e colaboração, formadores de uma cultura política tendo em vista uma política de solidariedade nacional.

Mészáros (2008), Martí (2011), Dussel (1980) e Torres (2001) comungam de um eixo comum no diálogo com Freire ao se posicionarem politicamente acerca do processo de libertação da opressão. A educação sendo reconhecida no seu poder transformador engendra mudanças, mas não seria a solução absoluta para os problemas no mundo e com o mundo, mas inegavelmente imprescindível ao movimento de busca dessas soluções. Outro eixo central perpassando suas reflexões encontra-se entrelaçado pela libertação ética, filosófica e política.

Em relação à realidade brasileira, um diálogo com Freire se dá com outros educadores e cientistas sociais de “tradição freireana” como Carlos Rodrigues Brandão (1985, 2005, 2006), Celso Beisegel (2008), Luis Eduardo Wanderley (2010), Moacyr Gadotti (2001).

Com Brandão (1985, 2005, 2006) que de forma poética coloca a palavra como o início e o fim do pensar. A sua dialética coloca por um lado a ordem e por outro silêncio, palavras ditas, palavras não ditas, que implicam também em reinvenção na sua forma de redizer o mundo. As palavras foram o início do levantamento da leitura de mundo proposta por Freire para descoberta do mundo. Na construção do entendimento de educação popular, considera os saberes comunitários que emergem das práticas sociais, disseminados entre grupos ou pessoas como a sua educação popular. E este saber popular, mediado pela luta na transformação social, necessita de elaboração do próprio saber, para incorporação da dimensão da libertação, sendo o papel da educação “o de propor elementos para que o homem, ao invés de subordinar-se, seja estimulado a ingressar nesse mundo inovado, redefinindo-o e aos seus papéis; criticando não apenas os seus valores, mas também os novos valores introduzidos” (BRANDÃO, 2006, p. 66).

O trabalho com a palavra, que revela a realidade vivida, considerada [...] “menor unidade da pesquisa [...] não são só um instrumento de leitura da língua; são também instrumentos de releitura coletiva da realidade social onde a língua existe” (BRANDÃO, 1985, p. 30), desafia o pensar e se transforma em escrita. As palavras contêm o [...] “seu uso semântico próprio [...] a sua carga pragmática [...] esconde muitas falas [...] aponta para questões” (BRANDÃO, 1985, p. 36) sugerindo um novo modo de se colocar enquanto lugar social e histórico. Este novo lugar pressupõe uma reeducação enquanto “ato político que começa com a afirmação de que a educação é um trabalho político” (BRANDÃO, 1985, p. 85).

Na sensibilidade de educador popular escreve para as crianças e adolescentes do mundo conhecerem *Paulo Freire, o menino que lia o mundo*, de maneira lúdica, carregado de sentimentos. Como ir além das palavras e ler o mundo em que se vive? A articulação entre o contexto e o mundo indica a proximidade entre a escola e a vida, entre “as PALAVRAS DO MUNDO e também OS MUNDOS DAS PALAVRAS” (BRANDÃO, 2005, p. 29). Nesse caminho de descobertas as ideias vão se revelando para a reinvenção do viver. Revela uma maneira de chegar junto a um público que também tenta descobrir o mundo na curiosidade do aprender, prazerosamente, conhecendo o educador que ensinou como ensiná-los e publicizar a sua história de vida.

Beisiegel (2008) aborda as conexões entre a educação popular e o processo de desenvolvimento, refletindo sobre o próprio significado da expressão educação popular na prática educativa com o estímulo da reflexão crítica.

A educação popular para este autor se desenvolveu como processo na prática educativa implicada “na formação do sentimento da própria autoridade” (BEISIEGUEL, 2008, p. 141), na sua internalização pela via da participação. Pensar na “compreensão de seu papel no mundo e de sua inserção na história”²⁷ como lembrava Freire, exige a responsabilidade coletiva no esforço de pensar os desafios a serem superados. Para isto o diálogo, o debate, a capacidade de reflexão poderiam aprofundar a capacidade de análise da realidade vivida, estimulando a busca de soluções para os problemas comunitários. A associação entre o individual e o coletivo suscitava uma intimidade com o processo de desenvolvimento econômico.

O projeto pedagógico de Freire atuava na promoção do homem à condição de sujeito e à realização de aperfeiçoamento do humano. O projeto educativo como projeto político ampliava-se para a discussão das ideologias. Associava a possibilidade de uma análise de conjuntura com a discussão comprometida nos diversos movimentos de base com influências para a transformação social. Transformação que surgiria como efeito do envolvimento consciente no processo político.

O processo de conscientização como instrumento na atuação política transformadora inscrevia Paulo Freire como “defensor da transformação dentro da ordem” (BEISIEGEL, 2008, p. 358). Enquanto instrumento privilegiado na atuação política a reflexão crítica vacilava as certezas das situações de existência postas, convocando ao movimento participativo.

A compreensão e interpretação da *Pedagogia do Oprimido* em Wanderley (2010, p. 40), inspiradas pelas “ideias freirianas, que se enraizaram em diversas regiões do mundo e na América Latina [...] principalmente, em função das aceleradas mudanças em curso no capitalismo” envolvem a diversidade dos contextos históricos e as significações polêmicas que conciliaram a característica multifacetada em momentos marcantes da América Latina com sua multiculturalidade peculiar.

O realce no popular provocado no questionamento *educação para quem*, configura-se no alargamento do tema para dimensioná-lo em outros ângulos. Na análise do que se refere a povo, povo como nação e toda a população; por outro lado as classes populares com o

²⁷ Citação da entrevista concedida por Paulo Freire a Walter José Evangelista, em 1972, transcrita em citação (BEISIEGUEL, 2008, p. 36).

operariado, o campesinato e trabalhadores rurais; e no vínculo aos pobres englobando a maioria dos oprimidos, tornando este ponto o mais complexo no que diz respeito ao público-alvo da Educação Popular com a amplitude que o mesmo congrega no contexto latino-americano.

Na sua reflexão faz uma inserção na conjuntura atual com a referência de um autor do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL), como ressignificação no início do século XXI,

A educação popular manteve seus ‘pilares’ fundadores (ético, político, epistemológico, metodológico e pedagógico), porém seu caráter dialético, sua inerente flexibilidade e seu compromisso ético e político não abandonam as atuais demandas da sociedade. Reconhece, certamente, e assume novos desafios e previsões. Aceita a superação de análises esgotadas. Trabalha na construção de componentes paradigmáticos renovados. Inclui tudo, desde cenários velhos e novos, a sujeitos e espaços. Sua visão dialética não permite construir o novo a menos que seja a partir da sistematização e reflexão crítica de sua prática histórica (NUÑEZ HURTADO, 2005, p. 154 *apud* WANDERLEY, 2010, p. 8-9).

Amplia a análise “mostrando a complexidade dialética do mundo real” (WANDERLEY, 2010, p. 11) em eixos analíticos da cultura popular, da política e articula a visão política e cultural com o social.

Em relação ao eixo teórico e prático da cultura popular inspirados no legado de Paulo Freire, outras experiências similares aconteceram na América Latina e se expandiram para outras regiões do mundo, considerados por este autor como pontos importantes nos estudos e pesquisas, ressaltando conteúdos no entendimento sobre cultura popular. Tem como centralidade o caso brasileiro e as experiências do Movimento de Cultura Popular (MCP), em Recife, o Movimento de Educação de Base (MEB), nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a Campanha ‘De Pé no Chão também se aprende a ler’, no Rio Grande do Norte e o Centro de Cultura Popular, dinamizado pela União Nacional dos Estudantes, destacando suas práticas como referência nesta compreensão da cultura popular.

No eixo política, numa prática política de libertação popular, tinha como objetivo a transformação revolucionária, tendo como centralidade as classes populares. O projeto societário era antagônico ao capitalismo e usava como estratégia a participação nas mobilizações. Seu entendimento sobre política fazia uma distinção entre política manipuladora e política democrática transformadora.

Outro eixo considerado mais complexo tentava articular a visão política e cultural com a social, num movimento de conhecimento do povo, dos segmentos populares, da classe

operária e os trabalhadores rurais, considerado campo de estudo por intelectuais latino-americanos concretizando-se na Central dos Movimentos Populares.

Aponta marcos norteadores para o futuro na perspectiva do protagonismo, dos sentidos de público e da democracia (WANDERLEY, 2010). Com o protagonismo aborda a questão do realismo utópico em que o *inédito viável*²⁸ entende-se como um problema que precisa de solução, portanto de superação diante das *situações-limites*²⁹. Do sentido de público pergunta pelas políticas públicas que precisam manter seu caráter universal, de visibilidade social com a transparência nas ações, o acesso ao controle social, a sustentabilidade e o resgate das funções de cultura pública. Em relação à democracia destaca a dimensão política, ampliando o debate para a democracia político-institucional que irrompe sinais para uma cidadania e democracia global; a democracia econômica com o acesso aos bens produzidos e à democracia social na tentativa de diminuição da distância entre a retórica e a realidade concreta.

Gadotti (2001) indica a ousadia de Paulo Freire em romper com esquemas formais, contribuindo com o pensamento pedagógico universal. Deixa uma concepção de educação emancipadora, como uma utopia latino-americana e mundial como alternativa a uma educação que não atende aos interesses da população. Sua concepção libertadora com fundamentos numa teoria do conhecimento tem como ponto de partida a prática concreta, trazendo dimensões sociais ao processo de construção do saber. Como uma concepção geral de educação,

um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia baseada no profundo respeito pelo senso comum que trazem os setores populares em sua prática cotidiana, problematizando-o, tratando de descobrir a teoria presente na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, problematizando-a, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário (GADOTTI, 2001, p. 112).

²⁸ Categoria utilizada por Paulo Freire para designar “algo que o sonho utópico sabe que existe, mas que só será conseguido pela práxis libertadora que pode passar pela teoria da ação dialógica [...] quando os seres conscientes querem, refletem e agem para derrubar as ‘situações-limites’ que os deixavam a si e a quase todos e todas limitados a *ser-menos*” (FREIRE, A., 2005, p. 207). O ‘inédito viável’ “é, pois uma categoria que encerra nela mesma toda uma crença no sonho e na possibilidade da utopia. Na transformação das pessoas e do mundo” (FREIRE, A., 2008, p. 234).

²⁹ Constituídas por contradições que envolvem os indivíduos, produzindo-lhes uma aderência aos fatos e, ao mesmo tempo, levando-os a perceberem como *fatalismo* aquilo que lhes está acontecendo. [...] situações existenciais opressoras... (OSOWSKI, Cecília Irene *apud* STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2008, p. 384).

Esta ousadia da Educação Popular, com um paradigma teórico fundamentado no compromisso com o oprimido, assinala sua contribuição na promoção da emancipação humana, tornando-se impossível separar a ciência dos interesses humanos.

Brandão (1985, 2005, 2006), Beisiegel (2008), Wanderley (2010), Gadotti (2001) preservam um fio condutor em suas análises em relação à característica inalienável da educação pensada por Paulo Freire com um viés eminentemente político. Esse diferencial aponta para a problematização e a transformação enquanto mediação com o movimento.

No Nordeste, um celeiro de pensadores se alia a outros que dialogam sobre a educação popular com Paulo Freire como Paulo Rosas, João Francisco de Souza, Alder Calado, José Francisco de Melo Neto, que continuam seu legado de contribuições. O resgate da tradição do diálogo, enquanto componente educativo de tradição grega, ressalta sua importância enquanto constitutivo no “elemento ético básico de toda a formulação e exercícios educativos freireanos” (MELO NETO, 2004, p. 95), fazendo renascer dimensões filosóficas que marcam a educação ocidental presente no âmago dos exercícios educativo-políticos e populares. Legitimando essa ética para “o diálogo, em educação popular, provoca processos de reconstrução crítico-hermenêuticos constantes quando dos dizeres e fazeres que vão se externando nas obras de seus próprios partícipes” (MELO NETO, 2004, p. 98).

O princípio pedagógico presente na intermulticulturalidade em Souza, J. (2007) evidencia a condição de uma prática pedagógica coerente com a diversidade cultural existente no nosso país na construção de processos educativos que respondam aos desafios do mundo. Para este autor

a educação, inclusive a escolar, é encarada como um problema cultural e um instrumento para o desenvolvimento da cultura, capaz de contribuir com a democratização fundamental da sociedade, da própria cultura, e com o enriquecimento cultural de seus diferentes sujeitos [...] na perspectiva de uma democracia expansiva que atenda às diferentes dimensões da existência humana, [...] Freire coloca a unidade na diversidade das lutas pela construção de um mundo humano (SOUZA, J., 2007, p. 74-75).

Diálogo e cultura, enquanto centralidade em Freire, torna-se indissociável do processo de produção, com sua particularidade histórica, sendo o homem construtor da sua própria existência, nas tentativas de superação do que faz calar. Nesse movimento de resistência, de mostrar o seu fazer, expressa pela via da subjetividade, irrompe o que sabe dizer, enquanto saber, sendo esse seu saber motivador da mudança, mesmo sem saber.

2.2 Educação Popular: alternativa de enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil

Uma das possibilidades e características da Educação Popular como alternativa permite a ampliação de sua viabilidade para se trabalhar com crianças e adolescentes inseridos no contexto do turismo sexual. Esta ampliação sendo escolar ou extraescolar, pública e alternativamente civil (BRANDÃO, 2006), imbuída da participação, abrange grupos ou comunidades as mais diversas. Daí sua indicação para o trabalho com populações vulneráveis nos locais de atuação, seja no campo ou na cidade.

A capacidade de reinvenção para dizer o novo será possível a partir de reflexões diversas calcadas na práxis de movimentos, de contestação que na dinamicidade da reconstrução avança na capacidade de pensar e refletir para agir. Nesta perspectiva, Mejía (2003) propõe pensar a Educação Popular nas suas práticas em que se requerem processos educativos que possibilitem novas formas de luta social. Contudo, convoca um reencontro que a Educação Popular e os movimentos sociais podem provocar, levando a inserção dos grupos excluídos na sociedade civil a partir da sua “base de legitimidade como prática social [...] que a unidade da cidadania coletiva é possível pela existência do movimento e do seu caráter educativo” (MEJÍA, 2003, p. 83).

Afirma que “um dos fenômenos mais interessantes gerados pela educação popular é a forma como liberta o fato pedagógico tirando-o da esfera escolar e colocando-o nos diferentes processos de socialização” (MEJÍA, 2003, p. 83). Nesse sentido, a Educação Popular pode permitir contemplar os processos de aprendizado postos, visualizar novas práticas ampliando a concepção de educação no resgate da “recuperação do local e da territorialidade, a vida cotidiana das pessoas” (MEJÍA, 2003, p. 84), que na sua diversidade cultural encontram o desafio do respeito à sua liberdade de expressão.

Por conseguinte, a condição de recriação das experiências vividas requer contato respeitoso do saber do outro. O saber da comunidade, como saber que surge das vivências inseridas na cultura local, circula num movimento transgeracional e temporal regido por concepções e práticas pedagógicas próprias. É nessa cultura que o trabalho de abordagem inicial se insere. Em situação de exploração, nem sempre se percebem inseridos no contexto de explorados. A proposta da Educação Popular com Paulo Freire, sendo politicamente humana, na construção do processo de libertação, convoca a curiosidade para pensar a condição posta, na dúvida, na incerteza, na pergunta.

Na experiência de um educador no meio adverso coloca as vicissitudes da vida como aprendizado, para mediar, no diálogo humano, as diversas maneiras da aula ideal, como oportunidade de construir, desconstruir o conhecimento.

Uma das razões para que a educação popular seja um conceito tão difícil de dominar, analisar e descrever, ao menos na sua versão libertadora, talvez possa ser sua postura democrática ipso facto contra a natureza das sociedades hierárquicas e classistas como a nossa. Paulo Freire assumiu, como bom budista, que os seres humanos podem ser livres, se eles somente deixarem de lado a tendência ao sofrimento e à desilusão. A meu ver, ele era um educador intelectual e espiritualmente astuto que delineou preceitos inexecutáveis dentro de uma pedagogia democrática que dependia, ao menos no Brasil, de uma revolução que nunca chegou. [...] Uma herança duradoura da capacidade colonial virada imperialista é a dialética mestre/escravo que Freire tão nitidamente esclarece na Pedagogia do Oprimido (LOWND, 2002, p. 356).

Desse modo, a Educação Popular no diferencial da sua especificidade dialógica predispõe a capacidade em lidar com as contingências, o inusitado exigindo elementos que sustentem a reinvenção. Ao externar a palavra sobre sua condição no mundo, assume-se a sua própria possibilidade de reinventá-la. Isto implica no pensar criticamente, portanto, no gerar algo novo. Em Melo Neto (2011, p. 109) o diálogo vai se constituindo na “própria historicização do mundo, expressão da intersubjetividade, ao conscientizar o dialogante como autor de sua própria história”.

Sendo a essência da sua ação pedagógica, o diálogo como via de acesso a crianças e adolescentes em situação de exploração sexual no contexto do turismo abre caminhos de intervenção na leitura do mundo em que estão inseridos. A dialética entre o silêncio exigido na ambiência do esmagamento do ser, diante da rede de exploradores, constituída para o circuito do turismo acontecer por um lado e a possibilidade de falar sobre o que sufoca e emudece por outro lado, rompe com a barreira da opressão. A capacidade de pensar, ao sair da condição de espectador, despertar para a realidade que o cerca, aprendendo a dizer não, se faz empoderamento. Mesmo que essa negativa ainda não tenha o poder da mudança imediata, pelo movimento de cessar a exploração, mas a mudança de posição subjetiva se faz no processo e o caminho para a libertação se inicia.

A alternativa de enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil pela educação popular é reiterada, na concepção de sua transcendência, ao avançar no além do instituído. Diante da sua amplitude e complexidade, o turismo sexual atinge os espaços educacionais ao provocar a evasão e o desinteresse pela facilidade, envolvimento e acesso ao mercado do capital. Assim,

Educação Popular por Educação Popular, nós a entendemos como um processo educativo protagonizado por diferentes sujeitos (individuais e coletivos), normalmente pertencentes ou aliados à base da sociedade, cuja experiência pode se dar em espaços educativos formais e não formais, numa dinâmica de formação contínua e numa perspectiva emancipatória e transformadora da realidade vigente, a partir da transformação cotidiana dos próprios protagonistas, que, graças ao exercício de sua dimensão docente e discente, se empenham no desenvolvimento integral de suas potencialidades subjetivas, étnicas, de gênero, de idade/geração, de classe, na relação com a Natureza e com o Sagrado, aspirando a construir uma sociedade economicamente justa, politicamente solidária e culturalmente plural (CALADO, 2003, p. 120-121).

Com esse entendimento percebe-se que o envolvimento de protagonistas da base da sociedade, na possibilidade de sua potencialização, oportuniza a intervenção nos movimentos e organizações os quais são partícipes fazendo a mediação nas raízes do tecido social. O enfrentamento será possível na articulação em rede à medida que as mudanças começam a acontecer nas situações cotidianas em âmbito local.

2.3 Educação Libertadora no processo de enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil

Para Freire a libertação não irrompe como algo dado, mas é necessário acontecer rupturas epistemológicas, desequilibrar certezas e convicções, fazendo com que cada um descubra diante da contingência sua capacidade criadora e a esperança crítica que move para a transformação. A contingência na perspectiva desta pesquisa, como condição de oprimido alienado, a imposição do mercado no turismo sexual expõe a contradição da exploração, por um lado com impossibilidade de emancipação por idade, legitimada na Constituição e por outro na falta do reconhecimento da condição de sujeitos de direitos na perspectiva cultural, naturalizando a transgressão.

Considerada um conceito central no pensamento freireano, Libertação encontra-se vinculada às noções do processo libertador e de revolução (JONES, 2008). As interpretações da libertação fazem intersecção com a educação e com a política associando a libertação como uma práxis social que permite a denúncia do que sufoca.

Para Freire, P. (2005a, p. 38) a libertação “é um parto” que se concretiza na superação da contradição opressor-oprimido, não sendo possível manter-se na posição idealista lembrada ainda em Hegel, mas reconhecer-se oprimido. A partir desse reconhecimento, sua superação se dará no engajamento, na luta pela libertação que se faz indispensável, na constante recriação e renovação cotidiana.

Para Freire o libertar é dialógico e o exercício da liberdade se torna concretizado pelo diálogo, possibilitando a dinâmica da existência. Nesse engendramento entre diálogo e libertação, a interdisciplinaridade vivenciada na experiência coletiva dinamiza a análise da realidade, numa prática educativa e política sempre em movimento. A compreensão da educação como necessária ao processo de libertação humana não se concretiza na ação individual, mas nas atitudes coletivas que exigem criticidade calcada numa ética inquieta, curiosa para a superação dos obstáculos postos no cotidiano.

A educação libertadora em Freire propõe elementos para inserção no mundo na redefinição de papéis sociais, pela renovação, em que

a liberdade que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem [...] É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos (FREIRE, P., 2005a, p. 37).

A expressão da libertação enquanto imprescindível no processo educativo se faz no respeito à vida, à leitura de mundo, como condição humana enquanto ser de relações em busca da autonomia. Demanda participação com iniciativas singulares calcadas nas histórias de cada um, incidindo no coletivo que toma força de transformação. Legitima-se na práxis libertadora, crítica, reflexiva, protagônica e democrática no limite tenso entre ética e liberdade. Tensão esta que se estabelece numa relação entre forças antagônicas na tentativa da emancipação diante do inacabamento.

A ética enquanto inseparável da vida e da prática educativa constitui-se aspecto fundamental para situar-se histórica e culturalmente no mundo, sustentada nos seus princípios de humanidade, com respeito à dignidade humana. Uma ética amorosa que na sua dinamicidade respeita a vida, a liberdade e que se faz autêntica, solidária e dialeticamente libertadora. O campo de construção da “libertação autêntica, que é a humanização em processo [...] é práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, P., 2005a, p. 77) exigindo uma postura ontológica para a vida que se refaz.

Liberdade por um lado, medo por outro implicam num par dialético, engendrado pela necessidade da comunicação que vai de encontro à dominação como fatalidade. O turismo sexual infantojuvenil tem implicação direta na educação por sustentar uma lógica capitalista. A maioria das crianças e adolescentes inseridos no contexto do turismo sexual infantojuvenil

não tem condições ideológicas, nem maturidade de se reconhecerem enquanto oprimidos na relação com o explorador. A educação libertadora rejeita a impossibilidade no processo de enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil, na dimensão que permite a discussão dessa problemática, sem fugir à sua teia de aprisionamento, que desrespeita ostensivamente a vida.

O Capítulo III aborda as implicações sociais na educação fazendo referência à relação entre os documentos existentes que direcionam o marco teórico e a elaboração dos planos estaduais construídos para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes por meio do turismo no que se refere à educação nos eixos operacionais dos planos de ação governamentais nas metas para prevenção da ESCA.

CAPÍTULO III

TURISMO SEXUAL INFANTOJUVENIL NO NORDESTE BRASILEIRO: a realidade de uma região

O território nordestino, universo e lócus privilegiado desta pesquisa, inserido no circuito do turismo sexual, com a mudança de cenário mundial neste tipo de turismo, emerge como região que abre as portas para o turismo de massa. Regiões recortadas por praias paradisíacas, algumas intocadas e comparadas às praias do Caribe, e contraditoriamente, uma das mais pobres do país, vamos encontrar a raiz dessa contradição na desigualdade social.

O Nordeste, com suas regiões apropriadas pelo clima às práticas de lazer e turismo, tende a superar o lugar de núcleo emissor e afirmar-se como núcleo receptor. Para isso, é necessário acarretar investimentos locais, respeitando os recursos naturais disponíveis e a ecologia nativa evitando uma maior exploração da região. Conforme Paiva, M. (2005, p. 39), “o turismo no litoral nordestino só será proveitoso se entrarmos no processo em condições diferenciadas. Evasão de divisas, enclaves estrangeiros, periferização dos antigos moradores e desarticulação de atividades tradicionais são filmes que já assistimos e não gostamos”.

Desde o “achamento” do Brasil em Porto Seguro na Bahia, o Nordeste tem sido alvo da exploração de seus recursos naturais e na contemporaneidade a exploração estende-se para os recursos humanos com a exploração sexual. Está situado num dos principais polos de atratividade para o turismo sexual no mundo em função do seu extenso litoral.

Historicamente, o Nordeste perdeu a posição de polo hegemônico político e econômico que o caracterizava nos séculos XVI e XVII, deslocando-se para Minas Gerais com o desenvolvimento da mineração no século XVIII. Na escrita de *Nordeste*, Freyre retrata esse cenário:

No século XVIII, o nordeste empallideceu dentro da segregação e do isolamento. Mas com a vinda de Dom João VI, com a abertura dos portos, com o estabelecimento dos ingleses, no Recife e na Bahia, a cultura da região ganhou novamente as cores vivas que haviam quase desaparecido da face de sua paisagem (FREYRE, 1937, p. 208).

Associado a estas mudanças inicia-se a migração nordestina e também a venda de escravos para a região de Minas Gerais. No fim de século XIX e início do século XX o Sudeste do Brasil se torna o centro de crescimento com a cafeicultura que direciona a corrente migratória para São Paulo, no pós-guerra (SOARES DO BEM, 2005).

A emergência de um novo regionalismo reflete as mudanças no campo econômico com a industrialização, a urbanização, a imigração em massa e o fim da escravidão (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). O Nordeste é “filho da ruína da antiga geografia do país, segmentada entre ‘Norte’ e ‘Sul’” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 51). O termo Nordeste foi usado para designar a área do Norte sujeita às estiagens e que o poder público através da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs) centraria sua atuação a partir de 1919. Em 1920, a separação Norte e Nordeste ainda não estava consolidada e os termos ainda são usados com sinônimos durante essa transição.

Para este autor, a nova redistribuição socioespacial no país acompanhava as redefinições na estrutura de forças sociais, sobretudo nas cidades com os códigos burgueses e a crise do período pré-industrial. O ritmo migratório diminui após a década de 1970 com o fim da guerra fria, as sucessivas crises globais e o aceleração do processo de globalização, possibilitando a migração de retorno em pequena escala e dificultando a integração social.

Esse marco histórico configurou um contexto de desigualdades, acentuando as diferenças regionais, que se consolidaram no modelo de desenvolvimento de caráter excludente. Manteve-se a concentração de renda, a pauperização da população e a carência de mão de obra qualificada.

A região Nordeste, que surge na “paisagem imaginária” do país, no final da primeira década deste século, substituindo a antiga divisão regional do país entre Norte e Sul, foi fundada na saudade e na tradição (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 78).

A elaboração da região Nordeste acontece com ênfase no plano cultural como forma de resgate de um período de glória expresso nas obras dos filhos da elite, seja na sociologia em Gilberto Freyre ou nas obras dos romancistas como José Lins do Rêgo, José Américo de Almeida, Raquel de Queiroz, Ascenso Ferreira e outros nas diversas artes. Na música com Luiz Gonzaga, Zé Dantas e Humberto Teixeira, na década de quarenta, no teatro com Ariano Suassuna na década de cinquenta, na poesia com Manuel Bandeira e na pintura com Cícero Dias e Lula Cardoso Ayres (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). O movimento cultural instituiu uma origem para a região considerada por este autor como imagético-discursiva e declarada numa frase de Agamenon Magalhães: “O Nordeste o que tem feito até hoje é se coser com suas próprias linhas”.

Para Gilberto Freyre, a região teria nascido antes da nação lembrando que “Si no século XVI, já se lia *Diana*³⁰ nos engenhos do Nordeste [...] é de supôr que livros mais perigosos tivessem entrado na região” (FREYRE, 1937, p. 207). Remete a consciência regional e a própria existência do Nordeste ao período colonial com a influência francesa e holandesa no século XVII, a constituição do centro administrativo, financeiro, comercial e intelectual judaico-holandês em Recife. Atribui também “à administração portuguesa a formação de uma ‘consciência regional’ mais forte do que uma consciência nacional [...] visto como um elemento da nacionalidade brasileira” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 89).

A origem da região é instituída e legitimada com o recorte Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011) a partir do Congresso Regionalista de 1926, considerado o primeiro trabalho do movimento cultural com esse fim, denominado de regionalista e tradicionalista:

Esta história regional retrospectiva busca dar à região um estatuto, ao mesmo tempo universal e histórico. Ela seria restituição de uma verdade num desenvolvimento histórico contínuo, em que as únicas descontinuidades seriam de ordem negativa: esquecimento, ilusão, ocultação. A região é inscrita no passado como uma promessa não realizada, ou não percebida; como um conjunto de indícios que já denunciavam sua existência ou a prenunciavam. Olha-se para o passado e alinha-se uma série de fatos, para demonstrar que a identidade regional já estava lá. Passa-se a falar de história do Nordeste, desde o século XVI, lançando para trás uma problemática regional e um recorte espacial, dado ao saber só no início do século XX (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 89).

Sendo uma invenção recente na história brasileira a historicidade se torna importante para não se cometer equívocos. O Nordeste não foi um espaço geográfico naturalizado, mas um filho da modernidade tornando-se “a elaboração regional mais sofisticada do país” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 342), para diminuir o processo de desterritorialização na subordinação ao Sul que se modernizava aceleradamente. O regionalismo e o nacionalismo caminham juntos e o autor acima afirma que “o Nordeste quase sempre não é o Nordeste tal como ele é, mas é o Nordeste tal como foi nordestinizado”. Tornando-se assim o que se conhece por “cultura nordestina” fruto de uma criação político-cultural, um complexo cultural, historicamente datável (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011).

A abordagem do Nordeste ainda é feita do “ponto de vista dos dominados, do povo”, como “sempre de uma região carente”, com “discursos presos a essa lógica da vitimização”

³⁰ Proibido pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Jorge de Montemayor. “A obra ficou conhecida em vários países e, apesar de proibida, corria de mão em mão. Não raros foram os pedidos à Inquisição, para que esta permitisse sua leitura” (RIBEIRO, E., 2012, p. 9).

com uma postura midiática que nega a história e visibiliza a região a partir “do folclórico, da miséria, da violência, da seca, até de cangaceiros, beatos e coronéis ainda no final do século XX” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 353). Nesse sentido “realimentam as desigualdades sociais, econômicas e culturais no país”, não descobrem algo novo, mas reforçam a imagem construída sedimentando as hierarquias existentes. O autor defende que o conhecimento das diversidades que constituem cada área e cada parcela da população nacional nos prepara para suportar a diferença e para respeitá-la na busca de sair das abstrações preconceituosas.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definem o Nordeste como uma das cinco regiões brasileiras em 1969, que possui uma área semelhante à da Mongólia, uma população pouco menor que a da Itália e um IDH médio-alto próximo ao de El Salvador. Possui o terceiro maior território em relação às outras regiões brasileiras, o segundo maior colégio eleitoral (com 36.727.931 eleitores em 2010), o menor IDH (em 2005) e o terceiro maior PIB (em 2009). Sendo a região brasileira³¹ que possui o maior número de estados (nove): Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco (incluindo o Distrito Estadual de Fernando de Noronha e o Arquipélago de São Pedro e São Paulo), Rio Grande do Norte (incluindo a Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas) e Sergipe, tem uma área de aproximadamente 1.558.196 km² equivalente a 18% do território nacional.

Com a modernização turística, muitos complexos turísticos têm sido construídos no Nordeste, introduzindo uma prática marcada pela invasão cultural, desarticulando a vida cotidiana das populações pobres trazendo problemas sociais de desterritorialização e suas implicações diretas na reinserção do mercado de trabalho. O crescimento do turismo internacional evidencia esta questão e vulnerabiliza a população, sobretudo os jovens para a condição de exploração. A atenção centralizada nesse segmento populacional coloca:

Mulheres, crianças e adolescentes, provenientes dos antigos e dos novos espaços de marginalidade, já sendo vítimas de uma relação histórica de exploração pelo mercado, constituem, portanto o principal grupo de perdedores na nova geografia do poder que se instaura com a globalização (SOARES DO BEM, 2005, p. 37).

A conjuntura do quadro social consolida as rotas interestaduais (ANEXO A) e internacionais (ANEXO B) com a presença de turistas europeus nos polos receptivos

³¹ A área do Nordeste brasileiro é de aproximadamente, equivalente a 18% do território nacional e é a região que possui a maior costa litorânea. Possui os estados com a maior e a menor costa litorânea, respectivamente Bahia, com 932 km de litoral e Piauí, com 60 km de litoral. A região toda possui 3.338 km de praias.

(SOARES DO BEM, 2005) constituídas em sua maioria por suíços, italianos e alemães. As desigualdades regionais internas vinculadas à pobreza colocam o Nordeste como destino privilegiado (PISCITELLI, 2005) para viajantes e estrangeiros experientes que são rejeitados pelas mulheres das classes sociais mais ricas nas grandes cidades brasileiras. As visitas mais frequentes concentram-se nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, envolvem agências de viagens e agências de “matrimônio” incluído no pacote de férias, acompanhantes para o período de férias.

A exploração sexual infantojuvenil no Nordeste brasileiro expressa nos depoimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infantojuvenil, em 1993, vincula a prostituição infantil e juvenil e o turismo (SANTOS; SOUSA, 2008). Seja com a apresentação das vítimas nos prospectos turísticos distribuídos no exterior, nas redes de relações em agências de viagens, ou incluso nos roteiros turísticos.

No Ceará e Pernambuco existem meninas que são incluídas de forma muito sutil em pacotes de turismo para estrangeiros. [...] Pacotes vendidos na Itália, na França, na Holanda, na Europa em geral, para estrangeiros. Além de usufruírem das belezas naturais, eles terão também o contato com meninas maravilhosas (Mateus, ONG, Rio Grande do Sul *apud* BRASIL, 1993-1994, p. 298 *apud* SANTOS; SOUSA, 2008, página 53).

Em outros estados, assistimos situações como no Recife-PE:

Eles vêm organizados [...] eles tomam a vacina, as meninas já esperam eles no sábado [...]. E esses homens já traziam outros homens, e as meninas aqui já se organizavam buscando outras meninas. A coisa chegou a tal ponto que as meninas já tinham redes de compra a crédito para pagar quando o gringo chegasse. Então a menina fazia implante de cabelo, comprava vestido, comprava sapato, porque o gringo já estava a caminho, já estava prometido. Então, isso é uma organização, [...] isso é uma organização muito bem-feita. (Tereza, ONG, Pernambuco *apud* BRASIL, 1993-1994, p. 624 *apud* SANTOS; SOUSA, 2008, página 54).

Situação semelhante ocorre em Fortaleza-CE:

Na cidade de Fortaleza, existem apartamentos onde as meninas que já tiveram contato passam como mulher, esposa, primeira-dama. No entanto, existem beliches nos mesmos apartamentos prontos para receberem outras meninas para satisfazer os tarados que vêm de fora, do turismo. Essa é uma realidade (Antônio, entidade vinculada à instituição religiosa, Ceará *apud* BRASIL, 1993-1994, p. 267 *apud* SANTOS; SOUSA, 2008, página 54). Existe um roteiro turístico, que inclusive passa pelas casas noturnas. Nós, aqui da cidade, sabemos desse roteiro, que passa, na segunda-feira, pelo Pirata; na terça-feira, pela Boate Oásis e Versailles; na quarta-feira, pelo

Clube do Vaqueiro; na quinta-feira, pelo Chico Caranguejo; na sexta-feira, pela orla marítima. Foram colocadas informações nesse sentido de que existem pessoas nesses locais, e os turistas conseguem, através dessas pessoas, chegar às crianças, às adolescentes, às menores, para fazer seus programas. (Luiza, Legislativo estadual, Ceará *apud* BRASIL, 1993-1994, p. 278 *apud* SANTOS; SOUSA, 2008, página 55).

“A prostituição de adolescentes pobres de João Pessoa se apresenta de duas maneiras: a das meninas de rua e a prostituição mercantilista, feita com o aval dos pais, em que meninas de 13 a 16 anos se vendem para conseguir dinheiro para o sustento da família” (Pedro, depoimento na Polícia Federal, Paraíba *apud* BRASIL, 1993-1994, p. 25-26 *apud* SANTOS; SOUSA, 2008, página 55-56).

Entre os relatos da CPI em 1993 denunciando estupro incestuosos, transgressão do dever de proteção, uma década de lutas continuadas aconteceu. A implantação do primeiro programa de atendimento a crianças e adolescentes violentados sexualmente em 2001, o Programa SENTINELA, com uma concepção de gestão intergovernamental, de caráter intersetorial, revelam que a exploração sexual aumentou. Uma rede nacional e internacional para o enfrentamento do fenômeno foi formada e fortalecida desde então, numa implementação e expansão lenta em todas as regiões do Brasil, a exemplo do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro (PAIR) que iniciou como projeto-piloto desenvolvido nos municípios de Paracáima/RR, Rio Branco/AC, Manaus/AM, Feira de Santana/BA, Campina Grande/PB e Corumbá/MS, por serem entroncamentos rodoviários importantes e fronteiras estratégicas. Na sua avaliação de 2008, em processo de expansão, já atingia 60 municípios, em 15 estados brasileiros, trabalhando no desenvolvimento de uma “metodologia construída a partir da realidade do município para a reorganização e o empoderamento de suas instituições, respeitando as características de cada região e os diferentes tipos de problemas apresentados a partir de um diagnóstico participativo local” (LIMA, 2005, p. 138).

Dos seis municípios do projeto-piloto do PAIR, dois estavam no Nordeste, na tentativa de através de sua metodologia com metas estratégicas de

articulação política de cada município, a formação de um grupo intersetorial em cada cidade, a realização de um Diagnóstico Rápido Participativo que desvele a ocorrência do fenômeno da violência sexual, a realização de um Seminário Municipal para debater o problema e construir coletivamente um Plano Operativo Local (POL), a escolha de uma Comissão Local para o monitoramento do POL, a Capacitação da Rede e o Assessoramento Técnico (MOTTI; CONTINI; AMORIM, 2008, p. 09-10),

para dar enfrentamento ao quadro que ora se instalava na região.

Em 2007, a série *Infância em Risco*³² expôs o cenário sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes na região Nordeste: “Na Bahia, os números de ocorrências dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes para cada 100.000 habitantes são mais altos nas seguintes cidades: segundo fonte da Polícia Civil do Estado, Itaberaba 27,3; Barreiras 17,2; Salvador 16,8; Ilhéus 16,1”.

No Ceará, em Fortaleza, o que antes se limitava aos pontos turísticos e ao contato com estrangeiros, hoje se espalha por toda a cidade. A proximidade das crianças e adolescentes junto aos exploradores, que se encontram inseridos numa rede constituída por pessoas da vizinhança, bares, taxistas, inibe as denúncias e dificulta a penalidade. Há quatro anos o registro de casos era 12 por mês, hoje chega a cinco vezes mais. O perfil das meninas é parecido: são pobres, de famílias desestruturadas e muitas vezes, usuárias de drogas.

Em Sergipe, 73% das crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual têm renda familiar entre 0 a 1 salário mínimo, estando a pobreza como ponto de partida para a entrada na rede de exploração sexual e comercial, aparecendo a orla da capital como principal ponto da exploração sexual de crianças e adolescentes. No ano de 2006, foram denunciados 55 casos e em 2007, até o mês de setembro, 16 casos, segundo fonte do Ministério Público do Estado.

Em Alagoas, o limite entre o abandono e a pobreza é alto, por conseguinte, no interior do estado o número de denúncias de abuso sexual também acompanha dados preocupantes. A maioria dos agressores são os pais e padrastos. Só em São Luiz do Quitunde, no litoral norte do estado, 40 casos foram registrados. Segundo o Ministério Público Estadual as vítimas não recebem assistência das instituições responsáveis pela defesa da criança e do adolescente. Existem grupos organizados para explorar as meninas que migram constantemente para a capital do estado.

O Rio Grande do Norte possui uma única Delegacia Especializada na apuração de crimes contra crianças e adolescentes, localizada na capital, com uma estrutura deficiente para apurar todas as denúncias do estado. Em 2006, das 790 ocorrências registradas, 154 eram de exploração sexual e, em 2007, até o mês de setembro, das 697 ocorrências, 133 foram casos de corrupção, aliciamento e exploração sexual. Do total de casos a prostituição infantojuvenil ocupa o segundo lugar no estado só perdendo para o atentado violento ao pudor. Ressalte-se que o estado possui um código de conduta para combater o turismo sexual com um trabalho realizado junto às empresas.

³² Exibida pelo JPB, Jornal da Paraíba, em rede de TV, entre os dias 12 e 20 de novembro de 2007, transcritas integralmente.

Em Pernambuco, no Recife, a exploração sexual de crianças e adolescentes anda lado a lado com o tráfico de drogas. Alguns locais são destacados como a central de abastecimento de Pernambuco, frequentada por comerciantes e caminhoneiros, onde crianças e adolescentes circulam no local ainda de madrugada, muitas vezes trazidas pelas mães, acontecem cenas de assédio sexual que são testemunhadas e silenciadas. Na avenida Artur de Lima Cavalcanti que corta a cidade, considerado local de venda de drogas e também de prostituição, a oferta é feita abertamente. Na favela João de Barros em Santo Amaro, área central do Recife, onde funciona um dos principais pontos de tráfico de drogas da cidade, as negociações para exploração sexual são feitas diretamente com as mães. Segundo a Gerência de Proteção à Criança e Adolescente, 14% das queixas que chegam dizem respeito à exploração sexual. No ano de 2007, foram registrados 480 casos. A Secretaria de Defesa Social do estado admite que a situação seja sistêmica, tem ligação com o tráfico de drogas e a polícia sozinha não consegue resolver, sendo necessárias ações públicas integradas para resolver a questão.

No Maranhão, conforme mapeamento realizado pela Polícia Rodoviária Federal, em todas as rodovias do país, constatou-se como áreas de risco para a infância a BR-135, a BR-222 e a BR-316, com muitos casos de exploração sexual. Estimulado pela pobreza, o aliciamento acontece geralmente nos horários noturnos, nos postos de combustível, com a conivência dos caminhoneiros. A OIT, que evidencia a existência de dois milhões e quatrocentos mil vítimas de exploração sexual no mundo, revelou que 35% dos casos são de crianças e adolescentes e propôs um pacto com os municípios brasileiros para combater os crimes de exploração sexual na infância.

A Paraíba atualmente ocupa o primeiro lugar no Brasil em número de casos arquivados, com 27 municípios fazendo parte da rota da exploração sexual contra crianças e adolescentes. Em Sapé, situada a 55 Km da capital, foi descoberto um esquema de aliciamento envolvendo vereadores e empresários do município. Em 2006, o Programa SENTINELA de João Pessoa recebeu 148 denúncias e, em 2007, foram 77 denúncias até o mês de setembro. A praia de Cabo Branco foi identificada pelo Ministério Público como uma das 11 áreas de risco, de forma tão concreta, que existe, inclusive, uma tabela de preços identificada pelo Conselho Tutelar. Dos 80 crimes denunciados pela CPMI, 10 estão na Paraíba.

Uma das consequências da exploração sexual apontada na série *Infância em Risco*, é exatamente, o afastamento da sala de aula, com um histórico de faltas, notas baixas e repetência. Uma escola pública de João Pessoa resolveu enfrentar o problema. Na fala da diretora Lúcia Maria Teixeira, a escola passou a fazer visita à família, tentando trazer a

criança de volta à escola e acompanhá-la durante todo o processo da violência” (JORNAL DA TV PARAÍBA, 2007).

Com essa reportagem, a mídia coloca em evidência uma problemática nacional, a possibilidade de resgate de crianças e adolescentes da exploração sexual pela educação. E por que não tornar esse espaço lugar de uma política pública para uma cidadania possível para as próximas gerações? Diante disso, recorre-se à avaliação das ações do PAIR (MOTTI; CONTINI; AMORIM, 2008) onde se constata que o resgate e a estruturação do trabalho em rede e o fortalecimento das ações políticas e institucionais tiveram um impacto positivo. Porém, os dados revelam que com a continuidade não se conseguiu avançar na sistemática do trabalho em rede, não há clareza nos dados de diminuição da violência sexual contra crianças e adolescentes, não foi assegurado o atendimento psicológico aos profissionais da rede, nem a criação de programa para atender o agressor, nem a retaguarda para atendimento às famílias. Constata-se a necessidade de

dispositivos que garantam o compromisso dos gestores [...] da responsabilização legal, nos moldes da responsabilização fiscal; dispositivos de cobrança dos atores, no contexto da formação do PAIR, de reprodução da formação intrainstitucional; garantir que, dentre os participantes, haja gestores, dirigentes e representantes com autonomia para tomar decisões; envolver as representações classistas do Sistema Judiciário como forma de garantir participação e compromisso (AMORIM; CONTINI; MEZA, 2008, p. 175).

Há desafios postos diante das contradições, das mudanças de gestão provocando recuos e rupturas, dificultando a expansão do trabalho. O processo em construção e as ações pactuadas necessitam do envolvimento da sociedade civil na perspectiva do coletivo, para cobrança de respostas diante da gravidade da situação de crianças e adolescentes vulneráveis à violência sexual.

A exposição dos filhos e filhas do abandono brasileiro evidencia uma ferida nacional com a situação da infância, enquanto lugar secundário na efetivação de ações políticas que resguardem sua integridade. Esta herança cultural com intervenção higienista e disciplinar deixa suas marcas que condenam este segmento ao trabalho precoce e a um futuro subalterno; fundamenta seus reflexos no contexto educacional na continuidade da condição de opressão.

Na área da educação como desdobramento das ações do PAIR no que diz respeito à Violência e Educação, foi construída a ação do Projeto Escola que Protege, com uma capacitação à distância vinculada ao MEC, direcionado para os municípios do PAIR e do Projeto Escola Aberta, com o objetivo de

sensibilizar os participantes sobre os danos causados pela violência sexual, especialmente no caso de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes; estreitar as relações e integrar os sistemas de ensino ao fluxo de notificação e encaminhamento à Rede de Defesa e Responsabilização e Proteção à Criança e Adolescente; propiciar informação sobre a temática da violência sexual, bem como elementos para a identificação de evidências de situações de abuso e exploração sexual e as possíveis formas de atuação no enfrentamento e prevenção no âmbito educacional” (MOTTI; CONTINI; AMORIM, 2008, p. 77-78).

Os problemas que envolvem a continuidade desse Projeto esbarram nas mesmas dificuldades de articulação das ações anteriores.

Com o interesse focalizado nessas ações na área da educação, passaremos ao cenário de cada estado da região Nordeste sendo evidenciado a partir dos dados da Matriz Intersectorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes com base em 2010, e no mapeamento das rodovias baseado no Guia para a Localização dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual Infantojuvenil ao Longo das Rodovias Federais Brasileiras realizado em 2007.

Toma-se como referência o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, que no que se refere ao Eixo da Prevenção, que propõe o fortalecimento da autodefesa pela Educação, para analisar as propostas construídas nos Planos Estaduais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em relação à Educação, como atividades e ações preventivas contra a violência sexual com medidas de caráter informativo e educativo que envolvam crianças, adolescentes, famílias e comunidade. As ações que serão alvo de nosso interesse serão aquelas referentes ao turismo sexual.

3.1 Maranhão: movimento migratório para a capital

O estado do Maranhão situa-se no oeste da região Nordeste, limita-se ao norte com o oceano Atlântico, a leste com o estado do Piauí, ao sul e sudeste com o estado do Tocantins e a oeste com o estado do Pará. É o segundo maior estado do Nordeste do Brasil e o oitavo maior estado do Brasil. De acordo com o censo 2010 é o estado mais pobre do país, considerado abaixo da linha de miséria, com um IDH igual a 0,683. Os dados do IBGE (2009) apontam o estado com o maior número de crianças analfabetas, sendo considerado o estado número um em analfabetismo no Brasil. Sendo o oitavo maior estado do Brasil, um pouco menor que a Alemanha, tem uma população superior à da Jordânia, a mais miscigenada do

Brasil e uma malha rodoviária com pontos vulneráveis para a exploração sexual infantojuvenil nas rodovias BR-010, BR-135, BR-222, BR-316 (OIT, 2007, p. 119-121).

Sua capital São Luís, fundada pelos franceses, invadida pelos holandeses e colonizada pelos portugueses, foi tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade, possui o maior conjunto arquitetônico de azulejos portugueses da América Latina. Seu polo turístico abrange os municípios que compõem a Ilha de Upaon-Açu, incluindo a capital São Luís que pela posição estratégica possui intenso movimento migratório.

Outro grande atrativo é o Parque dos Lençóis, situado no litoral oriental do Maranhão tendo o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses com um belo e intrigante fenômeno da natureza, reconhecido como um paraíso ecológico com 155 mil hectares de dunas, rios, lagoas e manguezais. O Parque Nacional da Chapada das Mesas é outra área de 160.046 hectares de cerrado localizado no Sudoeste Maranhense com um componente da natureza que atrai muitos turistas ao local que possui cachoeiras, trilhas ecológicas em cavernas e desfiladeiros, *rappel*, sítios arqueológicos com inscrições rupestres e rios de águas cristalinas.

Uma área de rara beleza conhecida como o Delta do Parnaíba é o terceiro maior delta oceânico do mundo. Raro fenômeno da natureza que ocorre também no rio Nilo, na África, e Mekong, no Vietnã. Configuração semelhante a uma mão aberta, onde os dedos representariam os principais afluentes do Parnaíba, que se ramificam formando um grandioso santuário ecológico, localizado a nordeste do estado, na divisa com o Piauí. O polo da Floresta dos Guarás localizado na parte amazônica do Maranhão é reconhecido como polo ecoturístico por excelência, seu nome deve-se à bela ave de plumagem vermelha, comum na região. O lugar se destaca como um santuário ecológico, formado por baías e estuários onde os rios deságuam em meio a manguezais.

O estado do Maranhão tem uma realidade desafiadora em relação à violência sexual de crianças e adolescentes. Segundo dados do disque 100 (Disque Denúncia Nacional-DDN) o Maranhão é o segundo estado do Brasil com maior número de denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo a capital São Luís a terceira no *ranking* nacional de denúncias. No decorrer da sua história tem se configurado por “leilões de meninas virgens”, “emasculação de meninos” além das outras formas de violência comum aos outros estados do Brasil. A Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), ligada ao Governo do Estado, mantém o “Projeto Florescer” para atender casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, buscando manter a garantia das medidas de proteção de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Seguindo o movimento da política de enfrentamento a essa questão o “Seminário Sobre Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, intitulado “Nem Sempre Quem Cala Consente” foi realizado no período de 16 a 19 de abril de 2002 para elaboração do Plano Estadual. A sua regulamentação e aprovação deu-se através da Resolução 06/02 realizada em Plenária Extraordinária com o objetivo de garantia de efetivação das políticas levando-se em consideração as especificidades locais.

O Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Maranhão, elaborado em 2002, apresentou objetivos para o eixo da Prevenção, envolvendo a educação na especificidade da exploração sexual. As ações propostas no referido Plano visam à orientação e capacitação dos trabalhadores do turismo e à elaboração de um manual de orientação e normas de conduta para os turistas e para a população.

Para a realização dessas ações foram sugeridas algumas metas como criar através da mídia campanhas de divulgação sobre a legislação que pune os abusadores e exploradores sexuais em todos os setores do mercado turístico; realizar eventos formativos para os trabalhadores do turismo; e garantir a efetivação do Código de Conduta referente à violência sexual. As instituições responsáveis por essas ações e as parcerias envolvem a rede hoteleira, agências de viagem, Ministério Público, Sindicato dos Taxistas, Guias de Turismo e os Meios de Comunicação.

Mesmo com as ações propostas, a atualização das estatísticas dos Programas de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes revelam números preocupantes que tendem a crescer com a violação dos direitos legais constituídos. Os dados abaixo ressaltam um número quatro vezes maior de meninas em relação ao número de meninos com uma diferença de 4,5 casos e a incidência duas vezes maior na faixa etária de vulnerabilidade entre 12 e 18 anos, em torno de 2,8 casos a mais, denunciando a fragilidade do sistema de proteção.

Quadro 05 - Estado do Maranhão

Estado	Região	Reg. sex. Masculino	Reg. sex. Feminino	Faixa idade(11 anos)	Faixa idade(12 a 18 anos)	Total de Registros
Maranhão	Nordeste	386	1638	477	1372	1103
Total:		386	1638	477	1372	1103

Fonte: Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2010).

Concretamente a contradição se apresenta no quadro de negligência a que estão expostas crianças e adolescentes nas mais diversas instâncias políticas. Com a impunidade e o desrespeito as violações continuam a ceifar vidas e cidadanias abortadas antes mesmo de serem construídas ideologicamente.

3.2 Piauí: a pobreza como porta de entrada

Localizado a noroeste da região Nordeste, tem como limites o oceano Atlântico, Ceará e Pernambuco ao leste, Bahia ao sul e sudeste, Tocantins a sudoeste e Maranhão ao oeste e noroeste. Piauí vem da língua tupi que significa rio das piabas e ocupa uma área maior que o Reino Unido.

Teresina foi a primeira capital planejada do Brasil, considerada "A Rainha do Nordeste", é a única capital nordestina fora do litoral, fundada em 1852 conhecida como Mesopotâmia do Nordeste por se encontrar entre dois grandes rios. O Encontro dos Rios tem sido um de seus pontos turísticos, que tem nas ruas bem traçadas antigos casarões históricos sendo a porta de entrada para o turismo no estado. No norte do estado encontra-se o famoso Delta do Rio Parnaíba que atrai turistas do mundo inteiro e esportistas que praticam *surf* e esportes similares, aproveitando os fortes ventos da região. Na região central encontra-se o Parque Ecológico com quedas d'água e o Cânion do Rio Poti.

O sul do estado abriga os mais importantes sítios arqueológicos do Brasil: Os Parques Nacionais - o Parque Nacional Serra da Capivara, com vestígios do homem da pré-história e onde fica o Museu do Homem Americano, o Parque Nacional de Sete Cidades e o Parque Nacional da Serra das Confusões. Destaca-se na cultura do estado a realização do Festival de Inverno de Pedro II desde 2005, cidade conhecida como a Suíça Piauiense por ter clima de montanha e por abrigar o mirante do Gritador localizada na Serra dos Matões com altitude de 700 m, sendo um evento importante para a região.

Conforme dados do IBGE (2011) o Piauí figura como um dos estados mais pobres da federação abrigando um grande percentual de pessoas em situação de extrema pobreza, apesar de “contar no setor de mineração com a Vale do Rio Doce, em operação no município de Capitão Gervásio Oliveira, onde foi encontrada a segunda maior reserva de níquel do Brasil” (OIT, 2007, p. 114). É um dos estados com mais pontos vulneráveis de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais nas rodovias BR-222, BR-230, BR-316, BR-343 (OIT, 2007, p. 115-116), conforme mapeamento realizado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) em 2012, denominada Operação Temática de Direitos Humanos. O turismo sexual

infantojuvenil no estado desponta como um dos graves problemas que mesmo com a criação em 2004 da Comissão de Investigação e Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CICESCA) aumenta consideravelmente.

As ações inseridas no seu Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, elaborado em dezembro de 2006, na perspectiva da prevenção aponta para a articulação com as escolas, secretarias de educação e saúde para a inserção de conteúdos sobre a Doutrina de Proteção Integral e ECA. Contempla também a criação de planos de formação para professores, agentes de saúde e famílias na identificação das violações e promoção da integração da comunidade escolar com formação sobre violência sexual e os impactos na vida de crianças e adolescentes.

Assume como metas para o período 2007-2008 o Plano de Formação de Professores e comunidade escolar para utilização dos instrumentos legais e de orientação como o ECA e o Guia Escolar (IPPÓLITO, 2003). Propõe a inclusão do tema no Plano de Educação e Saúde do estado e nos currículos das escolas e universidades públicas e privadas, a utilização dos espaços midiáticos para formação de multiplicadores em prevenção. Os números alarmantes de crianças e adolescentes vítimas da violência sexual são de uma grande discrepância entre os gêneros em uma faixa etária que expõe a condição da infância no estado.

Quadro 06 - Estado do Piauí

	Estado	Região	Reg. sex. Masculino	Reg. sex. Feminino	Faixa idade(11 anos) de	Faixa idade(12 a 18 anos) de	Total de Registros
	Piauí	Nordeste	193	663	227	581	423
	Total:		193	663	227	581	423

Fonte: Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2010).

Este quadro explicita a condição em que meninas e adolescentes do sexo feminino figuram como três vezes mais o número de meninos e adolescentes do sexo masculino com uma diferença em torno de 3,4 a quantidade registrada. A faixa etária mais exposta permanece sendo a de 12 a 18 anos com o dobro de casos registrados em torno de 2,5 mais do que a faixa de idade que vai até 11 anos.

3.3 Ceará: as máscaras urbanas

O estado do Ceará tem por limites o oceano Atlântico ao norte e Rio Grande do Norte a nordeste, Paraíba a leste, Pernambuco ao sul e Piauí a oeste. Conhecido nacionalmente pela

beleza de seu litoral e pela imagem de berço de talentos humorísticos. Também conhecida como “Terra da Luz” numa referência à grande quantidade de dias ensolarados, remonta também ao fato de o estado ter sido o primeiro da federação a abolir a escravidão quatro anos antes da Lei Áurea, em 1884. Tem como símbolo do povo e de sua cultura, a jangada, comum em toda a sua costa litorânea. Possui uma malha rodoviária com pontos vulneráveis à exploração sexual infantojuvenil nas rodovias das BR-020, BR-116, BR-222 (OIT, 2007, p. 111-112).

Caracteriza-se como um estado que possui uma localização geográfica estratégica em relação às rotas aéreas internacionais, diferenciando-se pelos altos índices de desigualdades sociais e econômicas. Esses fatores, somados a outros, consolidam um terreno fértil à exploração comercial e sexual de seres humanos, incluindo o segmento mais vulnerável de crianças e adolescentes (SETFOR, 2008).

Sua capital Fortaleza se sustenta economicamente com parte do fluxo gerado pelo turismo, que tem uma variada estrutura de serviços de qualidade. Por “trás das cortinas” dessa estrutura “encontram-se práticas legitimadoras, e por vezes, fomentadoras desse gênero de atividade turística criminosa, constituindo-se em polo central do turismo sexual e de suas variadas formas de violência” (SETFOR, 2008, p. 36), dimensionando o elevado grau de exploração sexual de crianças e adolescentes nas ruas da capital. Fortaleza abriga o Beach Park, considerado como o maior parque aquático da América Latina recebendo cerca de 1 milhão de visitantes por ano. Tem o segundo maior PIB do Nordeste, e o 10º maior do país. Algumas cidades “se destacam pela religiosidade, como é o caso de Canindé, Quixadá e a famosa Juazeiro do Norte onde viveu o Padre Cícero. A cidade atualmente abriga um memorial, uma biblioteca e um museu vivo em homenagem ao religioso” (OIT, 2007, p. 110).

Várias pesquisas realizadas no estado ampliam o leque de análise sobre a questão da Exploração Sexual Infantojuvenil no Turismo de Fortaleza. Uma delas realizada pela Secretaria de Turismo de Fortaleza (SETFOR), em 2008, revelou o perfil de crianças e adolescentes, a gravidade da situação de vulnerabilidade, a pouca idade diante de todo tipo de exploração à noite em estradas, avenidas e excluídas do processo escolar. Não se vê no lugar de oprimido, pelo contrário,

Crianças e adolescentes de nossa cidade não têm consciência da exploração que vivenciam e chegam a afirmar que o tolo é o outro, que o gringo é aquele fácil de ser “enrolado”, como uma artimanha própria daqueles que não conseguem ver, porque o conscientizar-se é paralisador (SETFOR, 2008, p. 86).

A pesquisa aponta o grau de instrução das crianças e adolescentes com dados preocupantes: 43,4% estão cursando, ou cursaram e não concluíram o ensino fundamental, 23,3% concluíram o ensino fundamental e 18,6% estão com o ensino médio incompleto. 9,3% são alfabetizados e somente 2,3% têm o ensino médio completo e 2,3% são analfabetos. Estes dados contradizem uma realidade de universalização, democratização e acesso à educação. O referido relatório revela que 52,7% das crianças e adolescentes afirmaram não estarem frequentando a escola mesmo com a existência dos programas sociais de inclusão educacional e a legislação específica a ser cumprida pelos familiares das crianças e adolescentes.

Outra pesquisa realizada pelo Fórum Cearense de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes sobre uma amostra de mil turistas italianos desembarcados no aeroporto de Fortaleza; à pergunta sobre que tipo de turismo foram fazer no Brasil, 58% dos entrevistados admitiram candidamente que era turismo sexual. Este fato revela segundo o Fórum a banalização e a impunidade de quem pratica o turismo sexual com crianças e adolescentes.

O contexto do turismo sexual de Fortaleza, conforme a pesquisadora Piscitelli (2007), favorece a migração, mas nem sempre é vinculada “a inserção de brasileiras na indústria do sexo no exterior” (PISCITELLI, 2007, p. 741). Na pesquisa realizada entre casais de brasileiras com italianos, com relacionamentos iniciados a partir do turismo sexual, apontam para a heterogeneidade das migrações associadas ao turismo sexual, no terreno ambíguo da sexualidade, onde as entrevistadas deixaram o país convidadas por turistas sexuais e encontraram no casamento uma via de saída da indústria do sexo, desmistificando alguns traços vinculados à brasilidade.

O Plano Estadual foi elaborado em 2002 mantendo as mesmas propostas dos outros estados que tomaram como parâmetro referencial o Plano Nacional considerado marco teórico da temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Portanto, as ações postas no Plano Estadual apontam para a inclusão de conteúdos sobre os direitos da criança e do adolescente e de prevenção à violência sexual nos currículos, em toda a rede de ensino e em todos os níveis; acesso de crianças e adolescentes em situação de risco e suas famílias a políticas sociais; o envolvimento das redes familiares, de vizinhança e comunitárias na prevenção da violência sexual; na capacitação de agentes comunitários, profissionais de educação de saúde e demais operadores de políticas públicas sobre a prevenção e proteção contra a violência sexual e ocupação de espaços na mídia para prevenção da violência sexual.

Como metas pensadas para atingir essas ações a inclusão do ECA nos conteúdos escolares, com ênfase nas questões de violência sexual é prioridade. A garantia de prioridade

absoluta ao acesso, permanência e sucesso escolar, com inclusão obrigatória nos programas de saúde, educação, renda mínima, geração de emprego e renda, entre outros; a inclusão do tema da prevenção à violência sexual nos trabalhos com famílias, em programas de rádio, TV e jornais de circulação e internet. Todas essas ações precisam de monitoramento para sua efetivação, visto que o estado do Ceará lidera a região Nordeste como uma das maiores incidências de crianças e adolescentes explorados sexualmente.

Quadro 07 - Estado do Ceará

	Estado	Região	Reg. sex. Masculino	Reg. sex. Feminino	Faixa idade(11 anos)	Faixa idade(12 a 18 anos)	Total de Registros
	Ceará	Nordeste	628	2293	758	1918	1626
	Total:		628	2293	758	1918	1626

Fonte: Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2010).

Os registros no estado corroboram com a maioria das estatísticas levantadas, com o triplo do número de casos incidentes no sexo feminino situando-se por volta de 3,6 vezes mais. Essa distância entre um e outro tem sido duas vezes maior o registro na faixa etária de 12 a 18 anos com uma diferença de 2,5 mais de casos notificados.

3.4 Rio Grande do Norte: turismo sol e mar

O estado do Rio Grande do Norte tem por limites o oceano Atlântico ao norte e leste, a Paraíba ao sul e o Ceará a oeste. Sua localização geográfica forma um vértice a nordeste da América do Sul, sendo conhecido como "uma das esquinas do continente", posição que também lhe confere uma grande projeção para o Atlântico, a maior dentre os estados brasileiros. Tem um litoral, com uma extensão aproximada de quatrocentos quilômetros, é um dos mais famosos do Brasil, responsável pela produção de mais 95% do sal brasileiro. Em sua malha rodoviária possui pontos de vulnerabilidade à exploração sexual infantojuvenil nas rodovias da BR-101, BR-110, BR-226, BR-304, BR-405, BR-406, BR-427 (OIT, 2007, p. 105-108).

O estado tem diversos pontos turísticos desde sítios arqueológicos, destacando-se “por suas belezas naturais com praias de águas cristalinas, calmas e mornas, com areia branca fina, coqueirais e piscinas naturais” (OIT, 2007, p. 104) até polos de ecoturismo. Alguns deles como o maior cajueiro do mundo em Parnamirim, o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno e o Centro de Turismo de Natal, a Fortaleza dos Reis Magos construída no final do

século XVI, dromedários nas dunas de Genipabu. O Atol das Rocas é considerado patrimônio cultural pela UNESCO. O turismo vem sendo a segunda fonte de renda do estado que segundo a SETUR vem sendo visitado por mais de dois milhões de turistas. Devido à sua localização geográfica o estado é o que mais recebe investimentos estrangeiros no país.

Sua capital Natal foi sede da elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, em junho de 2000, com a participação de representantes dos poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público, órgãos dos Executivos Federal, Estadual e Municipal, e organizações não governamentais nacionais e internacionais. O Plano, iniciativa da sociedade civil e validado por 160 instituições sociais, constitui-se num instrumento de denúncia, levantamento da situação, de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes. Também foi sede da elaboração do Código de Conduta do Turismo contra Exploração Sexual Infantojuvenil. O Código de Conduta, Experiência pioneira no Brasil foi elaborado levando em consideração as normas estabelecidas em documentos nacionais e internacionais, como: o Código Mundial de Ética no Turismo, a Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o Estatuto da Criança e do Adolescente do Brasil e a Declaração e Plano de Ação do Congresso Mundial contra Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes.

A participação da Organização Não Governamental Casa Renascer, fundada em 02 de janeiro de 1991, com o objetivo de um trabalho preventivo, trabalhando com crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social assumiu também a responsabilidade nesse trabalho. Suas ações se ampliam para assessoria técnica, capacitação, qualificação profissional com tentativas de inserção nos espaços coletivos para adolescentes, famílias e comunidade em geral. Tornou-se o primeiro CEDECA com atuação no Rio Grande do Norte garantindo a defesa jurídico-social dos casos de violência sexual.

No estado, sendo comum as cenas de meninas morando nas ruas e tendo no consumo de drogas uma de suas principais causas, as ocorrências se tornam corriqueiras, pelo fato de grande número de turistas, provenientes de países mais desenvolvidos incentivarem tal situação.

No último dia 31 de Março, 70 policiais federais invadiram a discoteca Hollywood na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, e detiveram 110 estrangeiros, entre eles vários Espanhóis, acusados de incentivar a prostituição infantil. Durante a semana foram registradas mais de 500 intervenções e outros 78 detidos nos locais próximos à praia em Natal, um dos epicentros do *Turismo Sexual* (REPRESSÃO..., 2006).

A Rede Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte (REDH-RN, 2006) com o projeto de circulação do jornal digital *Tecido Social*, como seu principal veículo de comunicação, declarou que submetidos às leis do capitalismo global, os grandes grupos econômicos de outros países têm se apoderado de porções do território brasileiro para incentivar essa indústria lucrativa, a promoção e comercialização do último reduto de dignidade daqueles que sobraram como mão de obra excedente, sendo o próprio corpo a mercadoria mais rentável. Neste sentido os turistas que praticam o turismo sexual com crianças e adolescentes não são

bons rapazes honestos e trabalhadores que depois de um ano de labuta têm direito de se divertir e que fazem até o bem de meninas pobres em um país onde os costumes são mais abertos, como eles próprios muitas vezes se autorrepresentam e como são percebidos por muitos, distorcendo em função do próprio interesse a imagem do Brasil e dos brasileiros, mas são exploradores de povos oprimidos, novos colonizadores, verdadeiros escravocratas contemporâneos e como tais devem ser vistos e tratados (REDH-RN, 2006).

As ações do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, elaborado em 2002, têm como ações a inclusão de conteúdos sobre os direitos da criança e do adolescente e de prevenção à violência sexual nos currículos, em toda a rede de ensino e em todos os níveis, com acesso às políticas sociais. Capacitação e conscientização de familiares, profissionais e comunidade e a prevenção nos espaços midiáticos e internet. Como metas, são necessárias: inclusão do ECA nos conteúdos escolares pela via da implementação dos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais; garantia de acesso, permanência e sucesso escolar com prioridade para o ensino infantil e médio; inclusão nos programas sociais e nos espaços de cultura e prevenção, orientação e divulgação nos espaços midiáticos e no mundo da informática.

Sendo um dos estados mais visitados por turistas, o quadro abaixo expressa a quantidade que aparece nas estatísticas, ficando submersa outra quantidade que não aparece por questões diversas, as quais passam despercebidas, sem entrarem no rol da assistência, fazendo coro ao silêncio que ainda impera em torno do tema. A diferença de registros entre o sexo masculino e o feminino gira em torno de 3,1 vezes mais para o sexo feminino. A faixa etária com maior número de casos registrados figura em torno de 2,6 a mais entre 12 e 18 anos, confirmando a mesma tendência dos outros estados em relação a essa vulnerabilidade na incidência da adolescência exposta no quadro a seguir.

Quadro 08 - Estado do Rio Grande do Norte

Estado	Região	Reg. sex. Masculino	Reg. sex. Feminino	Faixa de idade(11 anos)	Faixa de idade(12 a 18 anos)	Total de Registros
Rio Grande do Norte	Nordeste	300	946	309	825	646
Total:		300	946	309	825	646

Fonte: Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2010).

3.5. Paraíba: venda das filhas para o sustento

O estado da Paraíba situa-se no leste da região Nordeste e limita-se ao norte com o estado do Rio Grande do Norte, a leste com o oceano Atlântico, ao sul com Pernambuco e a oeste com o Ceará. Com uma área pouco menor que a Croácia, corresponde a 56.439 km², possui em sua malha rodoviária pontos vulneráveis à exploração sexual infantojuvenil nas rodovias BR-101, BR-104, BR-230, BR-412 (OIT 2007, p. 101-102).

O paraibano é fruto de uma forte miscigenação entre o branco europeu, os índios locais e os negros africanos. Sua população é essencialmente mestiça. Sendo berço de vários notáveis poetas e escritores brasileiros como Augusto dos Anjos, José Américo de Almeida, José Lins do Rêgo, Pedro Américo (este mais conhecido por suas pinturas de cenas da História nacional), Assis Chateaubriand (mais conhecido por ter fundado os Diários Associados, a TV Tupi e o MASP) entre muitos outros. O estado também deu origem a um dos economistas mais influentes da história latino-americana: Celso Furtado.

A cidade de João Pessoa, capital do estado, é conhecida turisticamente como "a cidade onde o sol nasce primeiro". Com uma posição geográfica privilegiada, localiza-se em seu território "a Ponta do Seixas, ponto mais oriental das Américas" (OIT, 2007, p. 100). Além disso, a Paraíba é palco de uma das maiores festas populares do Brasil, "O Maior São João do Mundo", na cidade de Campina Grande.

Nesse estado os municípios citados na Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (2012) como rotas do tráfico e exploração sexual foram Alhandra, Areia, Bayeux, Cabedelo, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Campina Grande, Catingueira, Conceição, Conde, Coremas, Desterro, Guarabira, Itabaiana, João Pessoa, Mamanguape, Monteiro, Patos, Pirpirituba, Pombal e Princesa Isabel.

A pobreza do estado expõe meninas e adolescentes que são usadas na exploração sexual pelos próprios pais como forma de sustento da família, nas ruas ou em programas a

bordo de navios de carga e barcos de pesca. O Relatório da CPMI de 2000 apresentou dados da Paraíba indicando a publicação de pessoas indiciadas, porém não havendo por parte da justiça, a devida apuração dos fatos pelo Ministério Público Estadual. Muitos dos indiciados, foram, inclusive eleitos prefeitos, vice-prefeitos, deputados e vereadores nas eleições anteriores. Conhecido como o estado que registrava o maior número de casos de exploração sexual arquivados no Brasil.

Sendo um dos poucos estados da região Nordeste a participar da implantação do Plano Piloto do PAIR, na cidade de Campina Grande, segunda cidade mais populosa do estado, juntamente com o estado da Bahia. Em sua avaliação final “os dados revelam que não se conseguiu criar no município uma sistemática de trabalho em rede [...] não foram apresentados pelos diversos atores envolvidos dados que revelem com clareza a diminuição da violência sexual contra crianças e adolescentes” (AMORIM; CONTINI; MEZA, 2008, p. 170). Ainda conforme o relatório de avaliação final “não foi assegurada no atendimento [...] a garantia de espaços de atendimento psicológico para profissionais da Rede, a criação de programa para atender o agressor, implementação de retaguarda e serviço para atender as famílias” (AMORIM; CONTINI; MEZA, 2008, p. 171) deixando a recomendação para sua expansão, a necessidade de dispositivos de garantia de compromisso, responsabilidade legal e fiscal por parte dos gestores e o envolvimento das representações do Sistema Judiciário na participação e compromisso.

As ações do Plano Estadual revisitado em 2012 para continuidade das ações propostas no Plano elaborado em 2002, avançam no sentido da operacionalização de forma mais próxima da educação quando propõe a exigência do cumprimento da Lei 12.525/2007 que trata sobre a inclusão do ECA no currículo do ensino fundamental e a realização de atividades educativas na rede de ensino pública e privada envolvendo redes familiares e comunitárias na prevenção da violência sexual. As metas estão contempladas na formação sistemática de profissionais da área da educação com produção e distribuição de material didático. Ainda pontua que necessário se faz ocupar os espaços midiáticos como garantia de acesso às possibilidades de geração de renda e a conscientização do dever de notificação rompendo com os pactos de tolerância com a violência sexual.

Quadro 09 - Estado da Paraíba

	Estado	Região	Reg. sex. Masculino	Reg. sex. Feminino	Faixa idade(11 de anos)	Faixa idade(12 a 18 de anos)	Total de Registros
	Paraíba	Nordeste	298	950	337	811	623
	Total:		298	950	337	811	623

Fonte: Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2010).

Os dados preocupantes conforme quadro acima explicitado confirmam um número em torno de 3,1 registros a mais para o sexo feminino em detrimento do sexo masculino e uma ocorrência maior em torno de 2,4 para a ênfase na adolescência, enquanto uma fase de exposição a esta cooptação.

3.6 Pernambuco: o sexo-turismo e o tráfico de drogas

Localiza-se no centro-leste da região Nordeste, limita-se ao norte com o estado da Paraíba, a noroeste com o Ceará, a sudeste com Alagoas, ao sul com a Bahia, a oeste com o Piauí e a leste com o oceano Atlântico. Ainda pertencentes ao seu território fazem parte os arquipélagos de Fernando de Noronha e São Pedro e São Paulo. Sua malha rodoviária expõe pontos de vulnerabilidade de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias da BR-101, BR-104, BR-232, BR-423 (OIT, 2007, p. 89-90).

Uma das primeiras regiões do país a ser ocupada pelos portugueses foi o mais importante polo econômico e um dos principais núcleos políticos do período colonial. O turismo no estado de Pernambuco oferece diversas atrações históricas, naturais e culturais. As principais localidades turísticas do estado são Fernando de Noronha, Porto de Galinhas, Cabo de Santo Agostinho, Olinda, Recife, Igarassu, Itamaracá, Gravatá, Triunfo, Garanhuns e Caruaru.

Recife, sua capital, conhecida como *Mauritsstad* (Cidade Maurícia) foi a capital do Brasil holandês, considerada a mais urbanizada e mais próspera cidade do continente americano. É também a mais antiga capital brasileira fundada em 1537 (OIT, 2007, p. 88). Constituindo o maior aglomerado urbano do estado a região metropolitana do Recife, um dos principais polos industriais do país, abriga o maior porto tecnológico do Brasil, o Porto Digital.

O estado de Pernambuco adota o Código de Conduta Ética em 2007, para tentativas de diminuir os casos de exploração sexual com divulgação da sua proposta de conscientização da população para este tipo de crime, a que estão expostas as crianças e adolescentes com a

pobreza extrema e a falta de perspectiva da população. Elaborado coletivamente, faz a opção por uma aliança estratégica entre organizações não governamentais, poder público e iniciativa privada com o objetivo de mobilizar, articular e garantir as políticas públicas de proteção à infância e adolescência no turismo de Pernambuco. Tem sido um mecanismo de “instrução, educação e sensibilização junto aos colaboradores da cadeia produtiva do setor turístico para que sejam agentes de proteção ao respeito e à dignidade de crianças e adolescentes” (VASCONCELOS; GONÇALVES; FUCKS, 2012, p. 19).

Em 2010, cria a Diretoria de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA) que posteriormente é transformada em Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente da Polícia Civil (GPCA), período em que elaborou uma cartilha de orientação, não só para crianças e adolescentes e a comunidade em geral, mas também para policiais no sentido de como agir com os “principais procedimentos a serem adotados por um policial diante de uma situação flagrancial de crime de exploração sexual de crianças ou adolescentes” (MONTENEGRO, 2012, p. 45).

Em 2013, com a reconfiguração na estrutura da Polícia Civil de Pernambuco, a GPCA passa de Gerência a Departamento, recebendo a designação de Departamento de Polícia, voltando à designação da sigla DPCA. A DPCA assume a competência de proteção às crianças e adolescentes com seus direitos violados, apurando os crimes praticados contra esse segmento social, como também a apuração dos atos infracionais praticados por adolescentes. Cabe ainda ao DPCA a fiscalização de locais de diversão pública com o objetivo de garantir a aplicação do que determina o ECA com relação a esses estabelecimentos. O estado conta em sua estrutura de atendimento com delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes apenas nos municípios de Recife, Jaboatão dos Guararapes e Paulista, sendo insignificante diante do tamanho do estado e o número de municípios existentes. Tem também a atuação efetiva de algumas ONGs, desde os anos de 1980, sendo referência na região Nordeste, pela sua história e atuação como a Casa de Passagem e o Coletivo Mulher Vida, em Recife.

O turismo no Recife assume a característica de sexo-turismo que aliada ao tráfico de drogas aumenta o seu grau de complexidade. Os crimes envolvendo o abuso e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes têm registros escassos com a não efetivação das denúncias, o que dificulta uma análise mais detalhada, praticamente impossibilitando qualquer análise com relação à prática desses crimes por turistas, conforme informações fornecidas pela GPCA. Somada a outras atividades ilícitas que possuem um alto grau de

invisibilidade, aponta o não mapeamento do problema da exploração sexual segundo Relatório da UNICEF (2005).

O Plano Estadual elaborado em 2003 para execução no triênio 2003-2005, foi revisado só em 2007 e consolidado em 2008 com o Plano Decenal vigente até 2017, com metas e investimentos a curto, médio e longo prazo. Momento significativo de parceria com a Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado e o Childhood – Brasil. Os dados da violência contra crianças e adolescentes têm aumentado, conforme registros da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA)³³.

Em 2006, foram registrados 4.652 crimes praticados contra crianças e adolescentes. Dentre esses, 13,3%, isto é, 622 foram crimes de natureza sexual praticados contra a criança e o adolescente. No ano de 2007, foram registrados 4.611 crimes praticados contra a criança e o adolescente, sendo que 641 caracterizados como de natureza sexual, que representam 13,9%. No período de janeiro e fevereiro de 2008, já foram registrados 785 crimes praticados contra crianças e adolescentes, sendo que, desses, 104 são de natureza sexual, ou seja, 13,2%. Analisando os dados, verifica-se que, nesses três últimos anos, houve uma média mensal de 53 registros de crimes de natureza sexual praticados contra crianças e adolescentes (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2008, p. 18).

O aumento da violência tem exigido políticas concretas e eficazes de curto prazo para amenizá-la. Um diferencial, apresentado no Plano Decenal, em relação aos outros estados com um eixo de trabalho a mais, acrescido especificamente de Formação e Qualificação para os profissionais do Sistema de Garantia de Direitos³⁴, poderá melhorar esse quadro, mas não a curto prazo. A atuação qualificada nos eixos promoção, controle e defesa de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, extensivo aos profissionais da educação, saúde, atendimento de média e alta complexidade, policiamento, operadores dos Conselhos Tutelares, Instituto Médico Legal, Defensorias e Centros de Defesa, necessita de investimentos e compromisso do estado para sua efetivação e manutenção. A violência só aumenta, com um índice bem maior entre os estados da região Nordeste e uma diferença entre os gêneros que chama a atenção pela sua intensidade no sexo feminino.

³³ A GPCA não possui a estrutura necessária para atender todo o estado de Pernambuco. Atua na capital e na Região Metropolitana. Portanto, esses dados não abrangem a realidade do estado. Nos demais municípios do estado, os crimes de natureza sexual praticados contra crianças e adolescentes são subnotificados, em razão de vários fatores, entre eles, a ausência de serviços especializados na área de Segurança Pública e do Sistema de Justiça (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2008).

³⁴ É um conjunto articulado de ações do Governo e da Sociedade Civil, previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, para garantir a execução de suas determinações. As instituições que integram o SGD são encarregadas da elaboração, controle e fiscalização das políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência. Disponível em: <<http://www.estacaodajuventude-ba.org.br/transformese.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

Quadro 10 - Estado de Pernambuco

Estado	Região	Reg. sex. Masculino	Reg. sex. Feminino	Faixa de idade(11 anos)	Faixa de idade(12 a 18 anos)	Total de Registros
Pernambuco	Nordeste	638	2298	725	1971	538
Total:		638	2298	725	1971	538

Fonte: Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2010).

Esta diferença de 3,6 vezes mais casos notificados do sexo feminino em relação aos casos referentes ao sexo masculino torna-se recorrente mesmo sendo um dos estados que tem uma estrutura de retaguarda no Sistema de Garantia de Direitos com um Departamento Especializado para controle e monitoramento. E a confluência dos acontecimentos na faixa de idade correspondente à adolescência em torno de 2,7 maior que na idade referente à infância também tem sido uma constatação declarada da adolescência no estado.

3.7 Alagoas: o limite entre o abandono e a pobreza

Situado a leste da região Nordeste, limita-se ao norte e noroeste com Pernambuco, ao sul com Sergipe, a sudoeste com a Bahia e a leste com o oceano Atlântico. Ocupa uma área ligeiramente maior que o Haiti. Um dos maiores produtores de cana-de-açúcar e coco-da-baía do país. Terra do sururu, marisco das lagoas que serve de alimento à população do litoral, e da água de coco e possui um folclore rico. A invasão holandesa em Pernambuco se estendeu a Alagoas provocando a fuga de escravos negros o que criou o problema de falta de mão de obra nas plantações de cana. O seu litoral se tornou palco de violentos combates, enquanto que, nas serras de seu interior, multiplicaram-se os quilombos, com os africanos evadidos dos engenhos de Pernambuco e da Bahia, até fins do século XVII, com a destruição de Palmares, o quilombo mais populoso e importante do Brasil.

Sua capital é a cidade de Maceió. Sua costa foi reconhecida desde as primeiras expedições portuguesas; desde cedo também foi visitada por embarcações de outras nacionalidades para o escambo de pau-brasil. Compõe “230 km com praias, coqueirais e piscinas naturais em alto-mar” (OIT, 2007, p. 96) e uma malha rodoviária com pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias da BR-101, BR-104, BR- 316 (OIT, 2007, p. 97).

Os destinos turísticos mais procurados no estado além da Praia de Pajuçara, em Maceió, são Maragogi, Japaratinga, Barra de São Miguel, Piaçabuçu, Marechal Deodoro e

Penedo, este último tem um grande potencial turístico e histórico, além de festejos de Bom Jesus dos Navegantes com balsas que atravessam desde Alagoas até Sergipe e voltam a Penedo com o festejo da chegada das embarcações.

O Plano Estadual contém ações para a criação do “Projeto de Lei”, a conscientização das famílias dos riscos da exposição de crianças e adolescentes à violência sexual, a garantia do estudo e discussão do tema “sexualidade” dentro das escolas, nos grêmios estudantis e conselhos escolares e círculos de pais e mestres, capacitação e sensibilização dos profissionais de educação e saúde. As metas a alcançar pela via do controle de *sites* da internet, capacitações, divulgações inclusive do “Disque-violência” e encaminhamentos de inclusão aos serviços de políticas públicas são esperadas pela população.

Quadro 11 - Estado de Alagoas

Estado	Região	Reg. sex. Masculino	Reg. sex. Feminino	Faixa de idade(11 anos)	Faixa de idade(12 a 18 anos)	Total de Registros
Alagoas	Nordeste	155	631	219	505	417
Total:		155	631	219	505	417

Fonte: Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2010)

O estado de Alagoas possui uma estatística das mais preocupantes em relação à diferença entre os gêneros na região. Este número aumenta para 4,0, quatro vezes mais meninas exploradas sexualmente do que os meninos. A faixa etária vulnerável mantém uma existência de ocorrências em torno de 2,3 mais adolescentes registrados.

3.8 Sergipe: a escravidão

O menor dos estados brasileiros, situado na região Nordeste tem por limites o oceano Atlântico a leste e o estado da Bahia, a oeste e ao sul, e de Alagoas, ao norte, do qual está separado pelo rio São Francisco. Ocupa uma área pouco maior que Israel.

O turismo no estado começa pela capital e maior cidade, Aracaju. Com destaque para suas praias, os passeios de catamarã pelo rio Sergipe e o passeio pelo rio São Francisco, no município de Brejo Grande, que faz divisa com o estado de Alagoas levando os turistas até a foz do rio. Sua malha rodoviária apresenta pontos vulneráveis à exploração sexual infantojuvenil exclusivamente na BR-101 (OIT, 2007, p. 131).

O rio São Francisco foi represado para a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, formando um lago de raríssima beleza. A visita ao "Paraíso do Talhado" no lago da

hidrelétrica é obrigatória a todos aqueles que vão conhecer o Cânion de Xingó, que se situa na divisa dos estados de Sergipe, Bahia e Alagoas. O Museu de Arqueologia de Xingó expõe a história da civilização local, sendo administrado pela Universidade Federal de Sergipe. Os festejos juninos do estado também são muito comemorados. A cultura “guarda em sua tradição a influência indígena, portuguesa e negra. Suas manifestações culturais incluem o reisado (dança do período natalino), o cacumbi (apresentado na procissão de Bom Senhor dos Navegantes e no dia de Reis) e as taieiras (festejo realizado na igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito) (OIT, 2007, p. 130).

Sobre o turismo sexual, na década de 1990 foi realizada uma pesquisa sobre a exploração sexual infantojuvenil através do governo do Estado com apoio da UNICEF. Observou-se que o modelo de exploração na época era caracterizado pelo confinamento das meninas em prostíbulos ocupados por 308 adolescentes, com faixa etária de 8 a 17 anos, sendo em sua maioria pardas, negras, pobres, analfabetas, mantidas em regime de escravidão.

O Plano Estadual elaborado em 2009, o último da região Nordeste, tem em seu conjunto de ações a capacitação em redes para os profissionais das áreas da educação, saúde, assistência social e segurança na perspectiva da prevenção. Este trabalho será extensivo aos gestores, escolas e comunidades, promovendo o fortalecimento das redes comunitárias que trabalham com famílias e crianças em situação de risco. As metas estabelecidas para o objetivo dessas ações estão articuladas intersetorialmente para qualificação de profissionais das áreas de educação e saúde, inclusão do tema da violência sexual nos currículos da Educação Básica e nos projetos político-pedagógicos das unidades escolares, como a capilarização de parcerias com as associações comunitárias para garantia do acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola e na rede socioassistencial dos municípios.

Com a mudança do cenário, após a construção da Orla de Atalaia, principal ponto turístico da capital sergipana, as meninas estão distribuídas por toda a orla, próximas a hotéis e restaurantes. As notificações abaixo realizadas via Matriz Intersetorial revelam dados do estado.

Quadro 12 - Estado de Sergipe

Estado	Região	Reg. sex. Masculino	Reg. sex. Feminino	Faixa idade(11 anos) de	Faixa idade(12 a 18 anos) de	Total de Registros
Sergipe	Nordeste	119	360	133	320	245
Total:		119	360	133	320	245

Fonte: Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2010).

Estes dados assumem uma tendência na região com três vezes mais o número de registros do sexo feminino em relação ao sexo masculino, ficando esses acontecimentos com uma diferença por volta de 3,0. Esta diferença também se faz presente quando a taxa de adolescentes se fixa em 2,4 a mais em relação ao registro de crianças vulnerabilizadas sexualmente.

3.9 Bahia: o sexo-turismo

A Bahia ou Baía, referência à Baía de Todos-os-Santos, maior reentrância de mar no litoral desde a foz do rio Amazonas até o estuário do rio da Prata é o estado com o sexto maior PIB do país, situada ao sul da região Nordeste do Brasil e é o maior estado da região, fazendo limites com oito outros estados federados brasileiros: Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Piauí ao norte; Tocantins e Goiás a oeste; Minas Gerais e Espírito Santo ao sul, oceano Atlântico a leste com 900 km, a mais extensa costa de todos os estados do Brasil. Com uma malha rodoviária extensa possuindo pontos de vulnerabilidade de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias da BR-101, BR-116, BR-242, BR-324 e BR-407 (OIT, 2007, p. 84-86). Sendo pouco maior que a França, representa a maior extensão territorial, a maior população, o maior produto interno bruto e também é o estado que mais recebe turistas na região Nordeste.

Constituindo-se como primeiro núcleo de riqueza da América portuguesa, recebeu grande influência africana em especial do Golfo da Guiné, com destaque para o país iorubá e o antigo reino de Daomé. É visível a influência da cultura africana na Bahia na música, na culinária, na religião, no modo de vida da população. Constitui-se o centro da cultura afro-brasileira, com um dos símbolos mais importantes do estado, a negra com o tabuleiro de acarajé, vestida de turbante, colares e brincos dourados, pulseira, saias compridas e armadas, blusa de renda e adereços de pano da costa, a típica baiana.

Possui um alto potencial turístico, além do imenso litoral, a Chapada Diamantina, o Recôncavo, o Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso, no rio São Francisco e outras belezas naturais de valor histórico e cultural. Sua capital Salvador é a cidade com o maior número de afrodescendentes do Brasil. Conhecida como Terra da Felicidade não só por sua população alegre e festiva, mas foi o *slogan* utilizado na década de 1980 pela Empresa Baiana de Turismo (Bahiatursa) com o apoio da EMBRATUR num anúncio internacional com o título em francês “*La terre du Bonheur*” traduzido por A Terra da Felicidade, lembrado pelo pesquisador Dias Filho (2004).

Faz alusão à miscigenação do povo baiano como atrativo turístico e apresenta um catálogo com a frase de abertura: “*L’allégresse et le charme de la mulâtresse, toute la tendresse de Bahia*”, traduzido por: “Na alegria e no charme da mulata toda a meiguice da Bahia” acompanhada da foto de uma mulher mestiça numa pose sensual. Embora o autor não credite intencionalidade ao Governo brasileiro no incentivo desse tipo de comércio, entende que “a contribuição da propaganda oficial e privada – que não foi fiscalizada – teve um papel fundamental para que o Brasil entrasse definitivamente nesse Circuito³⁵ que movimenta milhares de dólares anuais vendendo mulheres, sexo e eventualmente drogas” (DIAS FILHO, 2004, p. 05). Assim, deu-se a consolidação do Brasil como um dos destinos turísticos preferidos para o turismo sexual há mais de 20 anos.

O Plano Estadual elaborado em 2002 e apresentado ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente pontua como objetivo a educação de crianças e adolescentes para o fortalecimento da sua autoestima e defesa contra a violência sexual. A elaboração do Plano teve a participação importante do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (CEDECA-BA), organização não governamental, referência no Nordeste no atendimento psicossocial e jurídico de crianças e adolescentes vitimizados pelas violências sexuais. O CEDECA, “considerado um ator protagonista na construção da história dos Centros de Defesa em todo Brasil e de estratégias de intervenção política, visando à defesa intransigente dos direitos de crianças e adolescentes” (BARBOSA; PAIM, 2003, p. 50), também participou da Coordenação e instrumentalização do PAIR no país. A participação do estado na implantação do PAIR, permitiu “o envolvimento maior entre atores sociais e instâncias envolvidas, viabilizando a constante integração da Rede e o recrutamento de voluntários da comunidade [...] e o fortalecimento de estrutura de recursos humanos e funcionamento dos conselhos tutelares” (AMORIM; CONTINI; MEZA, 2008, p. 113).

As ações do Plano Estadual incluem como ações a executar a inclusão dos conteúdos sobre os direitos da criança e do adolescente e a prevenção à violência sexual nos currículos, em toda a rede de ensino em todos os níveis, o acesso aos benefícios das políticas sociais, o envolvimento das redes familiares, comunitárias e vizinhanças na prevenção e a capacitação dos profissionais envolvidos nas áreas de saúde, educação e operadores do sistema de garantia de direitos e políticas públicas para a prevenção. Ainda propõe a ocupação dos espaços da mídia para prevenção e proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual nos meios de comunicação de massa e na internet.

³⁵ Termo utilizado para denominar a migração de mulheres caucasianas para a prostituição, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

Para execução das ações as metas apontam a inclusão do ECA nos conteúdos escolares, implementação dos Temas Transversais, sobretudo os referentes à Orientação Sexual; inclusão de crianças e adolescentes em programas sociais e de geração de renda, de DST/AIDS, de prevenção ao uso de drogas e de gravidez precoce. A proposta de implantação de espaços de vivência cultural e esportiva visando ao desenvolvimento da cidadania; formação de grupos e associações de famílias como multiplicadores em programas de prevenção e inclusão do tema no pré-natal com conscientização das redes comunitárias de seu papel na prevenção à violência sexual. Ainda prevê a produção e realização de cursos à distância ao nível estadual e municipal, incluindo o tema em programas de rádio e TV e através de *links* com *home pages* e chamadas nos portais de parceiros afins. As estatísticas abaixo confirmam o quadro de violência constatado no estado.

Quadro 13 - Estado da Bahia

Estado	Região	Reg. sex. Masculino	Reg. sex. Feminino	Faixa idade(11 de anos)	Faixa idade(12 a 18 de anos)	Total de Registros
Bahia	Nordeste	1133	4358	1410	3679	2930
Total:		1133	4358	1410	3679	2930

Fonte: Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2010).

Com um alto grau de ocorrências que ultrapassam os cinco mil registros a diferença entre o sexo masculino e o feminino situa-se em torno de 3,8 vezes mais registros. Com uma confluência de 2,6 a mais o número da incidência na faixa etária correspondente à adolescência.

Após a apresentação da particularidade de cada estado da região Nordeste tem-se uma visão panorâmica das suas especificidades. A partir desse cenário inicial com uma visualização do campo de pesquisa centrado na região Nordeste, percebe-se a prevalência do maior número de registros do sexo feminino em detrimento do masculino em todos os estados, confirmando os números estatísticos de outras regiões do país. Expõe a problemática em relação ao recorte de gênero e à questão cultural na dificuldade da denúncia quando o sexo masculino passa a condição de vitimização. Essa distinção torna-se maior nos estados do Maranhão e Alagoas com um registro de diferenciação respectivamente em 4,5 e 4,0 registros a mais do sexo feminino. Em relação à faixa etária, constata-se também a maior incidência localizada na adolescência nos estados do Maranhão e Pernambuco com respectivos registros em torno de 2,8 e 2,7 mais vezes a notificação em detrimento da infância. Se o quadro de abandono em relação à infância tem sido considerado histórico apesar das iniciativas

governamentais, a situação da adolescência denuncia a condição de desamparo e negligência em que se encontra esse segmento populacional. Por um lado pressupõe-se a subnotificação existente em função da complexidade da rede de exploração construída, por outro lado acentua-se a preocupação com a exposição da população infantojuvenil na região. Fato que se evidencia na evasão escolar, na submissão da precarização de trabalho para sobrevivência, na gravidez precoce, na criminalidade dentre outros fatores que debilitam as possíveis estratégias de autonomia e humanização.

O estado de Pernambuco aparece como o único com um diferencial na sua dinâmica de trabalho, o auxílio de um Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente, atendendo na capital e região metropolitana. Como não possui a estrutura necessária para atender todo o estado, nas demais regiões, os crimes de natureza sexual praticados contra crianças e adolescentes são subnotificados pela ausência de serviços especializados, incidindo nos dados registrados no estado.

As propostas educativas contidas nos Planos Estaduais dos 09 estados apontam para a perspectiva preventiva em relação à violência sexual infantojuvenil com articulações previstas com as Secretarias de Educação para implementação dessa temática nos temas transversais e o Sistema de Garantia de Direitos para implantação do trabalho em rede. Nesse sentido, as tentativas apontam caminhos na construção de ações de mobilização que evitem ou diminuam os riscos de violência praticada contra crianças e adolescentes, possibilitando-lhes orientação para a autodefesa. O único estado que utiliza a categoria turismo em seu Plano é o estado do Maranhão, enquanto que os outros estados deixam implícita a questão do turismo inserida na exploração sexual, implicando na sutileza de sua invisibilidade.

Outro aspecto assinalado nas propostas educativas dos Planos Estaduais tem sido o seu redimensionamento temporal na elaboração dos Planos Decenais atualizando as propostas com previsão de posterioridade, fatos estes constatados nos estados de Pernambuco, Paraíba. Quanto a este aspecto ressalta-se a fragilidade política com as articulações locais, dificultando a sua execução como inexperiência de vivência democrática em função da cultura clientelista, colonialista e capitalista. O trabalho com a intersectorialidade sendo complexo, depende do fluxo de atendimento integrado que encontra dificuldades em todas as esferas de governo e sociedade. Esta fragilidade aumenta o problema dos registros de dados que ainda não são confiáveis, com a subnotificação existente, da assistência às demandas identificadas no campo da educação em sua articulação com as outras instâncias e a própria retaguarda para os profissionais da área em seu cotidiano no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Observa-se o distanciamento entre as propostas de prevenção nas ações educativas em pauta nos Planos Estaduais de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes por um lado e a dificuldade de realização dessas ações na concretude da sua realidade por outro. Diante dos indicadores da realidade considera-se a antinomia referida por Freire, P. (2003b) que se atualiza no presente, exigindo uma leitura crítica do contexto vigente, em contínua transição. Paradoxalmente, a exigência documental de aportes teóricos para instrumentalização de ações políticas que não se efetivam na prática, evidenciando inquietações e reflexões que permitem a tomada de decisões na composição de novas indagações para o enfrentamento dessa questão.

Com essa configuração da região Nordeste, pode-se questionar o cumprimento das ações pactuadas em todos os estados com as três esferas governamentais, municipal, estadual e federal nas suas respectivas contrapartidas para a garantia na efetivação das ações dos Planos Estaduais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da sensibilização e do comprometimento nas capacitações locais, à articulação com a rede de proteção à criança e adolescente, à expansão das metodologias para o enfrentamento dessa questão social e sua extensão com as organizações não governamentais e a comunidade.

3.10 A experiência das ONGS nos estados com maior incidência do Turismo Sexual infantojuvenil

A emergência das ONGs como parceiras na implementação de projetos e programas sociais configura-se na diminuição da intervenção no social pelo Estado brasileiro numa perspectiva de compartilhar responsabilidades e custos na via da flexibilização e descentralização (LEAL, 2001). Como resultado das mobilizações dos movimentos sociais nos anos 1980, uma nova relação entre Estado civil e sociedade vem explicar essa composição,

As ONGs nasceram dos movimentos sociais, na transição dos anos 1970-1990, como instrumentos para reivindicar ao Estado o agendamento de demandas concretas na área social, ambiental e multicultural (gênero, raça, violência etc.). Surgiram como resposta às profundas crises políticas, econômicas e sociais para assegurar direitos sociais e políticos, e ocupam o lócus do chamado espaço comunitário, público privado ou público não estatal, e fazem parte do universo amplo do movimento de emancipação e liberdade de setores da sociedade civil (GOHN, 1977, p. 35).

No entendimento sobre as ONGs enquanto expressão da sociedade civil, originadas da indignação da sociedade civil como "organizações que se definem por uma suposta rejeição à política e com as quais muitos movimentos sociais tem práticas comuns" (SADER, 2009, p. 141) seu caráter contraditório e multifacetado revela a correlação de forças e tensões constituídas no espaço da reinvenção política e de práticas sociais, sobretudo quando o neoliberalismo se instala com toda força, mercantilizando o social e transferindo a responsabilidade do estado para o terceiro setor.

Seu papel político de denúncia e de agente mobilizador e articulador na agenda pública expressa sua dinamicidade na defesa dos interesses coletivos da sociedade. "As ONGs são, nesse contexto de luta, forças vivas que articulam e mobilizam a sociedade para transformar a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes em questão política e de direitos humanos" (LEAL, 2001, p. 324). Como protagonistas da mobilização social, as ONGs propiciam à sociedade civil o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, como um plano de luta pela inserção nas agendas sociais e reinvenção de novas práticas sociais. Neste sentido, situam sua ação enquanto mediadoras, dando um sentido político às práticas institucionais no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto de globalização neoliberal, favorecendo as transformações sociais com desafios postos nos processos emancipatórios. Neste sentido as práticas educativas das ONGs, como foco de construção de conhecimento e competências para garantia de direitos aos atores sociais da sociedade civil, apontam a diversidade num movimento em processo.

Diante de uma base investigativa extensa, mas com o objetivo de mostrar o universo da pesquisa, prioriza-se nesse campo três estados com números mais altos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Constituiu-se como critério de escolha para a representatividade do universo pesquisado o registro da Matriz Intersetorial (2010) exposto no Quadro I na página 65. Os três estados, Ceará, Bahia e Pernambuco possuem considerável incidência no percentual nacional de registros nas respectivas capitais, sendo Fortaleza com 4,25%, Salvador com 3,77% e Recife com 1,75%.

Em cada estado uma ONG foi identificada com trabalho educativo de formação para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, incluindo o turismo sexual, com práticas educativas. Na Bahia o AXÉ, no Ceará o CEDECA e em Pernambuco a Childhood.

O Projeto Axé na Bahia surgiu em 1990, como um projeto de educação, tendo Paulo Freire como consultor e formador na sua origem. Os espaços educativos (Educação de Rua e Unidades) têm como norteador de seus princípios o conhecimento crítico, a participação e a

dimensão coletiva. As práticas educativas são calcadas na promoção do “sujeito de direito”, da cultura, dentro de um projeto de cunho pedagógico e político.

O CEDECA no Ceará surgiu em 1994, como efeito da mobilização social, na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, focando sua atuação na intervenção jurídica, como instrumento de transformação social. Tendo como base a educação popular e mobilização social voltada ao exercício dos direitos humanos, estimula o protagonismo da população infantojuvenil na produção do conhecimento crítico.

A Childhood em Pernambuco, participante das ações da World Childhood Foundation, criada pela rainha Silvia da Suécia, em 1999, atua em todo o território brasileiro na luta por uma infância livre da violência sexual. Centra sua atividade na prevenção com ações integradas de proteção e no enfrentamento, sendo responsável pelo projeto Turismo e Proteção à Infância numa perspectiva de construção do conhecimento coletivo.

Dos três estados, apesar de todos se disponibilizarem a participar e contribuir com o trabalho de pesquisa, para um deles, a Bahia, a incompatibilidade de tempo da Instituição tornou sua participação inviável.

As ONGs dos dois estados pesquisados, Ceará e Pernambuco, através da coordenação pedagógica das instituições, participaram da pesquisa por meio de entrevistas, uma por meio eletrônico e a outra pessoalmente com gravação autorizada e posteriormente transcrita. Uma existente desde 1994, e outra desde 2007, revelaram o seu nascedouro a partir de mobilizações de entidades da sociedade civil, agências de cooperação nacional e internacional, profissionais e movimentos sociais de defesa dos direitos da criança e do adolescente e Conselhos Estaduais.

Os sujeitos da pesquisa apresentaram um perfil a partir de sua atuação na instituição correspondendo a um período de 9 anos de experiência numa enquanto que a outra com tempo de 7 anos de experiência, relatam que as equipes de trabalho possuíam em torno de 10 profissionais das mais diversas áreas incluindo a área da educação e em torno de 20 voluntários que contribuem para o atendimento de demandas e de atividades específicas.

Nas duas instituições o trabalho com a exploração sexual existe desde o início da criação da ONG. O entendimento sobre turismo sexual infantojuvenil decorrente das capacitações realizadas está ancorado nos marcos teóricos oficiais, entendido como sendo “o deslocamento de pessoas de ambos os sexos para outras cidades ou países, geralmente locais de grande fluxo de turistas, para ter relacionamento sexual com crianças e adolescentes” (Entrevista 02), revelando o domínio de informações básicas na leitura do fenômeno.

De certa maneira, a formação mínima exigida para atendimento tão complexo é comumente constatada. A questão que suscita a formação específica para o acolhimento, atendimento de cada caso singular, incide na necessidade de encaminhamentos e articulações com outras instâncias da rede de atendimento a crianças e adolescentes. Esta rede necessariamente precisa de fluidez de referências e contrarreferências para seu funcionamento, exigindo conforme a concepção de Vicente Faleiros e Eva Faleiros (2007, p. 78), “muita habilidade, flexibilidade e persistência” em função da sua alta complexidade. Para estes autores, a Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes é “o conjunto social constituído por atores e organismos governamentais e não governamentais, articulado e construído com o objetivo de garantir os direitos gerais ou específicos de uma parcela da população infantojuvenil” (FALEIROS, V.; FALEIROS, E., 2007, p. 77). Inserem-se no arcabouço das redes enquanto tecidos sociais e se articulam numa teia onde a participação e a responsabilidade são coletivas e compartilhadas, as ações precisam ser conjuntas para ganhar força de enfrentamento, podendo ter abrangência municipal, estadual, nacional ou internacional.

Diante das tramas e rotas do turismo sexual infantojuvenil com um engendramento capilarizado e por vezes invisível, faz-se necessário o fortalecimento da rede de enfrentamento, sendo responsabilidade de uma multiplicidade de organismos com diversas funções e ações. Neste sentido, a rede tecida para análise do trabalho das ONGS nesta tese perpassa pelos instrumentos de formação que se constituem enquanto retaguarda para impedir o avanço da exploração, pelos modos de comprometimento no seu enfrentamento como também nos elementos que consistem em esforços na construção de práticas educativas que contribuam para a viabilização da reflexão no decurso da mudança.

As categorias que serviram de análise construídas *a posteriori*, a partir do material empírico, constituíram-se enquanto procedimentos da descrição analítica em processo de formação, enfrentamento e práticas educativas.

Em relação ao **processo de formação** enquanto subsídios para viabilizar a atuação de diversos profissionais para atuar nesta área como agentes fundamentais de transformação, partiu-se da perspectiva freireana com a reflexão da ontologia humana e ampliação do debate a partir de temas que extrapolam o planejamento e são incorporados à maneira de aprender enquanto tema ‘dobradiça’ referido por Freire, P. (2005b) estabelecendo uma associação com o que fazer no mundo e associando a questão do turismo sexual infantojuvenil nesse transcurso.

O processo de formação nas ONGs pesquisadas ocorreu não só com profissionais da área, mas ampliou-se para um público maior na experiência de uma delas expressas nesta fala: “A equipe realiza discussões internas e as pessoas participam de formações e seminários que são realizados por parceiros ou pela própria instituição” (Entrevista 02). Percebe-se o interesse na articulação de parcerias necessárias para garantia da construção do conhecimento acerca de temas que se tornam secundarizados nas comunidades em função do interesse capitalista de vantagens, mantendo a alienação como forma de manutenção e facilidade no controle ideológico.

Mészáros (2008) mostra que a reflexão filosófica quando pensa a emancipação humana assume o lugar que a educação ocupa no processo de formação na perspectiva de escolhas. Lugar este destinado ao rompimento do *status quo* com o envolvimento nas mudanças sociais e a superação do mesmo no processo educativo evidenciado para a transformação. Neste sentido, a aprendizagem com cunho transformador, impulsiona “a força criativa da educação autonomamente exercida pelos indivíduos sociais” (MÉSZÁROS, 2008, p. 106) no intuito da responsabilização e participação no tempo histórico que se apresenta em sua dinamicidade e urgência inevitável.

Por outro lado, o foco específico da temática da violência sexual infantojuvenil foi sistematizado por uma das ONGs, observando-se a tentativa de construção de trincheiras com possibilidades de dificultar o acesso à manipulação do desconhecimento.

A gente desenvolveu uma metodologia de formação de profissionais constituída de três eixos: a parte toda conceitual sobre o que é a violência, as principais formas de enfrentamento, o que o profissional deve fazer para atuar no atendimento direto à criança e adolescente, considerando o eixo promoção, controle e defesa (Entrevista 01)

Na perspectiva freireana, um projeto histórico de emancipação social propõe um campo de descortinamento. Em relação à questão específica da violência sexual em todas as suas formas, a formação exige não só elementos que facilitem do ponto de vista da identificação, da possibilidade do enfrentamento, mas sobretudo da antecipação, para impedir que ela se efetive. A ampliação da formação com o viés centralizador no profissional que trabalha diretamente no atendimento se faz necessário, como um dos pontos importantes no diálogo com o contexto da opressão. Em outra dimensão,

o segundo eixo a gente trabalhou muito com eles a questão do cuidado com o cuidador [...] a gente percebia que havia um adoecimento muito grande dos

profissionais que trabalham com essa área da violência sexual, sobretudo quem está no atendimento (Entrevista 01).

O cuidado com o cuidador tem sido uma das preocupações das equipes de trabalho pela sua dimensão subjetiva. O envolvimento do profissional com a temática impõe o contato direto com a dor, com a vulnerabilidade da criança e do adolescente, remetendo-o ao próprio desamparo. A capacitação técnica necessária para o atendimento dessa especificidade envolve subsídios para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes na formação de educadores. A atitude respeitosa do profissional diante do sofrimento do outro convoca o cuidado de si mesmo por um lado, e a autenticidade na exigência do cumprimento legal por outro. Remete-nos à radicalidade em Freire, P. (2005b), na disponibilidade para o diálogo que se faz e refaz na comunicação em permanente movimento. Em outra dimensão da formação,

a questão do trabalho em rede de que nenhuma organização sozinha até levando mesmo o que o ECA traz como concepção, nenhum profissional sozinho, nenhuma organização sozinha dá conta da dimensão e da demanda que violência sexual exige. Então o profissional tem que trabalhar junto com a saúde, assistência social, educação, turismo e sistema de justiça (Entrevista 01).

Essa metodologia se aproxima da configuração do trabalho em rede, experiência piloto colocada pelo PAIR quando da sua implantação no país, com a possibilidade de articulação e fortalecimento das redes locais. Nessas falas a abrangência do conhecimento acerca do funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos exige competência técnica, considerando a complexidade da temática e o compromisso social e político que a mesma necessita sem considerar os riscos pessoais. O Sistema de Garantia de Direitos estabelecido pelo ECA, sendo responsabilidade de múltiplos organismos, sejam governamentais ou não governamentais, possui diferentes funções nos eixos de promoção, controle e responsabilização, objetivos e instrumentos de ações em diferentes níveis governamentais, federal, estadual e municipal.

Para Leal (2001, p. 330), “o grande desafio do trabalho da articulação em redes, no âmbito das políticas públicas, é desmobilizar as redes de comercialização do sexo infantojuvenil e promover a atenção social e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes”. Por conseguinte, a mobilização da sociedade e a articulação local acerca do fenômeno se tornam instrumentos para construção de espaços de discussão como estratégia para o fortalecimento dessa ação no processo de formação. Em uma das instituições pesquisadas o

processo de formação não segue nenhuma tendência pedagógica, enquanto que na outra se enfatiza o acompanhamento psicossocial com caráter multidisciplinar

A metodologia bem participativa, bem dialógica [...] a parte conceitual, a gente se baseia um pouco nos pressupostos dos Congressos Mundiais [...] do que tem disponível no Brasil e no mundo nessa temática e vai fazendo adaptações porque para trabalhar com os profissionais do turismo a gente tem que tirar o que é essencial pra eles desenvolverem uma conduta protetiva, pra não deixarem passar essas situações, pra identificar situações de risco, atuar e encaminhar (Entrevista 01).

As bases da educação trabalhadas nas formações para o enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil com um olhar mais abrangente, que atenda às especificidades dos envolvidos, dos lugares e do turismo, convocam a mediação do agente formador “porque esse é o papel do profissional do turismo. A gente não vai tecer muito em conceitos” (Entrevista 01).

A gente traz o conselho tutelar pra escola, a escola pro conselho tutelar, o CREAS, o CRAS, então que a rede comece a se conhecer, a se identificar [...] e trabalhando muito a questão do limite. A escola tem um limite, ela não vai fazer o atendimento, ela não vai acompanhar até o fim, mas ela é muito importante na identificação e no encaminhamento [...] e tentar criar um núcleo de formação continuada (Entrevista 02).

Um aspecto a ser ressaltado e questionado enquanto base pedagógica freireana nas formações no período atual, quanto a seus princípios e aplicabilidade, diz respeito à participação coletiva diante do bem comum. Considera-se que nessa perspectiva aberta aos mais variados segmentos as atividades realizadas em uma das ONGS pesquisadas, propõe esse entendimento ao declarar: “Realizamos formações para o público em geral pautados no respeito aos direitos humanos e tendo como referência a pedagogia freiriana” (Entrevista 02). Observa-se a preocupação com o comprometimento social e a vinculação com a realidade local baseada no respeito à vida e à solidariedade humana. Freire já apontava a importância da participação em *Educação e Atualidade Brasileira* e *Educação como prática da liberdade*, em pleno processo de aprendizagem em relação à democracia.

Há um imperativo ético que circunda as ações educativas de quem se situa nas circunstâncias atuais, como inevitável: “Não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-me no mundo” (FREIRE, P., 2005b, p. 19). Na essência, a vivência e coerência do seu fulcro epistêmico exige postura ética, no movimento para o *ser mais*.

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. [...] É nesse sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. É preciso deixar claro que a transgressão da eticidade jamais pode ser vista como virtude, mas como ruptura com a decência (FREIRE, P., 2005b, p. 59).

Trata-se de uma ética para a conquista do mais humano, enquanto referência na ontologia da condição humana, uma ética humanista em Freire, a “ética universal do ser”. É uma ética da libertação em Dussel que valoriza o princípio universal da vida humana demonstrando a necessidade de uma ética crítica, que se expressa na cotidianidade de seu tempo histórico. Uma ética da vida, presente na amorosidade, na fundamentação dos processos educativos como uma exigência natural das práticas formadoras. Argumenta-se a partir da concepção de libertação dusseliana apontando a indissolubilidade da libertação filosófica e da libertação política contemplando as dimensões de vida pessoal e social dos atores sociais envolvidos.

Em Mészáros (2008), Freire, P. (2005b) e Dussel (1977) a transição da condição de objeto em sua superação para a libertação se encontra num desenvolvimento contínuo na força transformadora da educação ao longo da vida.

Outra questão levantada foram os elementos priorizados para o **enfrentamento** do turismo sexual infantojuvenil que servem de referência para o processo formativo sobre a temática, que articule temas como sustentabilidade, políticas públicas etc. As ONGs na sua diversidade não apresentam um modelo a ser seguido, mas implementam um processo na sua capacidade de mobilização e articulação nas comunidades onde são referências para o propósito a que se destinam.

A categoria turismo na atualidade emerge articulada a uma determinada conjuntura social, no discurso da sustentabilidade que ancora a justificativa neoliberal para o desenvolvimento das nações, secundarizando os aspectos humanitários nas comunidades locais. Nesse sentido, uma das ONGs pesquisadas trabalha com essa perspectiva nas suas atividades de reflexão para o enfrentamento: “a temática do turismo no debate da sustentabilidade e aí a sustentabilidade na perspectiva ambiental, econômica e social” (Entrevista 01). Enquanto que a outra prioriza também a discussão acerca do enfrentamento em sua base estrutural e conjuntural com o “controle social do Estado e das políticas públicas, produção de conhecimento crítico, educação em direitos humanos” (Entrevista 02). As duas apontam para a análise de conjuntura na sua natureza macro e sua relação micro, necessárias

ao enfrentamento para “identificar os ingredientes, os atores, os interesses em jogo” (SOUZA, H., 2000, p. 7). Essa relação de forças que, sendo mutável e complexa, anuncia o objetivo de transformação se analisadas a partir da lógica interna que rege as relações de poder.

As ONGs, enquanto atores sociais da sociedade civil, assumem sua intervenção no plano da mobilização que no contexto do enfrentamento expõe sua representatividade.

As ONGs são, nesse contexto de luta, forças vivas que articulam e mobilizam a sociedade para transformar a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes em questão política e de direitos humanos. Desta forma, elas têm o papel político de denunciar o fato social e induzir as instâncias de representação nacional e local da sociedade civil e do poder público ao compromisso de encamparem o processo de mobilização e articulação do enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes, cuja decisão política se faz pela inclusão desta temática na agenda pública das esferas governamentais locais (LEAL, 2001, p. 324).

A partir dessa reflexão de Leal (2001) pode-se vislumbrar a possibilidade de um fio condutor na articulação das dimensões locais para colocar em prática as ações em seus meios e formas particulares. Para garantia dessa participação real nas decisões comunitárias, as atitudes de conciliação em torno de objetivos comuns permitem avanços, que se tornam paulatinamente parte do processo de emancipação política.

O papel histórico nesse processo com o pensamento filosófico e político em Dussel convoca a pensar que “teríamos que saber lidar com nossa situação real, a partir de um processo histórico nosso, porque é único, porque não é igual aos demais” (DUSSEL, 1984, p. 60). Em Freire (2005b), esse contexto se encontra fundamentado no caráter existencial do humano, situado e datado, exigindo postura crítica nas relações entre homem, mundo e sociedade e indo além dele, estando nele e com ele e nesse entrelaçamento ultrapassar a concepção de saber.

Nesse cotidiano profissional, as dificuldades encontradas para trabalhar com a temática do turismo sexual infantojuvenil no seu enfrentamento remetem à conjuntura política concreta que a realidade apresenta na luta para a garantia de direitos. A exposição dos profissionais que trabalham na área alerta para um outro eixo de atuação, no suporte especializado da equipe de atendimento:

A política pública é muito frágil, além da fragilidade da falta de recursos, falta capacitação continuada, muitos profissionais que estavam no Sentinela, nos Creas, desavisados pra essa temática, nunca tinham trabalhado com essa

situação. Você ficar ouvindo às vezes 8 horas por dia crianças, adolescentes e famílias submetidas à situação de violência, isso reverbera na subjetividade do profissional. Esses profissionais não tinham supervisão, não estavam em psicoterapia e também estavam despreparados tecnicamente para lidar com essa temática, então o canal da somatização era muito direto (Entrevista 01).

Nesse caminho de construção de alternativas para o enfrentamento através das ONGs, há contraditoriamente um processo de despolitização, nas iniciativas da sociedade civil por um lado e na diminuição da responsabilização do Estado enquanto garantidor da política de proteção e do direito por outro:

A dificuldade dos governos em admitir esse fenômeno; a dificuldade da sociedade em enxergá-lo como uma violação de direitos da criança e do adolescente, que acaba por responsabilizar a criança/adolescente pela violência sofrida; o fato da vítima não se reconhecer como tal; a dificuldade de obtenção da prova para caracterizar esse tipo de crime; a falta de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da questão (Entrevista 02).

‘Sendo evidente que a questão da violência sexual pressupõe ação articulada com vários setores e políticas sociais, considerando sua dimensão interdisciplinar, a nuance existente entre a educação e a democracia remete a Torres (2001) quando aponta para a construção de uma consciência crítica num processo de educação cultural na perspectiva da autoria da cidadania. A cidadania é lembrada também por Leal (2001), na reinvenção das práticas coletivas gestadas pelos grupos sociais em situação de violência sexual, que são manifestadas enquanto estratégias na compreensão dos significados de emancipação social revelando um poder construído nas bases, expresso na mobilização.

Torres (2001), Leal (2001), Dussel (1984) comungam em parceria com Freire a ultrapassagem das fronteiras da educação em sua dimensão política, necessária à construção crítica da realidade. Nesse caminho, a mediação do educador através da práxis educativa democrática assume atribuição revolucionária ao romper com a barreira do desconhecimento no desenvolvimento do pensamento.

As **práticas educativas** são colocadas em atividade, “no trabalho comunitário realizado junto a grupos de pessoas militantes sociais, moradores nos bairros desfavorecidos [...]; na realização de campanhas educativas e ações informativas levadas a cabo pela organização” (Entrevista 02). Em outra experiência,

a gente trabalha com os profissionais da educação essa dimensão de sinais e sintomas que a criança apresenta, o conhecimento da história de vida, os conceitos principalmente pra eles diferenciarem o que é abuso de exploração

sexual [...] na escola propriamente a gente trabalha a questão da notificação qualificada, do desenvolvimento de um curso e da escola realmente fazer parte do sistema de garantia de direitos que a gente encontra muita resistência dos professores e dos dirigentes (Entrevista 01).

O compromisso com a história de vida, como retrata a fala acima, nos indica um caminho metodológico diferente do tradicional, usado pelas instituições oficiais. Necessita um olhar contextualizado sobre o tema que envolve lugares, pessoas e culturas, como suporte para perceber o turismo sexual na vida local. Os autores, livros ou artigos utilizados para embasamento das práticas em uma das instituições tem o seu aporte em “Paulo Freire” (Entrevista 02) enquanto que em outra há uma diversidade de outros olhares.

A gente não trabalha com uma linha única, a gente traz um pouco de Paulo Freire, é uma metodologia bem participativa de muita construção, bem dialógica. Mas aí a gente traz toda a parte conceitual, a gente se baseia um pouco nos pressupostos dos Congressos Mundiais onde tem as definições conceituais, a gente trabalha um pouco o material de Arim, um pouco do que Arim traz sobre turismo sexual, a gente trabalha com o material da Resposta, que tem uma série de coisas de material construído e assim coisas também da Childhood [...] coisas da Maria Lúcia Leal, do Laci do Laboratório de Estudos da Criança da USP, a gente trabalha também com algumas coisas da Fio Cruz [...] que trabalham muito violência e saúde, Minayo (Entrevista 01).

A perspectiva teórico-filosófico-metodológica freireana tem sido referência nas diversas modalidades de práticas educativas. A sua possibilidade de dialogar com outras perspectivas teóricas exige conhecimento das aproximações e divergências para não adentrarmos no ecletismo do senso comum. Porém, o seu legado é de recriação a partir dos desafios postos.

A relação entre as práticas educativas e as alternativas de educação popular efetivadas nas duas ONGs pesquisadas são referendadas na educação popular. “Sim. Nossas ações de formação, especialmente as direcionadas aos adolescentes, são pautadas na educação popular. Também no acompanhamento às comunidades com vistas à organização para defesa dos direitos infantojuvenis” (Entrevista 02). Remete a Martí (2011) que convoca a dimensão afetiva como aliada ao conhecimento científico, chama a atenção para a capacidade criadora como via de acesso ao mundo. Valoriza as ideias como poder maior que as armas, exalta as tradições e a ternura necessárias à natureza humana.

Como as práticas educativas são desenvolvidas numa metodologia própria à dinamicidade exigida pelo contexto, faz-se necessário a legalização, a partir da proposta de um documento, legitimado com compromisso financeiro, político e social do

Plano Municipal e que esse plano municipal não seja um plano biônico, que seja um Plano construído nessa metodologia participativa, ouvindo os eixos e os interlocutores de cada eixo. Que as próprias metas e ações também sejam passíveis de serem postas em prática. E que esse Plano seja validado, aprovado pelo Conselho Estadual e pelo Conselho Municipal porque o Conselho Municipal como gestor da política, quando ele aprova o Plano, o Plano passa a ser a política. Se ele seguir as metas do Plano com cada eixo prevenção, atendimento, análise da situação, protagonismo juvenil, defesa e responsabilização trazendo também o que não é fácil trazer o pessoal do judiciário, ministério público e as delegacias. Então o próprio Plano, as suas metas são as ações, é a política. Então se tem recursos, se tem essa compreensão, essa vontade política e isso é algo que o Conselho Estadual ele faz uma revolução, essa revolução é lá na política. E a gente pede ao governo municipal e governo estadual que também a gente estruture um grupo de trabalho que a gente chama um comitê gestor com representantes de todos os segmentos saúde, educação, assistência, vara da infância, ministério público. Esse comitê gestor que ele seja publicado no diário oficial, que ele seja validado por decreto pelo prefeito. Porque independente de mudança de governo ou não este grupo continua discutindo isso. E esse comitê gestor isso a gente só estrutura a partir do final do primeiro ou segundo ano e o comitê gestor ele passa a cuidar da política, ele passa a cuidar do Plano e aí com base no Plano a gente vai desenvolvendo com eles os projetos estratégicos. Aí com a nossa saída o risco é menor de se desmontar, mas não é fácil. Nem sempre a gente tem sucesso cem por cento (Entrevista 01).

As propostas necessitam estar ancoradas na sua efetividade política, para a concretização das ações, deparando-se em sua grande maioria diante de um caminho árduo em seu processo de realização, na continuidade de um trabalho efetivo. Os órgãos deliberativos das políticas da infância referendados a partir desses documentos de legalização, têm em mãos argumentos para o fortalecimento das reivindicações, na cobrança das pautas colocadas em registro perante os entraves conjunturais e estruturais. Comumente, apresentam-se na descontinuidade das atividades, na desestruturação da rede de atendimento com as mudanças de gestão ou na ausência de recursos para as políticas de atendimento básico.

Por conseguinte, precisam de sustentação em práticas educacionais que promovam mudanças (MÉSZÁROS, 2008) sendo construídas no seu “quefazer”, em sua cotidianidade. Para isso as intervenções não podem ser transitórias, precisam ser efetivas e consolidadas para sua expansão até os lugares mais inacessíveis, revalidadas

a partir de um trabalho nas comunidades que são voltados para adolescentes, jovens e adultos com a finalidade de auto-organização para a autogestão de direitos humanos. A formação pautada na educação popular faz parte de um tripé que fundamenta a nossa ação: mobilização comunitária, defesa jurídico social e educação em direitos humanos (Entrevista 02).

A avaliação dos resultados das práticas encontra ressonância no pensar e agir da prática educativa freireana, em sua humanidade e no processo de humanização de quem faz o atendimento com ações de mediação com a comunidade enquanto dimensão da prática social, nas escolhas e decisões. Na indignação diante das situações de opressão social, o ato político e o educativo se engendram ao esboçar passos autênticos na direção de mudanças do agente articulador.

A fragilidade no atendimento à criança, à família e principalmente a quem comete a violência. Não tem. O CREAS não faz esse atendimento, são praticamente psicossocial. Como os Sentinelas deixaram de existir, a gente ainda tinha equipes focadas nesse atendimento. Então tentar identificar a situação, encaminhar para a vara da infância isso não resolve a situação isso é o começo. Então o grande desafio é garantir que a criança, que a família ressignifique a violência e que de fato vá viver a sua vida apesar da violência sofrida. E isso requer realmente especialização, requer profissionais e cuidados e profissionais qualificados (Entrevista 01).

Contudo, para que as ressignificações aconteçam, as questões culturais se constituem elementos fundamentais na aceitação e internalização do processo de reinvenção da práxis. Com a dupla função de entrar ou agilizar as propostas das iniciativas postas, a aproximação com a comunidade e a valorização dos saberes locais coloca “a complexidade das práticas educativas e a necessidade de serem apoiadas por uma série de atividades-meio que preparem e criem condições prévias ao seu desenvolvimento, exigem profissionais qualificados” (VASCONCELOS, 2008, p. 270), nesta atividade que necessita de uma escuta atenta, olhar sensível, compromisso ético e ações efetivas.

As práticas educativas têm se revertido em organização dos grupos para reivindicar os seus direitos. As pessoas se reconhecem como sujeitos de direitos, passam a reconhecer situações de violação de direitos infanto-juvenis e a agir no caso de sua violação. Há também um impacto pessoal na vida de cada indivíduo que participa dessas práticas, de mudança de postura e de definição de futuro, incluindo o profissional, a partir dessa experiência (Entrevista 02).

A constatação desse lugar de inserção garantindo a competência da palavra, com ações corajosas como nos adverte Freire (2005b), convida a intimar os saberes imprescindíveis à

prática educativa reforçando a capacidade crítica, a curiosidade, a insubmissão. Nesse caminho a superação do senso comum, sendo construída numa outra forma de dizer o vivido submete a reflexão crítica sobre a prática. Sendo a apreensão sobre a prática um exercício de competência e a crença na mudança, na aproximação do movimento do pensar, no respeito ao saber construído.

Inferindo a partir de Martí (2011) em sua concepção de valorização da capacidade criadora, que reafirma a potencialidade local na recriação das contingências históricas, a ação como defesa ao colonialismo histórico imposto à América Latina repercute nas atividades do agente transformador na convocação do desenvolvimento de sua autonomia.

O questionamento acerca da elaboração de material escrito como resultado do registro de suas práticas se faz história. Uma das ONGs não conseguiu materializar sua produção, por falta de recursos, enquanto que outra revela seu produto como forma de garantir e disseminar a informação.

Nós temos o que a gente chama de kit pedagógico. A gente tem um guia, é com aquele guia escolar, é um guia de referência para os profissionais que trabalham no sistema de garantia de direitos. Nesse guia a gente tem toda a parte conceitual, toda a metodologia do que um profissional da área deve fazer para atender (Entrevista (01)).

A elaboração e disponibilidade do material escrito para divulgação do trabalho em rede proporcionam o aprendizado e a consolidação de um parâmetro experienciado na tentativa de uma ação política que revigora o movimento dos atores sociais.

A nossa saída a esse material é pro pessoal do turismo e pro pessoal que trabalha no atendimento direto CREAS, CRAS, Vara da infância, Ministério Público, Conselho tutelar a gente dá o material do kit pedagógico, o guia de referência, tem ainda o material de depoimento especial que tem muitas publicações e a gente seleciona uma e passa e ainda esse material do turismo. Porque esses profissionais também são além de multiplicadores, eles sensibilizam muito o profissional do turismo então a gente também passa. Então eles recebem esse kit pedagógico, além das aulas, quando o curso termina tem uma parte que a gente trabalha com eles durante um ano e meio que são encontros temáticos com temas de aprofundamento, de serviços, com conselho tutelar, com os CREAS, com os CRAS e a gente vai trabalhando com eles e levando especialistas que aí transcende a nossa equipe e temas que eles acham que precisa ser aprofundado (Entrevista 01).

A contribuição do compartilhamento dos princípios que norteiam as práticas pedagógicas vivenciadas possibilita aos demais atores da rede dimensionar as fragilidades do trabalho, como também as potencialidades; e ainda pensar e apresentar outras ações de

intervenção viáveis ao seu trabalho na perspectiva de qualificação no enfrentamento aos desafios da atuação em rede.

Martí (2011), Mészáros (2008) e Freire (2005b) caminham no sentido da concepção da potencialização criativa, da autonomia, da transformação, permeados pelo resgate afetivo como elemento desencadeador da subjetividade e aprendizado, na amorosidade do ser que recria em práticas educativas participativas.

A epistemologia do pensamento em Paulo Freire na sua singularidade de elaborar o conhecimento na interação comunicativa dos sujeitos com o mundo, apresenta-se como um devir, no movimento constante do diálogo, na compreensão do mundo como o possível de realizar-se na história. A sua aposta no ser humano com responsabilidade e liberdade fundamenta-se na compreensão antropológica e ética. A educação popular com Paulo Freire como lógica da práxis libertadora institui respeito à vida, valorização à cidadania e atitude ética circunscrita por inéditos viáveis de autonomia e emancipação.

Assumir a responsabilidade dessa transformação no contexto micro implica no empoderamento da capacidade de questionar, duvidar e pensar caminhos na perspectiva da superação. O limite entre as categorias processo de formação, enfrentamento e práticas educativas, sendo tênue, convoca a separação didática para melhor compreensão, mas se torna escorregadio em função da contradição do objeto que pode cair nas armadilhas do sistema neoliberal.

CONSIDERAÇÕES: palavras em movimento

A Educação Popular com Paulo Freire provoca o desafio de superação das injustiças sociais enquanto instrumento de transformação, mas não sendo suficiente em si mesma, exige que se passe por ela para que, nessa provocação, o movimento se processe como incessante na busca de ser gente. Esse processo de mudança a partir de cada um e nas relações incita o protagonismo como efeito de ruptura em si mesmo.

Freire toma o tema da violência na *Pedagogia do Oprimido* como uma “guerra invisível” que expõe crianças e adolescentes à “cultura do silêncio” numa realidade de opressão em que “mortos em vida” se sustentam enquanto “sombrias” desesperançados, proibidos de ser. Sobre isto, pode-se dizer da atualidade e ressignificação de seus pressupostos epistemológicos que se reinventam enquanto existem oprimidos, validando seu posicionamento diante do mundo, expressos na intensidade ética que se refaz na indignação.

Na *Pedagogia da Esperança* com a constatação da violência doméstica e sua repercussão no contexto escolar, Freire desenvolve uma reflexão acerca das consequências políticas das relações entre família, escola e contexto social apontando para a ideologia autoritária, a fragilidade democrática e suas implicações no contexto global. E na *Pedagogia da Indignação* ele amplia sua aversão a todas as formas de violência subjetivas na condição a que são submetidas pessoas em situação desfavorecida, no contexto da escola ou não, como ameaça à liberdade. Assume posição crítica e de luta ancorado na ética contra qualquer tipo de violência.

A tese tecida transita com movimento inicial na afirmação de que a Educação Popular na sua argumentação política coloca-se de maneira radical como instrumento para o enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil. Assume-se o propósito a partir de argumentos teórico-filosóficos que pudessem demonstrar essa afirmação.

As questões elaboradas para apontar o caminho percorrido na pesquisa foram: Como o turismo sexual contra crianças e adolescentes se insere no contexto do turismo? Educação Popular pressupõe radicalidade teórico-epistemológica de enfrentamento ao turismo sexual contra crianças e adolescentes? De que maneira as práticas pedagógicas, propostas por instituições que trabalham com ações de enfrentamento à exploração sexual contra crianças e adolescentes, ao turismo sexual, se afirmam com argumentos da Educação Popular? Com elas o caminho foi traçado, adquirindo elementos no processo de construção.

O primeiro objetivo de como o turismo sexual infantojuvenil se insere no contexto do turismo demonstra-se como o segmento infantojuvenil se encontra submetido a uma

sociedade que reafirma historicamente práticas vitimizadoras, expondo a mercantilização de corpos de crianças e adolescentes entre a legalidade e a ilegalidade. Os argumentos evidenciados a partir do neocolonialismo, subserviência, busca do lucro imediato e exclusão social reafirmam a vulnerabilidade da infância e adolescência.

Observa-se na feitura do Capítulo I a elaboração teórica acerca do turismo sexual, sua contextualização no mundo e o percurso no continente até a sua constituição no Brasil. Reconhece-se sua multicausalidade, complexidade e as especificidades de um país com formação econômica ancorada no poder neocolonialista, com descaracterização cultural em andamento.

A trajetória histórico-conceitual acerca do turismo sustentada pela multiplicidade de fatores, sua complexidade e sua redimensionalidade vai além das estruturas sócio-históricas e culturais. A dimensão social apontada pelos campos da Sociologia, Antropologia, Psicologia e na perspectiva do Planejamento Sustentável coloca em evidência a necessidade e o compromisso com a educação na perspectiva da emancipação política enquanto campo de construção para a libertação e humanização. Sua contextualização no cenário mundial expressa de forma axial a importância do fator econômico que subjaz como facilitador da exploração de pessoas, legitimado na exclusão, no fenômeno migratório, na desigualdade social, na urbanização predatória que contraditoriamente se apresenta incompatível com os discursos revestidos do desenvolvimento sustentável.

A partir da leitura do Capítulo I uma consideração emerge com a inquietação calcada na responsabilização da construção da cidadania de crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento e convoca o Estado, a sociedade e a família enquanto redes protetoras a assumir seu papel. O contexto em constante transformação com contingências imperativas aponta para concepções e práticas educativas inseparáveis das estruturas sociais na tentativa de superação da multiplicidade de interpretações. Ao ressaltar a dimensão cultural e educativa da atividade turística como perspectiva de mudanças emancipatórias indica uma possibilidade esperançosa de revalorização nesse caminho. Alerta para os efeitos desastrosos da invasão cultural e os danos causados na mercadorização das riquezas culturais locais massificando-as e perdendo seu caráter identitário com o imperativo da lucratividade, assinalando o movimento contraditório entre preservação e destruição como questão axial ao tema do turismo.

O segundo objetivo que propôs mostrar as bases filosóficas da educação popular freireana para o enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil, apresenta no Capítulo II à argumentação do seu diferencial ancorada em seu princípio epistêmico e teórico, delimitada

numa práxis problematizadora, tendo a liberdade como passaporte para a emancipação humana. A consistência de sua intencionalidade social e política firma-se em seus princípios éticos e teóricos. E sua atualidade se presentifica numa praxística calcada no processo dialético de construção do conhecimento enquanto ato essencialmente humano.

O diálogo estabelecido com os autores latino-americanos e brasileiros aproxima uma realidade que não pode ser transportada, mas vivida nas entranhas da história dos povos, expressos do ponto de vista ontológico e gnosiológico. Aponta para uma perspectiva teórico-metodológica que revela o movimento nas bases dialéticas, na afinidade com autores revolucionários e libertários que participam da história nas lutas de resistência.

Demonstra a reflexão filosófica e ética da libertação no contexto educacional, com experiências pedagógicas adequadas ao período histórico-social, na travessia da dialética da dominação, num movimento metafísico ou transontológico transcendendo as relações verticais. A valorização das tradições, o desenvolvimento da autonomia com elementos de formação crítica e o pensar livre, constituem-se enquanto elementos para a emancipação econômica e política.

Diante disso, ficou demonstrado que a Educação Popular em Freire propõe elementos para inserção no mundo na redefinição de papéis sociais, com o envolvimento dos protagonistas na base da sociedade. Sua concepção libertadora fundamentada numa teoria do conhecimento aponta para uma epistemologia baseada na prática cotidiana, numa prática popular para a construção do saber. Portanto, o enfrentamento ao turismo sexual infantojuvenil será possível, na articulação em rede, à medida que as mudanças começam a acontecer na mediação das situações cotidianas, na raiz do tecido social.

Constata-se na leitura do Capítulo II que a natureza humanista da escrita de Paulo Freire se mantém atual, transcende o tempo, sendo perpassada pela inquietação ética radical em sua historicidade e reflexão crítica. Presentifica-se pela atitude praxística esperançosa e princípios políticos ancorados em seus pressupostos filosóficos que ultrapassam a concepção de vida, avançando na fecundação da cidadania, fulcro central da educação política em sua dimensão antropológica. Sua referência histórica de leitura da realidade vai além do espaço da educação, transcendendo-a, no caminho da transformação. As implicações com as causas reais são engendradas na anunciação e na denúncia, tornando a fala e a escrita em instrumentos de reflexão e esperança, mas, sobretudo, em instrumento político.

Chega-se ao Capítulo III, com o campo da pesquisa centrado na região Nordeste, que tem impressa na sua construção histórica uma consciência regional marcada com uma identidade cultural singular. Desvenda no seu movimento do apogeu político e econômico ao

esquecimento, a reinvenção, resgatando no plano cultural, a sua origem como elemento nacional. Com o terceiro objetivo, ao analisar as propostas de educação nos Planos Estaduais de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil da região Nordeste e as propostas pedagógicas de ONGs no Nordeste que trabalham no enfrentamento do turismo sexual percebe-se a constatação da contradição entre políticas públicas e o processo de cidadania inscritos nos documentos. Questiona-se qual o lugar da educação popular libertadora na construção dos espaços públicos de atendimento a crianças e adolescentes?

Em relação à primeira questão, os Planos Estaduais apresentam propostas de educação numa perspectiva preventiva, porém a invisibilidade ao tema do turismo sexual se torna constatação em sua maioria. Expõem com o levantamento de dados, a questão de gênero centrada na vitimização do feminino, reafirmando a origem socioantropológica enraizada no patriarcalismo e dominação do masculino com a vulnerabilidade maior da problemática centrada no período da adolescência. Revelam a preocupação com a continuidade das ações, propondo à posteridade através dos Planos Decenais por um lado, mas encontram a barreira da fragilidade de articulação na complexidade das redes para cumprimento das ações pactuadas por outro.

Com a segunda questão, as entrevistas expressam uma mobilidade das ONGs no enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes com propostas pedagógicas em que o turismo sexual infantojuvenil tem sido abordado na diversidade de práticas educativas num movimento em processo de construção, com as contingências locais. Ressalta-se a preocupação com a formação dos educadores em função da complexidade do tema e o envolvimento dos atores da rede, emergindo com a pesquisa uma consideração como crítica aos processos formativos com ênfase nas construções teóricas por um lado e uma rede de serviços apresentando dificuldades estruturais para resolutividade e manutenção da prevenção diante da complexidade do tema com dimensão interdisciplinar.

No enfrentamento, uma consideração emerge na contradição confirmando um processo singular de intervenção pela mobilização da sociedade civil por um lado e a diminuição da responsabilização do Estado enquanto garantidor da política de proteção e do direito por outro, concorrendo para o processo de vitimização. A insuficiência de políticas públicas efetivas, diante da dinamicidade política do objeto de estudo, continua como desafio a ser enfrentado na secundarização dos processos humanitários no atendimento a crianças e adolescentes na exploração sexual no contexto do turismo.

Nas elucidações das práticas educativas o referencial teórico epistemológico diverso assumido como abordagem aponta como centralidade um caminho metodológico com

dinâmica participativa, democrática com Paulo Freire, comum às ONGs pesquisadas. Neste sentido, considera-se a perspectiva filosófica da Educação Popular assumindo um lugar nos espaços de atendimento a crianças e adolescentes como uma metodologia possível para o cenário de práticas que se constroem em movimento contrário à exploração sexual de crianças e adolescentes no contexto do turismo. A ação política das ONGs na percepção libertadora constitui-se em tentativas de enfrentamento ao sistema, que se forma nas cadeias de aprisionamento de crianças e adolescentes capturados pela lógica desumana, produtivista, consumista, capitalista.

Como resposta à pesquisa assumiu-se a afirmação de que a Educação Popular se constitui em pressuposto para o enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil, reafirmando a intenção de sua assertiva numa perspectiva emancipadora e no compromisso social com uma práxis transformadora que emerge a partir da experiência vivida e pensada.

O caráter contraditório do objeto de pesquisa se insere num tecido social em que na análise de conjuntura das lutas sociais ocupa, por um lado, os espaços públicos para assumir a construção da cidadania, mas por outro convive com a existência de uma rede silenciosa, um caminho inverso, violando direitos constituídos. O descortinamento da especificidade da realidade do Nordeste com o trabalho das ONGs por um lado, e a denúncia dos processos de legitimação da exclusão por outro, reafirma essa contradição.

As questões postas neste estudo como resultado de um lento processo de democratização da sociedade brasileira necessitam levar em consideração a despolitização da sociedade civil, a precarização das relações de trabalho, a tendência do Estado neoliberal com a desproteção escancarada e a força do mercado do sexo. Nesta conjuntura, afirma-se o pressuposto da educação popular como estratégia emancipatória de enfrentamento, nas atividades realizadas pelas ONGs, que trabalham com ações no desafio do turismo sexual de crianças e adolescentes.

As estratégias empreendidas no país para o enfrentamento e a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes constituíram-se em avanços concretizados com a construção do Plano Nacional, dos Planos Estaduais e Municipais, com a implantação do Programa Sentinela, do PAIR e sua expansão, com o CREAS e a política do atendimento a partir da sua complexidade. Mesmo com os progressos, o atendimento especializado em construção necessita de mais compromissos das instituições que compõem a rede de atendimento para identificação dos problemas existentes, como a deficiência de indicadores que dificultam o monitoramento e a avaliação das ações, a diminuição nas leis orçamentárias, como também o desaparecimento da rubrica nos orçamentos. Nessa contradição,

complicadores se apresentam nesse processo de enfrentamento e nas iniciativas que poderão mudar esse cenário.

A análise permitiu concluir que diante dos diversos desafios na multiplicidade de situações contingentes, a educação libertadora permite o exercício da cidadania pela possibilidade de pensar e decidir. A dedução possível a esse trabalho de pesquisa tem em seu fulcro a Educação Popular constituindo-se instrumento teórico-metodológico necessário no enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil ao exercício da humanização em processo, na amorosidade do reconhecimento do outro enquanto humano.

A contribuição da pesquisa aponta para o processo de formação profissional de pedagogos, licenciados, gestores escolares, orientadores na área psicossocial, turismólogos como instrumento de reflexão na relação exploração sexual de crianças e adolescentes e seu enfrentamento. Assinala elementos da Educação Popular como pressupostos significativos deste mesmo enfrentamento; na implementação e orientação de políticas públicas na área das ciências sociais/diversidade social, do direito incorporando a dimensão do humano em processo de reinvenção.

Encerro, iniciando com o movimento dialético freireano do anúncio à denúncia do tema que se mantém no contexto entre a barbárie e a civilização. Que a esperança não envelheça precocemente aos olhos de crianças e adolescentes diante de uma longa história na sombra da escravidão. Entre a palavra que antecede a leitura de mundo na dialética da ordem e do silêncio, e o dito e não dito na contradição, as palavras continuarão em movimento na perspectiva de que outras contribuições possam se somar a esta, na possibilidade da construção histórica da transformação.

Das palavras que iniciam ... às palavras em movimento ...

PALAVRAS....

Palavras que ficam
 Palavras que vão
 Palavras ditas
 Palavras que não voltam
 Palavras bem ditas
 Palavras mal ditas
 Palavras em movimento
 Palavras que continuarão
 Palavras que ressoam
 Palavras que se eternizam
 Palavras...

Roseana Cavalcanti da Cunha
 Lisboa, inverno de 2012.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA. Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil. Rio de Janeiro: ABRAPIA, 2001.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AMORIM, Sandra Maria Francisco; CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery; MEZA, Eduardo Ramirez (Org.). **Avaliação do processo de implantação do PAIR**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. Neoliberalismo: un balance provisorio. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Comp.). **La trama del neoliberalismo**. Mercado, crisis y exclusión social. 2. ed. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003. p. 192. Disponible en: la World Wide Web: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/trama/anderson.rtf>>. Acesso em: 17 ago. 2013.

ANDREOLA, Balduino Antonio. Existência. In: STRECK, Danilo (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARBOSA, Hélia. Subsídios para uma matriz conceitual e metodológica no enfrentamento e intervenção da exploração sexual: reflexão do ontem, hoje e do amanhã. In: ROUSSAN, Yves de. **Construindo uma história: tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. Salvador: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia - CEDECA-BA, 2003.

_____; PAIM, Isabella. CEDECA-BA: sua Arquitetura, sua Arte, sua Filosofia de Vida! In: ROUSSAN, Yves de. **Construindo uma história: tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes**. Salvador: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia – CEDECA-BA, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARRETO, Margarita. Os estudos antropológicos sobre turismo no Brasil: uma história recente. In: GRABURN, Nelson et al. **Turismo e antropologia: novas abordagens**. Campinas, SP: Papirus, 2009. (Coleção Turismo).

BARRETO, Margarita et al. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas: Papirus, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil.** Brasília: Líber Livro, 2008.

_____. **Estado e Educação Popular.** Brasília: Liber Livro, 2004.

BONTEMPO et al. (Org.). **Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil.** Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **O que é Método Paulo Freire.** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Paulo Freire, o menino que lia o mundo: uma história de pessoas, de letras e palavras.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

BRÁS, Maria da Fé. Contornos do Turismo Sexual dos Algarves. **Revista da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo**, Portugal: Universidade do Algarve, n. 14, 2006.

BRASIL. Câmara Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infanto-Juvenil. **Notas taquigráficas.** Brasília, 1993-1994.

_____. Câmara Legislativa do Distrito Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Exploração Sexual e Maus-Tratos Contra Crianças e Adolescentes no Distrito Federal. **Relatório final.** Brasília, 1996.

_____. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.** 3. ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002a.

_____. Ministério da Justiça. SEDH/DCA. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** 2. ed. Brasília, DF: 2002b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros.** Brasília : Ministério da Saúde, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Conselho Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Brasília, **Diário Oficial da União**, 25 jul. 2005.

_____. Tribunal de Contas da União. Programa de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. **Relatório de Avaliação de Programa.** Ministro-Relator: Lincoln Magalhães da Rocha. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2004.

BRUTSCHER, Volmir José. **Educação e conhecimento em Paulo Freire.** Passo Fundo, RS: IFIBE e IPF, 2005.

BUENO, Eduardo. **Brasil, terra à vista**: a aventura ilustrada do descobrimento. Porto Alegre: L& PM, 2003.

CABRAL, Cátia Daniela Aguiar. Crimes e agressões sexuais: contribuição para o estudo da realidade portuguesa na região da Cova da Beira. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade da Beira Interior. Covilhã-Portugal, 2011.

CABRAL, Jorge de Almeida. **Abuso Sexual de Crianças**. Pornografia Infantil. Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social. Portugal, 2003.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Paulo Freire**: sua visão de mundo, de homem e de sociedade. 5. ed. Recife: Centro Paulo Freire; Caruaru: FAFICA, 2002.

_____. **Tecelão da utopia**: uma leitura transdisciplinar de Paulo Freire. Caruaru: FAFICA, 2000.

_____. **Direitos humanos x capital**: potencializando a intervenção dos movimentos e organizações sociais de base. João Pessoa: Ideia, 2003.

_____. Novos e velhos movimentos sociais populares: quais saberes necessários à construção de uma sociabilidade alternativa? In: SCOCUGLIA, Afonso C.; JEZINE, Edineide. **Educação Popular e Movimentos Sociais**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

CANÁRIO, Rui. A educação e o Movimento Popular do 25 de Abril. In: CANÁRIO, Rui (Org.). **Educação Popular e Movimentos Sociais**. Universidade de Lisboa/Portugal: EDUCA (Unidade de I&D de Ciências da Educação), 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASILLAS, Cuauhtémoc A. López. Processo de Reflexão Coletiva sobre a vigência e desafios da Educação Popular. In: UNESCO. **Educação Popular na América Latina**: desafios e perspectivas. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

CAVACO, Carmen. **Adultos pouco escolarizados**: políticas e práticas de formação. Universidade de Lisboa. Portugal: EDUCA (Unidade de I&D de Ciências da Educação), 2009.

COMITÊ ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Plano estadual de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes do Rio Grande do Norte**. Natal: Casa Renascer, 2005.

COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **O Processo de Revisão do Plano Nacional**: Relatório de Acompanhamento 2007-2008. Brasília: CNEVSCA, 2008.

_____. **Seminário de Revisão do Plano Nacional**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.carinhodeverdade.org.br/>>. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. 2013. Disponível em: <<http://www.comitenacional.org.br/>>, Acesso em: 05 maio 2013.

CONGRESSO MUNDIAL DE ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, III, 2008, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: SEDH/PR, 2008.

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Plano estadual de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes do Maranhão**. São Luís: Aquarela Ltda, 2002.

_____. **Plano estadual de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes do Piauí**. Terezina: CEDCA, 2006.

CONVENÇÃO DO CONSELHO DA EUROPA PARA A PROTECÇÃO DAS CRIANÇAS CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL E OS ABUSOS SEXUAIS. Lanzarote: Lanzarote Convention, 2007. Disponível em: <http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/children/Source/LanzaroteConvention_por.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2014.

CRÉMIEU, Aurine; JULLIEN, Hélène. **Mulheres livres**: a resistência de 14 mulheres no mundo. Tradução de Ana Luiza Ramazzina. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

CUNHA, Roseana Cavalcanti da. **Violência sexual infanto-juvenil**: horror, indignação e enfrentamento. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2007.

CUNHA, Roseana Cavalcanti da; VIEIRA, Maria do Socorro Souza. Violência sexual contra crianças e adolescentes: a escola é o principal espaço para prevenção. In: CALISSI, Luciana; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org.). **O ECA nas escolas**: perspectivas interdisciplinares. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

DAVIDSON, Julia; TAYLOR, Jackeline S. Infância, Turismo Sexual e Violência: retórica e realidade. In: LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília, DF: VIOLES/SER/ Universidade de Brasília, 2007.

DeMAUSE, Lloyd. The History of Child Abuse. **Journal Psychohistory**, ano 25, n. 3, inverno 1998.

DIAS FILHO, Antonio Jonas. O turismo Sexual no Brasil. **Semata. Ciências Sociais e Humanidades**, v. 16, p. 373-385, 2004.

DORNELLES, João Ricardo W. Direitos humanos, violência e barbárie no Brasil: uma ponte entre o passado e o presente. In: ASSY, Bethanea et al. **Direitos Humanos**: justiça, verdade e memória. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012.

DUARTE, Renato. Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil. In: ZICCARDI, Alicia (Comp.). **Pobreza, desigualdad social y ciudadanía**: los límites de las políticas sociales em América Latina. 2. ed. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2002.

DUSSEL, Enrique D. **Caminhos de Libertação Latino-Americana**. Tradução de José Carlos Barcellos, Hugo Toschi. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

_____. **Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Filosofia da Libertação**. Tradução de Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola e UNIMEP, 1980.

_____. **Filosofia da Libertação na América Latina**. Tradução de Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola e UNIMEP, 1977.

ECPAT INTERNACIONAL. End child prostitution, child pornography and trafficking of children for sexual purpose – ECPAT Internacional. 2010. **Comercial sexual exploitation of children**. Disponível em: <http://www.ecpat.net/EI.EI_publications.asp>. Acesso em 20 fev. 2012.

_____. **Comercial sexual exploitation of children**. 2002. Disponível em: <http://www.ecpat.net/EI.EI_publications.asp>. Acesso em: 20 mar. 2011.

_____. **Plano Nacional Brasileiro** - antes do III Congresso Mundial realizado no Brasil, no Rio de Janeiro, em 2008. Disponível em: <<http://www.ecpat.net/WorldCongressIII/index.php>>. Acesso em: 07 jul. 2013.

_____. **Relatório Global de Monitoração das ações contra a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. 2007. Disponível em: <http://www.ecpat.net/EI.EI_publications.asp>. Acesso em: 13 nov. 2011.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 7. ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1981.

FALEIROS, Eva T. S. A exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes no mercado do sexo. In: LIBÓRIO, R. M. C.; SOUSA, S. M. G. (Org.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2004.

FALEIROS, Vicente. O papel do Estado e da Sociedade Civil na questão da exploração sexual de meninas e adolescentes. In: BONTEMPO et al. (Org.) **Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil**. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995. p. 97-102.

_____. O Fetiche da Mercadoria na Exploração Sexual. In: LIBÓRIO, R. M. C.; SOUSA, S. M. G. (Org.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2004.

FALEIROS, Vicente; FALEIROS Eva. **Formação de educadores (as)**: subsídios para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. Brasília: MEC/SECAD; Florianópolis: UFSC/SEaD, 2006.

_____. **Escola que protege:** enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** 2. ed. Tradução J. L. de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Nota n. 1 da Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. Inédito Viável. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Org.) **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Educação como Prática da Liberdade.** 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003a.

_____. **Educação e Atualidade Brasileira.** 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003b.

_____. **Política e Educação:** ensaios. São Paulo: Cortez, 2003c. (Coleção Questões da Nossa Época).

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia da Esperança:** um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005b. (Coleção Leitura).

FREYRE, Gilberto. **NORDESTE:** aspectos da influencia da canna sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937. (Coleção Documentos Brasileiros).

_____. **Casa-Grande e Senzala.** São Paulo: Global, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire:** uma biobibliografia. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Brasília, DF; UNESCO, 1996.

_____. **Para chegarmos lá juntos e em tempo:** caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2001.

GERASSI, John. **A Invasão da América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem Terra, ONGs e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1977.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Salvador: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 2002. (Série Interação Social, v. 7).

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Plano Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado da Paraíba**. João Pessoa: SEDH, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Maceió: MPE, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Plano Decenal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco**. Recife: CEAS/CEDCA-PE, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Plano Estadual de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Aracajú: SEIADS, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Fortaleza: COMDICA, 2002.

GRABURN, Nelson. Antropologia ou Antropologias do Turismo? In: GRABURN, Nelson et al. **Turismo e Antropologia: novas abordagens**. Campinas, SP: Papirus, 2009a. (Coleção Turismo).

_____. Tourism and Prostitution. **Annals of Tourism Research**, v. 10, p. 437-456, 1983.

_____. et al. **Turismo e Antropologia: novas abordagens**. Campinas, SP: Papirus, 2009b. (Coleção Turismo).

_____; JAFARI, J. Introduction tourism social science. **Annals of Tourism Research**, v. 18, University of Wisconsin-Stout, USA, 1991.

GUEVARA, Nicolàs. A Educação Popular no século XXI. In: UNESCO. **Educação Popular na América Latina: desafios e perspectivas**. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

GUIA OPERACIONAL PARA FUNCIONAMENTO DOS CENTROS E SERVIÇOS DE REFERÊNCIA DO PROGRAMA SENTINELA. CEDECA-BA, 2002.

IBGE. 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/.../pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2010.

_____. 2011. Disponível em: <<http://180graus.com/noticias/ibge-piaui-conta-com-665-mil-pessoas-em-extrema-pobreza-423661.html>>. Acesso em: 04 abr. 2012.

IPPÓLITO, Rita (Org.). **Guia Escolar** – Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual em crianças e adolescentes. Brasília, DF: PR/SEDH, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/guiaescolar/guiaescolar_p117_119.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

JAFFE, Hosea. **Dialética da Libertação**: a guerra dos mundos. Tradução de Claudia Gerpe Duarte. Petrópolis: Vozes, 2001.

JONES, Lauren Ila. Libertação. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

JORNAL DA TV PARAÍBA (JPB). **Série Infância em Risco**. 16-20 nov. 2007.

KLEIBER, D.; WILKE, M. AIDS and sex tourism: conclusions drawn from a study of the social and psychological characteristics of German sex tourists. In: FRIEDRICH, D.; HECKMANN, W. (Ed.). **AIDS in Europe: The Behavioural Aspect**. v. 2: Risk Behaviour and its Determinants. Berlin: Edition Sigma, 1995.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2012.

LANDINI, Tatiana Savoia. **Horror, Honra e Direitos**: violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX. 2005. Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

LEAL, Maria Lúcia (Org.). A mobilização das ONGs no enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil. **Revista Ser Social**, n. 09, Brasília: UnB, p. 313-336, 2001.

_____. **As ONGs no enfrentamento da exploração, abuso sexual e maus tratos de crianças e adolescentes - Pós 1993**. Disponível em: <<http://matriz.sipia.gov.br/images/acervo/asongsnoenfrentamento.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2014.

_____. **Globalização e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Save the Children, 2003.

_____. **Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial** – PESTRAF. Relatório Nacional. Brasil. Brasília, DF: CECRIA, 2002.

LEAL, Maria Lúcia; CÉSAR, Maria Auxiliadora. Os caminhos da mobilização para o enfrentamento da ESCA: despolitização e resistência. **Revista Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 2, p. 147-157, maio/ago. 2013.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília: VIOLES/SER/Universidade de Brasília, 2007.

LEAL, Maria Lúcia; PINHEIRO, Patrícia. A Pesquisa Social no contexto do tráfico de pessoas: uma abordagem marxista. In: LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília: VIOLES/SER/Universidade de Brasília, 2007.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. **Desvendando vozes silenciadas**: adolescentes em situação de exploração sexual. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

LIMA, Cláudia Araújo de. Novos tempos, novas estratégias de integração: o setor saúde abre suas frentes para o enfrentamento a violência e exploração sexual comercial sofrida por crianças e adolescentes no Brasil. In: SILVA, Ana Maria Santana da; SENNA, Ester, KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins**: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS. Brasília: OIT, 2005.

LOWNDS, Peter. Notas de um educador popular em Los Angeles (uma leitura do mundo dos imigrantes latino-americanos no sul da Califórnia). In: TORRES, Carlos Alberto. **PAULO FREIRE y la Agenda de la Educación Latinoamericana en el siglo XXI**. 2. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

MARTÍ, José. **La Edad de Oro**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

_____. **Nossa América = Nuestra América**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

_____. **Obras Completas**. La Habana: Obras Completas. La Habana: Centro de Estudios Martianos; Karisma Digital, 2001. (Edição Eletrônica).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. v. 1. 10. ed. Tradução de Reginaldo Santana. São Paulo: Difel, 1985.

_____; ENGELS, Friedrich. **Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

MATRIZ INTERSETORIAL DE ENFRENTAMENTO A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Relatório**. Brasília: VIOLES/SER/UnB, 2012.

_____. **Relatório**. Brasília: VIOLES/SER/UnB, 2011.

_____. **Relatório**. Brasília: VIOLES/SER/UNB, 2010.

MEJÍA, Marco Raúl. **A Transformação social**: educação popular e movimentos sociais no fim do século. Tradução de Ana Vieira Pereira e Ricardo Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção questões da nossa época; v. 50).

_____. **Educación Popular: historia-actualidad-proyecciones**. Santo Domingo: Centro Poveda, 1992.

MELO NETO, José Francisco de. **Diálogo em Educação**: Platão, Habermas e Freire. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

_____. **Educação Popular**: enunciados teóricos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Tradução Isa Tavares).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

_____. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINTO, Lalo Watanabe. Resenha do livro A educação para além do Capital. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 20, p. 164-166, dez. 2005.

MONTENEGRO, M. **Orientações para procedimentos policiais em casos de exploração sexual: proteção da vítima e responsabilização pelo crime**. Recife: DPCA-PE, 2012.

MOTTI, Antônio José Angelo; CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery; AMORIM, Sandra Maria Francisco (Org.). **Consolidando a Experiência do PAIR**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Escritório Internacional do Trabalho. **Guia para a Localização dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual Infanto-Juvenil ao Longo das Rodovias Federais Brasileiras**. Mapeamento 2007. Brasília: OIT-Escritório Internacional do Trabalho, 2007.

_____. **Tráfico de Pessoas para fins de exploração Sexual**. Brasília: OIT, 2005.

_____. Departamento da Polícia Rodoviária Federal (DPRF). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDHPR). **Mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras (2009-2010)**. Brasília: SDHPR, 2011.

_____. Departamento da Polícia Rodoviária Federal (DPRF). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDHPR). **Mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras (2011-2012)**. Brasília: SDHPR, 2012.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Global Estimates of Health Consequences due to Violence against Children**. Documentos Preparatórios para o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência contra Crianças. Genebra: OMS, 2006.

_____. Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **World Tourism Barometer**. Madri, v. 7, n. 2, junho 2008.

_____. **Declaração sobre a Prevenção do turismo sexual organizado**, adotada pela Resolução A/RES/338 (XI) da Assembleia Geral, realizada no Egito em Outubro de 1995.

OSOWSKI, Cecília Irene. Situações-limites. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PADILHA, Carolina Mesquita Pedrosa; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. O caminhoneiro e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. In: LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (Org.). **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília: VIOLES/SER/Universidade de Brasília, 2007. p. 137-146.

PAIVA, Denise Maria Fonseca; PEREIRA, Rosana Sperandio. Exploração, abuso sexual e maus-tratos de crianças e adolescentes: análise de uma realidade. In: ARAUJO, Braz. **Crianças e Adolescentes no Brasil: diagnósticos, políticas e participação da sociedade**. Campinas: Fundação Cargill, 1997.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. **Sociologia do Turismo**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005. (Coleção Turismo).

_____. **Sociologia do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Turismo).

PALUDO, Conceição. Educação Popular: dialogando com redes latino-americanas (2000-2003). In: UNESCO. **Educação Popular na América Latina: desafios e perspectivas**. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

PEARCE, P. L.; STRINGER, P. F. Psychology and tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 18, p. 136-154, 1991.

PISCITELLI, Adriana. As fronteiras da transgressão: a demanda por brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 1, p. 177, 2009.

_____. **Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites**. Paper apresentado no seminário: Corpos, Sexualidade e Feminilidades. UERJ, setembro de 2012.

_____. **Sexo tropical: Comentários sobre gênero, raça e outras categorias de diferenciação social em alguns textos da mídia brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996. (Cadernos PAGU, nº 6/7, Raça e Gênero).

_____. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 2007.

_____. **Viagens e sexo on-line: a Internet na geografia do turismo sexual**. Campinas: UNICAMP, 2005. p. 281-326. (Cadernos do Núcleo de Estudos de Gênero (Pagu).

PONTUAL, Pedro. Educação Popular e democratização das estruturas políticas e espaços públicos. In: UNESCO. **Educação Popular na América Latina: desafios e perspectivas**. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

PORTAL da Juventude. Secretaria Nacional da Juventude. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/> e <http://www.estacaodajuventude-ba.org.br/transformese.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE, Ruth Mestre i. **Trabajo sexual: reconocer derechos**. Valência, España: La Burbuja, 2006.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

REDH-RN. Rede Estadual de Direitos Humanos. Turismo Sexual. **ADITAL**: Notícias da América Latina e Caribe. 22 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=23127>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

REIS, Ana Maria Bianchi dos (Org.). **Plantando Axé**: uma proposta pedagógica. São Paulo: Cortez, 2000.

REJOWSKI, Miriam (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

_____. **Turismo e pesquisa científica**: pensamento internacional x situação brasileira. Campinas, SP: Papirus, 1996.

REPRESSÃO ao Turismo Sexual no Brasil. **folha.com.br**, 2006. Disponível em: <<http://www.aems.com.br/graduacao/info/noticias/default.asp?Curso=12&offset=550¬icia=137>>. Acesso em: 03 set. 2012.

RIBEIRO, Eneida Beraldi. A censura inquisitorial e o tráfico de livros e ideias no Brasil Colonial. **Revista de História e Estudos culturais**, São Paulo, v. 9, ano IX, n. 1, 2012.

RIBEIRO, Fernando Bessa; SACRAMENTO, Octávio. Imagens, erotismo e culturas “on the road”: perspectivas sobre o Brasil como destino turístico. **Configurações**, n. 5/6, Braga/Portugal, p. 241-255, 2009.

RIBEIRO, Joaquim Hudson de Souza. **Espaços violados**: uma leitura geográfica e psicossocial da violência sexual infanto-juvenil na área urbana de Manaus (2006-2010). Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

ROSAS, Paulo (Org.). **Paulo Freire**: Educação e Transformação Social. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 2002.

ROSS, Glenn, F. **Psicologia do Turismo**. Tradução de Dinah Azevedo. São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo).

ROUSSAN, Yves de. **Construindo uma história**: tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Salvador: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia CEDECA-BA, 2003.

RUSCHMANN, Doris Van De Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 16. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Turismo).

SADER, Emir. **A gestão da Miséria e a Questão da Cidadania na Contemporaneidade**. Conferência apresentada no I Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina Hoje. Rio de Janeiro: UERJ, outubro de 2006.

_____. Prefácio de **A Educação Para Além do Capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A nova Toupeira**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SANTOS FILHO, João dos. As relações de produção na Inglaterra criaram Thomas Cook. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 88, set. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/088/88jsf.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2013.

SANTOS, Joseleno Vieira dos; SOUSA, Sônia M. Gomes. **Exploração sexual de crianças e adolescentes: pesquisas com documentos de domínio público**. Goiânia: Câne Editorial, 2008.

SANTOS, Rafael José dos. Hibridação Cultural e Turismo. In: GRABURN, Nelson et al. **Turismo e antropologia: novas abordagens**. Campinas, SP: Papirus, 2009. (Coleção Turismo).

SETFOR. **Pesquisa sobre a Exploração Sexual Infanto-Juvenil no Turismo de Fortaleza**. Relatório Final. Fortaleza/Ceará/Brasil: SETFOR/PMF, 2008.

SILVA, Anamaria Santana; SENNA, Ester; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (Org.). **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS**. Brasília: OIT, 2005.

SILVA, Manuel Carlos; RIBEIRO, Fernando Bessa (Org.). **Mulheres da vida, mulheres com vida: prostituição, Estado e políticas**. Braga, Portugal: HÚMUS, Universidade do Minho, 2010.

SISTEMA de garantia de direitos. 2004. Disponível em: <<http://www.promenin.org.br/noticias/especiais/servico-violencia-domestica-contra-crianca-e-adolescente>>. Acesso em: 06 abr. 2014

SOARES DO BEM, Arim. Turismo sexual, prostituição e exploração sexual: uma abordagem sociológica sobre diferenciações conceituais e metodológicas. In: RAMOS, Silvana Pirillo; MUNDET I CERDAN, Lluís (Org.). **Turismo, Políticas e Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Asterisco, 2010. p. 165-180. (Coleção Tempo e Espaço).

_____. **A dialética do Turismo Sexual**. Campinas, SP: Papirus, 2005. (Coleção Turismo).

SOLANA, José Luis. La prostitución em la España actual: falencias abolicionistas y realidades complejas. In: SILVA, Manuel Carlos; RIBEIRO, Fernando Bessa (Org.). **Mulheres da vida, mulheres com vida: prostituição, Estado e políticas**. Braga, Portugal: HÚMUS, Universidade do Minho, 2010.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz Análise de Conjuntura**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, João Francisco de. Educação Popular e Movimentos Sociais no Brasil. In: CANÁRIO, Rui (Org.). **Educação Popular & Movimentos Sociais**. Lisboa: EDUCA, Universidade de Lisboa, 2007.

STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Org.) **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SVRI. Sexual Violence Research Initiative. **Sexual violence in Latin America and the Caribbean**: a desk review. Pretoria (South Africa): SVRI, march, 2010.

TELES, Maria Amélia de Almeida. As imigrantes bolivianas em São Paulo: o silêncio insuportável. In: LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília: VIOLES/SER/Universidade de Brasília, 2007.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, educação e multiculturalismo**: dilemas da cidadania em um mundo globalizado. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____, Grandezas y miserias de la educación latinoamericana del siglo veinte. In: _____ (Org.) **Paulo Freire y La Agenda de La Educación Latinoamericana en el Siglo XXI**, Buenos Aires: CLACSO, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Educação Popular na América Latina**: desafios e perspectivas. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância**: adolescência uma fase de oportunidades. 2011. Disponível em: <www.Unicef.org/Brazil>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. **Situação Mundial da Infância**: Mulheres e Crianças o duplo dividendo da igualdade de gênero. 2007. Disponível em: <www.Unicef.org/Brazil>. Acesso em: 12 dez. 2013

_____. **Violência Sexual**. Disponível em: <www.unicef.org/brazil/pt/Cap_03.pdf> 2005. Acesso em: 02 fev. 2014.

UNICEF/FUNABEM. **Paulo Freire & Educadores de Rua**: uma abordagem crítica. Rio de Janeiro: Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua, 1990.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Excelência em Turismo – CET/UnB. **Cartilha do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo** - Formação de Multiplicadores. 3. ed. Brasília, DF: CET/UnB, 2010.

VALE, Luis et al. **Turismo Sexual**. Escola de Ciências Sociais. Universidade de Évora, 2009.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. **Educação Popular e a atenção à saúde da família**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

VASCONCELOS, Maria Gorete O. M.; GONÇALVES, Itamar Batista; FUCKS, Maria Madalena Peres (Org.). **Código de Conduta Ética de Proteção de Crianças e Adolescentes no Turismo do Estado de Pernambuco**. São Paulo: Childhood-InstitutoWCF-Brasil, 2012.

VERONESI, Josiane P. A leitura jurídica da prostituição. In: BONTEMPO et al. (Org.). **Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil**. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995. p. 83-89.

WAMDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação Popular**: metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez, 2010.

ZITKOSKI, Jaime José. Dialética. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

APÊNDICES

APENDICE A – Roteiro de Entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO/PPGE
PESQUISA: TURISMO SEXUAL INFANTOJUVENIL: um desafio para a educação
PESQUISADORA: ROSEANA CAVALCANTI DA CUNHA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O que originou a criação da ONG?
2. Como você descreveria a trajetória vivida pela ONG até agora?
3. Qual a equipe profissional e voluntária que compõe a ONG?
4. A equipe possui alguma pessoa diretamente formada em alguma área da educação?
5. Há quanto tempo o trabalho com a Exploração Sexual Infantojuvenil existe?
6. Como se dá o processo de formação sobre Exploração Sexual Infantojuvenil?
7. Nesse processo de formação e nas demais atividades, vocês seguem alguma escola ou tendência pedagógica?
8. E sobre Turismo Sexual Infantojuvenil?
9. O que você entende por Turismo Sexual Infantojuvenil?
10. Quais as dificuldades encontradas no cotidiano profissional para trabalhar com esta temática?
11. Que elementos são priorizados no enfrentamento do Turismo Sexual Infantojuvenil?
12. Quais são as bases da educação e modalidades de práticas educativas realizadas na instituição?
13. Em que momentos e em que situações elas são postas em prática?
14. Você poderia lembrar algum autor, educador, livro ou artigo que de maneira mais direta e consistente embasa as suas práticas?
15. De maneira direta ou indireta existe alguma relação entre as práticas de vocês e as alternativas de educação popular?
16. Como são desenvolvidas?
17. Seria possível uma avaliação dos resultados dessas práticas educativas? Que pretensões são esperadas a partir delas?
18. Vocês estão tendo condições de sistematizar as suas experiências pedagógicas?
19. Possuem algo escrito sobre isto que possa ser disponibilizado?

APENDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Título do Projeto: Turismo Sexual Infantojuvenil: um desafio para a Educação

Pesquisadora responsável: Roseana Cavalcanti da Cunha

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

A pesquisa tem como objetivo **Demonstrar que a educação se constitui em pressuposto para o enfrentamento do turismo sexual infantojuvenil**. Justifica-se pela importância do tema na contemporaneidade questionando problemas antigos que têm tomado visibilidade na última década e para a educação com a perspectiva de repensar as práticas educativas, partindo para um processo de democratização do conhecimento com práticas educativas problematizadoras para a transformação social.

Neste sentido, estamos solicitando a vossa senhoria consentimento e colaboração, de forma voluntária, para conceder-nos esta entrevista garantindo o vosso anonimato, podendo vossa senhoria, sem qualquer censura ou advertência, recusar-se a fazê-lo.

Ao mesmo tempo, colocamo-nos à inteira disposição para, a qualquer momento, oferecer esclarecimentos e informações sobre a pesquisa, através do telefone (83)9312-3608; *e-mail*: rose-ana@uol.com.br (Roseana Cavalcanti da Cunha - Pesquisadora – Doutoranda em Educação/PPGE/UFPB).

Esperamos contar com o seu apoio, desde já agradecemos a sua colaboração.

João Pessoa, _____ de _____ de 2013.

Entrevistado

Roseana Cavalcanti da Cunha
Pesquisadora responsável

ANEXOS

ANEXO A - Mapa das Rotas Interestaduais

Relatório da PESTRAF - Brasil

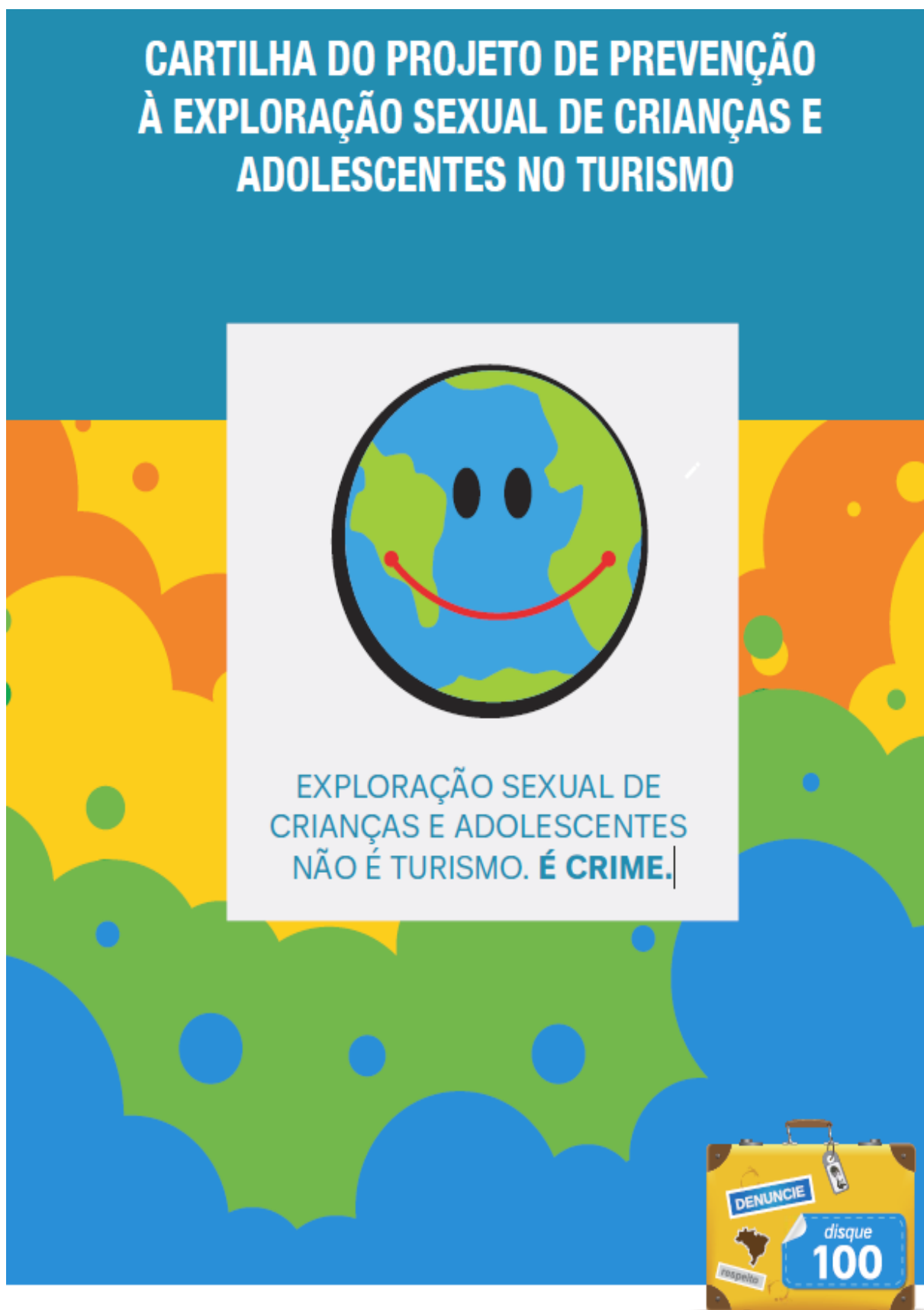
MAPA 1

ROTAS INTERESTADUAIS DO TRÁFICO DE MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL (1996-2002)



Fonte: Relatórios Regionais da PESTRAF

ANEXO C - Cartilha do Projeto de Prevenção

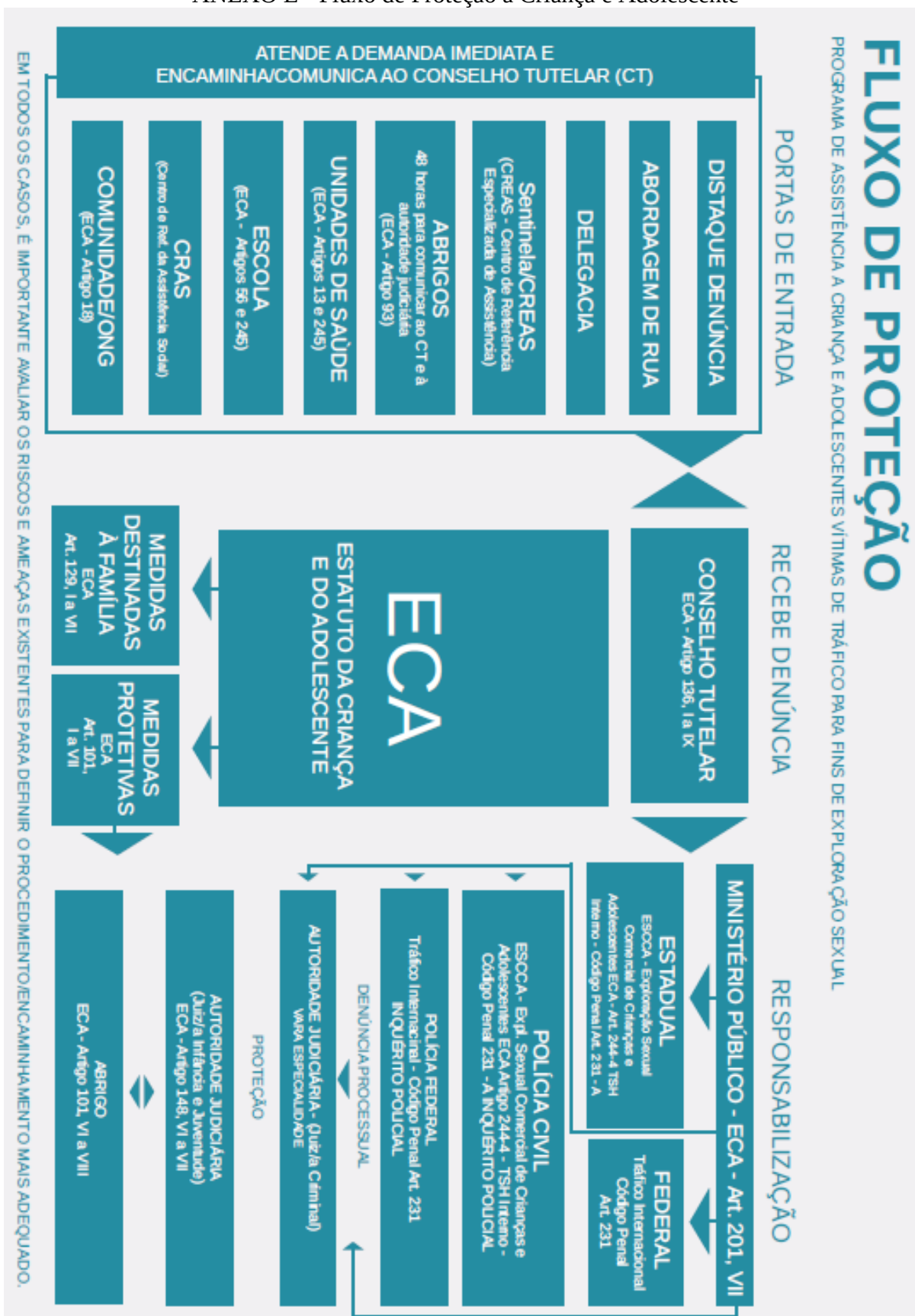


ANEXO D - Legislação Brasileira

Crime	Estatuto da Criança e do Adolescente	Código Penal
Submeter criança e adolescente à prostituição ou à exploração sexual	Reclusão de 4 a 10 anos e multa (Art. 244A) § 1o Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo § 2o Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento	
Hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere	Multa de 10 a 50 salários de referência; em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até 15 dias (Art. 250)	
Mediação para servir a lascívia de outrem § 1o Se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro, irmão, tutor ou curador ou pessoa a quem esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda		Reclusão de 1 a 3 anos (Art. 227) se envolver lucros, aplica-se também multa
Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone:		Reclusão de 2 a 5 anos e multa (Art. 228)
Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente.		Reclusão de 3 a 6 anos e multa (Art. 229)
Tirar proveito da prostituição alheia, participação alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte quem a exerça		Reclusão de 1 a 4 anos e multa (Art. 230)
Tráfico internacional de pessoas Promover, intermediar ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que venha exercer a prostituição ou a saída de pessoas para exercê-la no estrangeiro		Reclusão, de 3 a 8 anos e multa (Art. 231). Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.
Tráfico interno de pessoas (acrescido em 2005) Crime: Promover, intermediar ou facilitar, no território nacional, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da pessoa que venha exercer a prostituição		Reclusão, de 2 a 6 anos, e multa. (Art. 231-A)

Fonte: Cartilha do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, CET/UNB, 2010.

ANEXO E - Fluxo de Proteção à Criança e Adolescente



Fonte: Cartilha do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, CET/UNB, 2010.